UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

UM LEGADO DE SUBORDINAÇÃO:
A DEPENDÊNCIA HISTÓRICA DA ECONOMIA BRASILEIRA E A NECESSIDADE DE TRANSFORMAÇÃO

CAMILA NEVES RAMOS

Foz do Iguaçu
2024

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

UM LEGADO DE SUBORDINAÇÃO:
A DEPENDÊNCIA HISTÓRICA DA ECONOMIA BRASILEIRA E A NECESSIDADE DE TRANSFORMAÇÃO

CAMILA NEVES RAMOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas – Economia, Integração e Devenvolvimento.

Orientador: Prof. (titulação) Rodrigo da Silva Souza
CoOrientador(a): Prof. (titulação) Virginia Laura Fernandez

Foz do Iguaçu
2024

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

CAMILA NEVES RAMOS

UM LEGADO DE SUBORDINAÇÃO:
A DEPENDÊNCIA HISTÓRICA DA ECONOMIA BRASILEIRA E A NECESSIDADE DE TRANSFORMAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas – Economia, Integração e Devenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

_____
Orientador: Prof. Doutor em Economia Aplicada
Rodrigo da Silva Souza
UNILA

_____
Prof. Doutora e Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio
Geisiane Michelle Zanquetta de Pintor
UNILA

_____
Prof. Doutor em Economia Política Internacional
Fernando Correa Prado
UNILA

Foz do Iguaçu, _____de _____de _____.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Dedico este trabalho aos meus familiares e noivo que estiveram comigo durante o percurso.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho de conclusão de curso não seria possível sem a colaboração de diversas pessoas especiais e a força divina que me guiou em cada etapa, às quais dedico meus sinceros agradecimentos.

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder saúde, força e sabedoria para superar os desafios e concluir esta importante etapa da minha formação.

Aos meus orientadores, Virginia Laura Fernandez e Rodrigo da Silva Souza, pela dedicação, paciência e confiança depositada em mim durante todo o processo de desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço por me estimularem no caminho acadêmico e por acreditarem na minha capacidade de realizar este trabalho.

Aos meus pais, Roberto M. Valverde Ramos e Lindaura Neves Ramos, meu eterno agradecimento pelo amor incondicional, por acreditarem em mim e por todos os sacrifícios que fizeram para que eu pudesse realizar meus sonhos. Vocês são a base de tudo e a inspiração para seguir em frente.

Aos meus irmãos, Karen C. Neves Ramos e Christhian R. Neves Ramos, agradeço pelo apoio, carinho e por sempre estarem ao meu lado, me incentivando a trilhar meus próprios caminhos.

Ao meu noivo, Bruno Lourenço de Alcides, meu companheiro e amigo, agradeço pelo incentivo constante, apoio incondicional e lealdade durante esta jornada. Sua presença foi fundamental para que eu pudesse superar os desafios e seguir em frente com confiança.

À minha segunda família, que a cidade de Foz do Iguaçu me presenteou: Tamara Beninca, Laura Mello, Jhulio, Felipe, Anali e Andressa. Agradeço pela amizade, carinho e por todos os momentos de alegria compartilhados. Vocês me acolheram de braços abertos e encheram meu coração de amor.

A todos vocês, meu muito obrigada!

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

O grande segredo da educação consiste em orientar a vaidade para os objetivos certos.
Adam Smith

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

RESUMO

Introdução: A Dependência Histórica da Economia Brasileira e a Necessidade de Transformação, analisa a trajetória econômica do Brasil, destacando a dependência histórica do país em relação a produtos primários e a vulnerabilidade econômica resultante dessa condição. O estudo se fundamenta nas teorias da dependência, especialmente as propostas por Raúl Prebisch e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que criticam a especialização da periferia em bens primários e a falta de diversificação econômica. A pesquisa aborda como a industrialização brasileira, que ocorreu de forma tardia e sob condições de marginalização social, resultou em uma economia que depende fortemente da exportação de commodities, como minério de ferro e soja. A ascensão da China como uma potência econômica global é identificada como um fator que intensificou essa dependência, contribuindo para a reprimarização da pauta exportadora brasileira e a desindustrialização do país. **Objetivos do trabalho:** incluem compreender a evolução histórica da dependência brasileira, examinar a teoria da dependência e discutir as implicações da ascensão da China para o setor exportador do Brasil. **Considerações finais:** A pesquisa conclui que a dependência de recursos naturais e a especialização em produtos primários limitam o desenvolvimento industrial e a capacidade do Brasil de competir no mercado global, ressaltando a necessidade de transformação econômica para superar essas limitações. O estudo também sugere que futuras pesquisas poderiam incluir análises empíricas para aprofundar a compreensão das dinâmicas econômicas brasileiras.

Palavras-chave: dependência histórica; economia brasileira; reprimarização; vulnerabilidade econômica; relações comerciais.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

RESUMEN

Introducción: La dependencia histórica de la economía brasileña y la necesidad de transformación, analiza la trayectoria económica de Brasil, destacando la dependencia histórica del país de los productos primarios y la vulnerabilidad económica resultante de esta condición. El estudio se basa en las teorías de la dependencia, especialmente las propuestas por Raúl Prebisch y la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), que critican la especialización de la periferia en bienes primarios y la falta de diversificación económica. La investigación aborda cómo la industrialización brasileña, que se produjo tardíamente y en condiciones de marginación social, resultó en una economía que depende en gran medida de la exportación de materias primas, como el mineral de hierro y la soja. El ascenso de China como potencia económica global es identificado como un factor que intensificó esa dependencia, contribuyendo a la reprimarización de las exportaciones brasileñas y a la desindustrialización del país. **Objectivos del trabajo**: incluir comprender la evolución histórica de la dependencia brasileña, examinar la teoría de la dependencia y discutir las implicaciones del ascenso de China para el sector exportador de Brasil. **Consideraciones finales**: La investigación concluye que la dependencia de los recursos naturales y la especialización en productos primarios limitan el desarrollo industrial y la capacidad de Brasil para competir en el mercado global, destacando la necesidad de una transformación económica para superar estas limitaciones. El estudio también sugiere que futuras investigaciones podrían incluir análisis empíricos para profundizar la comprensión de la dinámica económica brasileña.

Palabras clave: dependencia histórica; economía brasileña; reprimarización; vulnerabilidad económica; relaciones comerciales.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

ABSTRACT

Introduction: The Historical Dependence of the Brazilian Economy and the Need for Transformation, analyzes Brazil's economic trajectory, highlighting the country's historical dependence on primary products and the economic vulnerability resulting from this condition. The study is based on dependency theories, especially those proposed by Raúl Prebisch and the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), which criticize the periphery's specialization in primary goods and the lack of economic diversification. The research addresses how Brazilian industrialization, which occurred late and under conditions of social marginalization, resulted in an economy that depends heavily on the export of commodities, such as iron ore and soybeans. The rise of China as a global economic power is identified as a factor that intensified this dependence, contributing to the reprimarization of Brazilian exports and the deindustrialization of the country. **Objectives of the work:** include understanding the historical evolution of Brazilian dependence, examining dependence theory and discussing the implications of China's rise for Brazil's export sector. **Final considerations:** The research concludes that dependence on natural resources and specialization in primary products limit industrial development and Brazil's ability to compete in the global market, highlighting the need for economic transformation to overcome these limitations. The study also suggests that future research could include empirical analyzes to deepen the understanding of Brazilian economic dynamics.

Key words: historical dependence; Brazilian economy; reprimarization; economic vulnerability; commercial relations.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gráfico 1 - Índice de Preços dos principais grupos de commodities (2000-2016) em %.....90

Gráfico 2 – Importações Brasileiras por Intensidade Tecnológica.....91

Gráfico 3 – Exportações Brasileiras por Intensidade Tecnológica.....92

Gráfico 4 – Evolução da Participação Chinesa nas Importações e Exportações Brasileiras 2000-2023 (em%) 94

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Sumário

1 INTRODUÇÃO 13

1.1 justificativa 16

1.2 Problema 17

1.3 Hipótese(s) 17

1.3.1 A ascensão da China e consequentemente o boom das commodities aprofundou a dependência da economia brasileira as exportações de commodities. 17

1.4 Objetivo(s) 18

1.4.1 Objetivo Geral 18

1.4.2 Objetivos Específicos 18

2 DESENVOLVIMENTO 19

2.1 ENTENDENDO A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ECONOMIA BRASILEIRA 19

2.1.1 Brasil 20

2.1.2 Economia da Primeira República (1889-1930): Brasil Primário Exportador 20

2.1.3 Economia na Era Vargas (1930-1945): Rumo à Industrialização 23

2.1.4 Economia da Quarta República (1946-1955): de Dutra a Café 26

2.1.4.1 O Governo Dutra (1946-1951) 26

2.1.4.2 O Governo Vargas (1951-1954) 29

2.1.4.3 Café Filho (1954 - 1955) 31

2.1.5 Economia Brasileira Durante a Quarta República (1956 - 1964) 32

2.1.5.1 Juscelino Kubitschek (1956-1961) 33

2.1.5.2 Jânio Quadros (1961 - 1964) 35

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

2.1.6 Ditadura Civil Militar - Das Reformas da PAEG ao “Milagre” (1964-1973) 36

2.1.7 Economia da Ditadura Civil-Militar: Dois Choques Do Petróleo e a Crise da Dívida (1974-1985) 38

2.1.8 Derrotas para a Inflação (1985-1994) 41

2.1.9 O Plano Real (1994 - 2002) 46

2.1.9.1 Governo Lula: Desdobramentos (2002-2010) 49

2.1.10 Síntese 53

2.2 TEORIAS DA DEPENDÊNCIA 60

2.2.1 Visão Geral 60

2.3 CEPAL (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE) 63

2.3.1 Raúl Prebisch - “ O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de Seus Problemas Principais” 63

2.3.2 Maria da Conceição Tavares - “ O Processo de Substituição de Importações - Modelo de Desenvolvimento da América Latina” 69

2.3.3 Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto - Subdesenvolvimento e Dependência ... 74

2.3.4 O Caso do Brasil 79

2.4 O IMPACTO DA ASCENSÃO DA CHINA NA DEPENDÊNCIA BRASILEIRA 85

2.4.1 Desenvolvimento Chinês. 85

2.4.2 Brasil-China: Impactos na Pauta Exportadora e Regressão da Especialização 88

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS 95

REFERÊNCIAS 98

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

1 INTRODUÇÃO

O cenário econômico global é uma paisagem em constante evolução, onde as nações se deparam com desafios complexos e oportunidades igualmente dinâmicas. No caso do Brasil, uma nação de dimensões continentais, sua trajetória econômica tem sido profundamente influenciada por uma série de fatores, incluindo as teorias econômicas que moldaram sua política e as tendências econômicas globais que moldaram sua produção e comércio.

Ao contrário dos países do Norte, na periferia, a industrialização do pós-guerra, guiada por Estados desenvolvimentistas não foi acompanhada por coalizões sociais democratas visando a distribuição de renda e o pleno emprego; onde era maior o atraso na agricultura de alimentos, menor a renda do camponês e maior era o peso de oligarquias tradicionais nos pactos do poder político, como por exemplo no Brasil, a industrialização se deu acompanhada por ampla marginalização social e do consumo moderno das massas rurais e crescente periferia urbana, levando a grandes concentrações de renda.

Entre os países industrializados, as grandes empresas, expostas à intensa concorrência internacional, buscavam maior autonomia frente ao Estado, aos trabalhadores e à cadeia de fornecedores domésticos, ao mesmo tempo em que demandam maior apoio deste ao seu processo de internacionalização produtiva e financeira em novas configurações espaciais e regionais.

Tendo em vista que o processo de desenvolvimento econômico mundial é desigual e irregular e sabendo que se herdará no Brasil uma base econômica especializada em poucas atividades de exportação, com baixo grau de diversificação e com complementaridade intersetorial e integração vertical extremamente reduzidas, são observadas limitações sérias e a tentativa de compensação dessas deficiências.

Dito isso, este trabalho se propõe a analisar a dinâmica da dependência no Brasil, utilizando para tal as teorias da dependência, entendendo como se deu o nosso “desenvolvimento dependente” e como a divisão global entre países “periféricos” e “centrais” favorece os desequilíbrios comerciais. A economia brasileira tem uma longa história de dependência em relação a um número limitado de produtos de exportação, e essa falta de diversificação tem sido uma característica persistente e fortalecedora da nossa vulnerabilidade econômica.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Nós, como países periféricos que somos, estamos sujeitos a ciclos econômicos mais voláteis devido à dependência de matérias-primas; esses ciclos tornavam difícil o planejamento econômico e um desenvolvimento que seja sustentável ao longo dos anos.

> À medida que a renda real per capita ultrapassa certos níveis mínimos, a demanda de produtos industriais tende a crescer mais do que de alimentos e outros produtos primários. Não obstante, a situação dos países menos desenvolvidos é muito distinta da dos centros, pois estes importam aqueles produtos primários de menor elasticidade renda da demanda do que a dos artigos industriais que a periferia importa dos centros. Para crescer sua renda real, os países periféricos necessitam importar bens de capital cuja demanda cresce com esta renda ao mesmo tempo em que a elevação do nível de vida se manifesta em intensa demanda de importações de grande elasticidade que tendem a crescer mais do que a renda (PREBISCH, 1951, p. 271).

Neste contexto, a pesquisa se propõe a investigar a relação entre a Teoria da Dependência a partir da ótica da CEPAL e as dinâmicas da luta pela autonomia brasileira, com um panorama na influência exercida pela ascensão da China, tendo como objetivo específico compreender a evolução histórica da economia brasileira e quais podem ter sido os fatores que contribuíram com a nossa dependência externa, lembrando que, em meados dos anos 1950, a indústria brasileira experimentou um aumento significativo em sua contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB). Essa tendência continuou até meados dos anos 90, quando a indústria perdeu força no processo produtivo.

Tendo em vista o pensamento cepalino de que a economia mundial está composta por um núcleo central de países industrializados e por uma ampla periferia subdesenvolvida, a natureza do avanço tecnológico dos movimentos cíclicos dos preços e das diferenças nas demandas pelos bens industriais e pelos produtos primários é a principal causadora da deterioração dos termos de troca; em outras palavras, deterioração secular dos termos de intercâmbio para os exportadores de matéria-prima. Entendemos que os termos de intercâmbio entre os países industrializados e os periféricos tendem a uma deterioração constante, beneficiando os primeiros.

Dito isso e considerando a ascensão da China no cenário econômico mundial e suas implicações profundas para a economia brasileira, alterando os padrões de produção e comércio, considera-se de suma importância que um dos tópicos analisados seja também a transformação econômica do mercado internacional e como essa dinâmica trouxe à tona questões importantes relacionadas à vulnerabilidade econômica da América Latina, mais especificamente o Brasil.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

A crescente demanda chinesa por matérias-primas afetou a estrutura produtiva dos países periféricos que em sua maioria já possuem características de exportadores de bens primários, intensificando e contribuindo para a reprimarização dos países do Sul e consequente desindustrialização. Diante disso, soma-se a baixa competitividade das manufaturas brasileiras diante das exportações de manufaturas chinesas, agravando ainda mais o cenário de desindustrialização.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

1.1 justificativa

A complexa dinâmica de relações entre o 'centro' e a 'periferia' na economia global, com um enfoque na análise da inserção internacional e dos condicionantes estruturais internos, é um tema de grande relevância e atualidade. Esta pesquisa tem como ponto de partida a observação histórica da economia brasileira e as teorias de Raúl Prebisch sobre o desenvolvimento econômico desigual entre as nações.

A ideia de relação entre “centro” e “periferia”, e o exame das necessidades e possibilidades de ação estatal, resulta de observações do processo histórico da América Latina. Nos países que formam o centro do sistema, a produtividade média dos trabalhadores na produção de bens manufaturados representa a maior parte do produto nacional.

Nos países da periferia, por sua vez, especializados em produzir alimentos e matérias primas, a economia é marcada pelo atraso da esfera produtiva. Isso porque, segundo Prebisch, o progresso maior da indústria do que na produção de bens primários não estava sendo capaz de garantir relações de trocas favoráveis para os países que se dedicavam a esta última.

Prebisch partiu do pressuposto de que o progresso técnico crescia de maneira lenta e irregular na periferia; por consequência, a produtividade, o produto e a renda nessas economias cresciam mais devagar, associado ao crescimento populacional mais acelerado, tal fato resultava em uma renda per capita cada vez menor nessas regiões. Sendo assim, na periferia do capitalismo a tendência é que só se desenvolvam os setores que de alguma forma são úteis aos grandes centros, e a produção de bens e serviços continuava dependendo das importações.

Sob essas condições, esta pesquisa se propõe a explorar as consequências desse desequilíbrio econômico no Brasil identificando como a dependência dos países do centro e consequentemente em relação às importações de produtos manufaturados e exportações de matérias-primas afeta o desenvolvimento industrial e a capacidade brasileira de competir no mercado global.

> "A dependência de recursos naturais, juntamente com a especialização na produção de bens primários, tem sido uma característica persistente da periferia da economia global, resultando em vulnerabilidades significativas às flutuações dos preços das commodities." - CEPAL, "Panorama Social de América Latina 2021."

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

1.2 Problema

Em um processo de globalização, onde os desafios rompem as barreiras geográficas, o desenvolvimento brasileiro enfrenta uma competição acirrada, que se acentuou com a ascensão recente da economia chinesa; a conjuntura e a política nacional acabaram fortalecendo a primarização da economia brasileira.

A economia brasileira tem apresentado indícios de desindustrialização e de reprimarização da pauta exportadora. O fenômeno é explicado quando ocorre maior exportação de produtos primários em detrimento dos produtos industrializados, mais especificamente, se caracteriza por um aumento na extração e exportação de recursos naturais, como minérios e produtos agrícolas, em detrimento da produção industrial. Essa mudança pode ser motivada por diversos fatores, como queda na competitividade industrial, aumento da demanda internacional por commodities ou descobertas de novos recursos naturais.

Sabendo que o Brasil havia atingido o comportamento inverso nos anos setenta, ou seja, exportava mercadorias manufaturadas com um maior valor agregado, e passou por uma regressão, ao exportar mercadorias de baixa ou nenhuma transformação industrial, o desenvolvimento econômico e industrial passa a ser uma preocupação. Surge assim, a necessidade de investigação de como a ascensão da China, novo ator econômico global, pode ter influenciado a estrutura produtiva do Brasil, sendo mais um elemento a contribuir para a vulnerabilidade externa do país.

1.3 Hipótese(s)

1.3.1 A ascensão da China e consequentemente o boom das commodities aprofundou a dependência da economia brasileira as exportações de commodities.

A hipótese do trabalho foca na ascensão da China e seu impacto na economia brasileira, particularmente no que diz respeito ao aumento da dependência externa brasileira. O crescimento econômico acelerado da China e sua crescente demanda por matérias-primas impulsionaram a exportação de commodities, como minério de ferro, soja e petróleo, do Brasil para o mercado chinês. Essa hipótese sugere que o boom das commodities, impulsionado pela China, aprofundou a dependência do Brasil em relação a esses produtos primários, reduzindo a diversificação da economia e prejudicando a capacidade de desenvolver setores industriais mais avançados.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

1.4 Objetivo(s)

1.4.1 Objetivo Geral

Compreender a evolução histórica da dependência brasileira com relação aos recursos naturais, identificando os principais fatores que contribuíram para a sua formação e persistência ao longo do tempo.

1.4.2 Objetivos Específicos

- ✓ Investigar a evolução histórica da economia brasileira.
- ✓ Examinar a Teoria da Dependência, com ênfase no sistema Centro-Periferia.
- ✓ Discutir as implicações da ascensão da China para o setor exportador brasileiro.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 ENTENDENDO A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ECONOMIA BRASILEIRA

Desde o início da colonização, a trajetória econômica do Brasil foi marcada pela busca por riquezas e pela necessidade de se inserir no mercado internacional. Essa dinâmica histórica moldou a estrutura produtiva do país, resultando em um complexo legado de dependência e desenvolvimento (FAIAL, 2015).

Ao longo dos séculos, diferentes ciclos de exploração de recursos naturais e produção de commodities ditaram o ritmo da economia brasileira. Do pau-brasil ao ouro, do café à soja, cada fase foi marcada por uma dependência específica de mercados externos e da mão de obra escrava ou assalariada. Essa relação de dependência moldou a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, relegando-o, em grande medida, à condição de fornecedor de matérias-primas e importador de produtos manufaturados (SOUZA, 2010).

As consequências dessa trajetória dependente foram múltiplas e duradouras. O subdesenvolvimento econômico, a concentração de renda e a desigualdade social se consolidaram como características marcantes da realidade brasileira. A industrialização tardia e incipiente, por sua vez, limitou o potencial de crescimento do país e o tornou ainda mais vulnerável às flutuações dos mercados internacionais (FAIAL, 2015).

Apesar do Brasil ter passado por importantes mudanças na estrutura produtiva, especialmente no período de aceleração industrial, o subdesenvolvimento deixou marcas e uma economia baseada na exportação de primários, sendo conhecida por muito tempo como o celeiro do mundo.

Em uma breve contextualização podemos dizer que os países do “Centro” usaram o excedente do trabalho da renda para reinvestir em suas próprias economias nacionais, fortalecendo seus sistemas produtivos; à medida que os trabalhadores foram absorvidos pelo mercado de trabalho e os salários começaram a se elevar os capitalistas perceberam que a única forma de manter seu lucro, em função do aumento dos salários, seria investir em novas tecnologias para expandir a produção (CEPAL, 1949).

Nos países periféricos, tidos como subdesenvolvidos, ocorreu o contrário, o excedente gerado pela exportação de primários não foi usado para investimento industrial e sim utilizado pelas elites agroexportadoras para manter um padrão de vida que pudesse “imitar” o estilo de vida que as elites dos países tidos como desenvolvidos mantinham.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Além disso, a tecnologia brasileira desenvolveu-se usando a tecnologia gerada nos países centrais, sendo assim, a industrialização ocorreu juntamente com as atividades consideradas pré-capitalistas e com os serviços de baixo valor-agregado; apreende-se que mesmo transitando por graus mais elevados de economia e política a dependência se destaca como uma relação industrial (CEPAL, 1949).

2.1.1 Brasil

Nesta análise, iniciaremos uma investigação da história econômica do Brasil, desvelando os intricados eventos que moldaram o desenvolvimento do país ao longo do tempo. Nosso objetivo é compreender o desenrolar dos fatos e os mecanismos que gradualmente conduziram à formação de nossa dependência externa.

Exploraremos desde os primórdios da Primeira República até os desafios enfrentados durante o segundo Governo Dilma, examinando as principais políticas econômicas adotadas e as implicações dessas escolhas para a economia nacional. À medida em que percorreremos pelas décadas, mergulharemos nos períodos de expansão impulsionados pela produção agrícola, como o ciclo do café, e os impactos das crises, como a de 1929, que redefiniram as trajetórias econômicas do Brasil.

Essa jornada histórica nos permitirá desenterrar as raízes de nossa dependência externa, compreendendo como fatores como o padrão ouro, as políticas de valorização do café e as relações financeiras internacionais contribuíram para a configuração atual de nossa economia. Ao desvendar esses elementos, ganharemos percepções valiosas sobre os desafios e as oportunidades que moldaram o Brasil como um ator singular no cenário econômico global.

2.1.2 Economia da Primeira República (1889-1930): Brasil Primário Exportador

Com o fim do império e a proclamação da Primeira República, vários problemas surgiram nos primeiros meses do novo regime, especialmente relacionados ao sistema bancário da época; vale lembrar que o sistema escravista havia sido recentemente abolido pela lei em 1888, trazendo a questão do trabalho assalariado para o centro das atenções.

Os novos assalariados exerceram forte impacto monetário na economia, principalmente devido à vinculação desse tipo de trabalho à colheita sazonal. As demandas sazonais de adiantamento surgiam nos bancos para pagamento dos salários a cada safra.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

A sazonalidade resultava em escassez de moeda nos grandes centros, já que o dinheiro retornava apenas muito tempo depois. A escassez de moeda pressionava os juros para cima, reprimindo os negócios, é importante salientar que o sistema bancário, diferentemente do que conhecemos hoje, era particularmente vulnerável devido à baixa penetração no interior e ao desenvolvimento limitado, além do fato de que os indivíduos não depositavam regularmente nos bancos.

Somado a isso, a economia mundial estava vinculada ao padrão ouro, um sistema de câmbio fixo que atrelava a base monetária ao nível de reservas de ouro nacionais, sendo assim, para que fosse possível manter o padrão ouro, eram frequentemente utilizadas políticas contracionistas. Foi dentro deste contexto, que o Ministro da Fazenda Rui Barbosa propôs medidas econômicas que contrastavam com o clima da época. As medidas implementadas pelo então Ministro da Fazenda incluíam a emissão de grande quantidade de dinheiro para financiar investimentos e estimular a economia, incentivando a criação de bancos para fornecer crédito às empresas, redução das tarifas de importação e isenções fiscais para empresas que se instalassem no país; os objetivos eram estimular a industrialização e modernização, mas acabou tendo como consequência uma grave crise bancária e inflacionária, além da bolha de crédito que derivou da emissão de moeda sem conversão que contribuíram para a crise que ficou conhecida como Encilhamento.

A política de Rui Barbosa tinha o objetivo de transformar o Brasil em um polo industrial, o foco era estimular o crescimento econômico, incentivando a emissão de papel moeda, impulsionando a industrialização e a modernização do país, no entanto, o Encilhamento levou à fragilização dos bancos e das finanças, provocando o aumento da inflação, desvalorização da moeda nacional, aumento da dívida externa, desemprego, falências e especulações financeiras, levando o país a recorrer aos banqueiros ingleses para enfrentar o déficit orçamentário.

Para tentar resolver a situação, o governo de Campos Sales, que se iniciou em 1898 em um ambiente catastrófico, contratou um consórcio internacional, liderado por banqueiros ingleses, liderado pelo Banco J.P Morgan; o acordo foi feito de forma a refinanciar a dívida brasileira por meio da emissão de novos títulos (primeiro Funding Loan brasileiro), consolidando-as. Os títulos foram comprados pelo consórcio internacional, o processo ajudou a estabilizar as finanças do Brasil e melhorar a reputação do país no mercado internacional, ao menos de forma temporária.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

No período de 1900 a 1913, a economia brasileira obteve mudanças significativas com o desenvolvimento do café e da industrialização incipiente, todavia o café continuou a representar o ponto focal da economia, fazendo com que o Brasil enfrentasse uma posição externa vulnerável devido às flutuações do mercado internacional de café e do fluxo de capitais estrangeiros. A dependência na exportação de café tornava a economia vulnerável à possíveis flutuações nos preços, destacando a necessidade de políticas econômicas e intervenções estatais.

Apesar do crescimento expressivo na década de 1900, fomos marcados pela sujeição da economia a um único produto, a supersafra de café em 1906 evidenciou a fragilidade da situação econômica primário-exportadora. Foi então que o governo de Afonso Pena, em uma tentativa de enfrentar os desafios estabeleceu o Convênio de Taubaté, que leva esse nome por ter sido assinado em Taubaté-SP entre os representantes de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que eram os maiores produtores de café da época.

As principais medidas do Convênio incluíam intervenção governamental na regulação de preços (garantindo um preço mínimo de compra), garantia de empréstimos (possibilitando aos produtores manterem seus estoques e aguardarem melhores preços), compromisso de compra de excedentes (evita sobre oferta), e o imposto por saca exportada de café, conhecido como imposto-ouro (tinha como objetivo arrecadar recursos para pagar os juros e amortizar os empréstimos que os governos dos estados e o governo federal tomaram para financiar a compra do excedente de café). O Convênio de Taubaté refletiu a preocupação em proteger a economia cafeeira, que no momento representava a estabilidade do Brasil.

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a estabilidade monetária estava ligada ao equilíbrio da balança de pagamentos, em outras palavras, a guerra gerou uma alta demanda por produtos básicos, impulsionando os preços desses produtos e resultando em um boom econômico em países exportadores de matérias primas, o que beneficiou o Brasil, mas também destacou a necessidade de diversificação da base econômica do país

Após a guerra, vemos uma nova recessão se estabelecer, em boa parte, devido a queda dos preços das commodities, fruto da baixa demanda internacional; o que coloca novamente a nossa economia em xeque, adicionado a isso na década de 1920 temos um período de instabilidade política com mudanças na presidência e movimentos contestatórios que colocavam em pauta à discussão de novas políticas econômicas, incluindo desvalorização cambial e equilíbrio no setor cafeeiro.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

De 1927 a 1930, o governo de Washington Luís realizou uma reforma monetária com a criação da Caixa de Estabilização, com as principais metas focadas na compra e estocagem de café, controle de oferta e demanda e estímulo à organização dos produtores. A dependência do endividamento externo e as supersafras recorrentes ameaçaram as políticas de valorização do café e a estabilidade da economia brasileira. A crise de 1929, marcada pelo colapso dos preços do café e a impossibilidade de obter financiamento externo, levou à deposição do presidente, encerrando a Primeira República.

2.1.3 Economia na Era Vargas (1930-1945): Rumo à Industrialização

A Revolução de 1930 marcou um golpe de Estado que instaurou o governo provisório; houve alegações de fraude e irregularidades durante o processo eleitoral, interrompendo a posse do presidente eleito, Júlio Prestes. Diante da pressão crescente, Prestes renunciou ao cargo, dando lugar ao chefe provisório Augusto Tasso Fragoso, que assumiu brevemente antes de entregar o poder a Getúlio Vargas. Quando assumiu a presidência, Getúlio Vargas implementou grande parte das propostas da aliança liberal, por meio de diversos decretos.

É importante ressaltar que esse período, se sucedeu logo após a Quebra da Bolsa de Nova York em 1929, que contribuiu para a deterioração dos meios de troca, agravando a situação da balança de pagamentos e interrompendo o influxo de capitais, situação essa que ainda reverberou nos anos seguintes, fazendo com que entre 1930 e 1931, o governo provisório adote uma retórica liberal, apesar de declarar moratórias sucessivas em relação à dívida externa.

Em 1930, o Brasil abandona o padrão ouro. A decisão se dá pela necessidade dos países ajustarem as suas políticas econômicas, encerrando o vínculo entre contração monetária e choque externo; enfrentando uma série de desafios o governo provisório implementou medidas que buscavam reestruturar a economia do país e promover a industrialização.

Algumas dessas medidas merecem ser citadas, como por exemplo, proteção à indústria doméstica que se deu através do aumento de impostos específicos, como tarifas e barreiras comerciais para limitar a concorrência de produtos estrangeiros; incentivos fiscais e financeiros para atrair investimentos na indústria; criação do Ministério do trabalho, Indústria e Comércio, para promover o setor industrial e tratar das questões trabalhistas;

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

desenvolvimento da indústria de base e a Política de Substituição de Importação. Importante ressaltar que, mesmo com um cenário desfavorável, por meio dessas medidas, os interesses industriais foram preservados; no entanto, a incapacidade de quitar integralmente a dívida externa resultou em um novo funding loan parcial negociado em 1931 por três anos.

Em síntese, o período de 1930 a 1936 marcou uma fase desafiadora para a economia brasileira, evidenciada pela diminuição do investimento direto em meio à conjuntura internacional adversa e à crise cambial. A escassez de cobertura cambial apresentou-se como um desafio relevante nas relações comerciais do Brasil, dificultando o cumprimento de compromissos em moeda estrangeira. Embora a depressão tenha exercido um impacto modesto sobre o produto interno, a rápida recuperação foi possibilitada por estratégias assertivas, incluindo a taxação das exportações e a valorização do café. Essas medidas, ao lado de outras políticas implementadas durante esse período, sinalizaram os primeiros passos do Brasil em direção a uma reestruturação econômica e à busca por soluções frente aos desafios globais.

Até 1937, a política econômica brasileira estava centrada no controle cambial, visando obter divisas para honrar os compromissos externos. Esse período foi caracterizado por esforços para equilibrar as contas externas e garantir a estabilidade financeira; contudo, em 1937, uma série de mudanças significativas ocorreram, marcadas pelo golpe de Estado liderado por Getúlio Vargas em novembro.

O cenário político e econômico estava tenso, e Vargas, então presidente, dissolveu o Congresso Nacional e deu início ao Estado Novo. A crise econômica e as dificuldades para equacionar os investimentos públicos com o serviço da dívida externa levaram ao calote dessa dívida em 1937. O Brasil estava passando por transformações profundas, e o golpe de Vargas foi marcado pela centralização do poder e a instauração de um regime autoritário.

Após o golpe, Vargas consolidou seu controle sobre o governo, adotando uma série de medidas intervencionistas na economia. Em 1938, o monopólio cambial foi instituído, dando ao governo controle exclusivo sobre as transações cambiais. Essa medida visava gerenciar as reservas internacionais e garantir maior autonomia nas políticas monetárias.

O Estado Novo, instaurado após o golpe, buscou controlar diversos aspectos da vida política e econômica do país. A década de 1930, com a consolidação do Estado Novo, marcou uma fase de significativas transformações na política e na economia brasileiras, moldando as bases para o período subsequente.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Durante este ciclo (1937-1945), a economia entrou em um contexto em que o Estado deixou o campo normativo para fornecer bens e serviços; tivemos uma intensificação da intervenção estatal na economia, caracterizado por um papel significativo na formulação e execução de medidas para controlar a economia e promover o desenvolvimento nacional.

Nesse ínterim, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, o Brasil enfrentou dificuldades em obter importações, levando a dois movimentos contraditórios: o desenvolvimento da produção interna como substituição dos suprimentos externos e a limitação do crescimento devido à dificuldade em obter insumos e bens de capital. Em 1942, houve um ponto de inflexão com a acumulação de reservas cambiais, aceleração do crescimento industrial e entrada de capitais norte-americanos. Essa fase de crescimento foi acompanhada por políticas fiscal, monetária e creditícia expansionistas.

A interrupção nas importações de produtos industrializados devido às restrições da guerra incentivou o país a impulsionar ainda mais sua produção industrial para atender às crescentes demandas internas. Ao mesmo tempo, a busca por matérias-primas estratégicas, como minerais e produtos agrícolas, experimentou um aumento considerável, impulsionando os setores de mineração e agricultura.

Em 1942, o Brasil e os Estados Unidos assinaram o Acordo de Washington, um marco que fortaleceu as relações políticas e econômicas entre os dois países. Como parte desse acordo, os Estados Unidos forneceram assistência financeira e investimentos para impulsionar a produção brasileira de matérias-primas essenciais, consolidando ainda mais os laços econômicos entre as nações.

Entretanto, é importante notar que as restrições ao comércio internacional durante a guerra aumentaram a dependência do Brasil em relação aos Estados Unidos. A política americana de sustentação dos preços de exportação impactou diretamente a economia brasileira, tornando-a mais vinculada aos interesses e demandas dos Estados Unidos.

Após a Segunda Guerra Mundial e a queda de Getúlio Vargas, a Quarta República foi estabelecida, marcando um período mais aberto e com uma constituição mais liberal. Essa fase representou uma transição para um ambiente político mais democrático e uma economia que buscava diversificação e autonomia. No entanto, os laços estreitos estabelecidos durante a guerra continuaram a moldar as dinâmicas econômicas do Brasil, destacando a persistente influência das relações internacionais no desenvolvimento econômico do país.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

2.1.4 Economia da Quarta República (1946-1955): de Dutra a Café

Após a promulgação do Ato Adicional à Constituição de 1937 no início de 1945, Getúlio Vargas estabeleceu uma nova data para as eleições presidenciais e legislativas. Contudo, ao final desse mesmo ano, Vargas seria deposto em um golpe perpetrado pelas forças militares que compunham as Forças Armadas, incluindo Exército, Marinha e Aeronáutica. Esse episódio marcou um momento único na história em que as três forças atuaram politicamente de forma conjunta.

Mesmo afastado do poder, Vargas ainda desfrutava de considerável prestígio entre os trabalhadores urbanos e os setores mais vulneráveis da população. Nesse período, foram oficializados os três partidos que fundamentariam a Quarta República:

UDN (União Democrática Nacional): Oposição de orientação liberal, antiruralista e anticomunista.

PSD (Partido Social Democrático): Criado para manter a vinculação de Vargas com as elites que o apoiavam.

PTB (Partido Trabalhista Brasileiro): Fundado por Vargas para manter a ligação com os sindicatos filiados ao Estado Novo e com o funcionalismo público.

A nova constituição, promulgada nesse período, apresentou características que foram importantes para a democracia brasileira. Ela preservou as conquistas sociais de 1930, estabeleceu uma rotina democrática para as instituições brasileiras, garantiu a liberdade de imprensa e de opinião, reconheceu a importância dos partidos políticos e ampliou o corpo eleitoral para incluir indivíduos com mais de 18 anos. Em vigor por quase duas décadas, essa constituição permitiu eleições relativamente limpas. Entretanto, pontos negativos incluíam a exclusão do direito de voto para analfabetos, restrições ao direito de greve e a ausência de incorporação dos trabalhadores rurais à legislação trabalhista.

Um desafio crescente era a intervenção cada vez mais expressiva dos militares nos assuntos da esfera republicana. Vargas expressou apoio ao General Dutra em detrimento do Brigadeiro Eduardo Costa, sendo Dutra o primeiro vencedor das eleições democráticas em anos. Esse episódio sinalizou a crescente influência militar no cenário político brasileiro, um fenômeno que se tornaria mais proeminente nos anos subsequentes.

2.1.4.1 O Governo Dutra (1946-1951)

O período do governo de Dutra, de 1946 a 1951, foi caracterizado por desafios muitos

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

significativos, particularmente no âmbito econômico. A análise desse período requer uma consideração da chamada "ilusão de divisas", um fenômeno atrelado ao regime cambial adotado pelo Brasil no pós-guerra, que se distanciou do padrão ouro clássico para adotar o padrão ouro dólar, em consonância com o sistema de Bretton Woods. Este último, um arranjo de câmbio fixo, demandava reservas para sustentar a taxa de câmbio estabelecida, refletindo uma estratégia dos Estados Unidos para consolidar sua posição na economia global pós-guerra.

A ilusão de divisas, no contexto brasileiro, decorreu, em grande parte, da negligência em relação a três pontos cruciais. Primeiramente, o Brasil considerava-se credor dos Estados Unidos devido à colaboração na campanha contra o Eixo. Além disso, a crença em uma política liberal como atrativo para investimentos e a percepção de possuir reservas suficientes para manter a estabilidade cambial contribuíram para essa ilusão. No entanto, é pertinente destacar que um dos desafios prementes durante o governo Dutra era a questão dos superávits em locais com moedas inconversíveis, representando um obstáculo ao comércio exterior.

Os superávits em locais com moedas inconversíveis, decorrentes da desestruturação da economia global durante a guerra, foram agravados pelas ameaças dos atrasados comerciais e pela queda na produção industrial. Diante desses desafios, o governo optou pelo controle das importações e do câmbio, implementando licenças prévias para importação, visando equilibrar o comércio exterior. Embora essas restrições tenham contribuído para a substituição de importações e incentivado a indústria doméstica, também refletiram as complexidades inerentes à gestão do desequilíbrio externo.

Em relação ao desenvolvimento industrial, o governo Dutra manteve as políticas iniciadas no Estado Novo, continuando os investimentos nesse setor. No discurso de fim de ano de 1947, o então presidente anunciava um programa de investimentos públicos (SALTE) como uma reação diante dos limites da estratégia exportadora e como uma imposição das circunstâncias.

> “Os recursos da nossa exportação são insuficientes. Ou procuramos outras fontes de exportação, ou havemos de substituir os nossos acréscimos de compra com produção nacional, evitando, desse modo, o aumento crescente da importação. Não é possível escolher, com exclusividade, um ou outro caminho. Não há dúvida, porém, sobre a conveniência e urgência de dotar o país de meios para incrementar a produção, através do reaparelhamento dos transportes, do aumento da produção de energia e da exploração de petróleo... Saúde, alimentação, transporte, energia e petróleo – são as balizas que devem orientar o nosso esforço de recuperação”, uma vez reconhecido, depois do grande otimismo inicial, que a confiança inicial na estabilidade do setor externo se frustrara” (Dutra,1948,p. 178-179)

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Contudo, não apresentou iniciativas específicas para um desenvolvimento econômico planejado. O Plano SALTE revelou-se pouco mais do que uma compilação de projetos relativamente desconexos, formalmente agrupados em iniciativas de gastos que ultrapassaram o ano fiscal, carecendo de definição de cronogramas de execução e articulação com fluxos de financiamento. Notavelmente, não foi acompanhado por qualquer reforma administrativa, ausência de uma agência central de coordenação, ou a introdução de um novo esquema de financiamento ou empresa estatal.

A única indústria nova mencionada em seu anteprojeto, relacionada ao material elétrico pesado para geração e distribuição de energia hidrelétrica, desapareceu da proposta final, restringindo-se a substituição de importações a setores considerados "fáceis". O Plano SALTE limitou-se, assim, a resolver alguns gargalos de infraestrutura para o crescimento econômico, o qual foi impulsionado pela expansão e diversificação industrial decorrentes espontaneamente da crise cambial e da proteção à substituição de importações, não sendo resultado de um plano governamental abrangente.

O término do governo Dutra foi marcado por uma retomada da inflação e desequilíbrio orçamentário. Mudanças na postura do governo estadunidense em relação ao programa de desenvolvimento do Brasil também influenciaram o cenário, juntamente com o aumento dos preços do café, afetando a estabilidade econômica do país. O governo tomou consciência de certas ilusões do liberalismo periférico, mas continuou distante da busca para implementar as novas exigências dessa tomada de consciência; este período reflete, uma conjuntura desafiadora e complexa na história econômica brasileira.

Durante o governo Dutra, houve uma continuidade do modelo de industrialização dependente, no qual o país permanecia voltado para a exportação de produtos primários e mantinha uma relação desigual com os países industrializados, especialmente os Estados Unidos. Embora tenham ocorrido algumas políticas de substituição de importações, a industrialização brasileira ainda estava subordinada aos interesses externos, refletindo uma dependência em relação aos mercados internacionais. Marcado pelo pragmatismo e por uma visão liberal, as medidas implementadas visavam controlar a inflação, estimular o crescimento econômico e atrair investimentos estrangeiros.

O governo também implementou medidas para estimular o crescimento econômico, como a concessão de crédito para a indústria e a realização de obras públicas. No entanto, esses investimentos concentraram-se em setores tradicionais, como a agricultura e a indústria têxtil, não promovendo uma diversificação significativa da matriz produtiva (BIELSCHOWSKY, 2000).

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Dutra buscou atrair investimentos estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos, através de medidas como a concessão de isenções fiscais e a garantia de remessa de lucros. Essa política contribuiu para a modernização de alguns setores da economia, mas também gerou uma maior dependência do capital externo (FURTADO, 1971).

2.1.4.2 O Governo Vargas (1951-1954)

O governo Vargas, teoricamente dividido em duas fases, propunha uma abordagem ortodoxa na primeira metade para conter a inflação e equilibrar as finanças públicas, seguida por uma segunda fase focada em grandes obras com o auxílio do capital estrangeiro.

A criação da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (posteriormente CMBEU), que representou um esforço conjunto entre os dois países para promover a cooperação econômica e financeira que se iniciou no governo Dutra marcaram o início do mandato. Os objetivos iniciais incluíam aumentar a arrecadação e restringir despesas, com políticas contracionistas no plano fiscal e monetário.

> “A Comissão Mista não foi concebida como um órgão geral de planejamento, nem se propôs a assim agir. Além disso, não procurou de forma alguma substituir por um programa governamental os planos de investimento porventura feitos pelo setor privado da economia. Muito ao contrário, esforçou-se por planejar e estimular medidas que criassem condições prévias favoráveis a um maior surto de iniciativa privada”. (Apud Viana, 1980: 109).

Contudo, ao final da primeira fase, a tendência inflacionária persistiu, evidenciada pelo índice de preço do consumidor, destacando o setor de serviços como principal beneficiário e o setor industrial como principal prejudicado. O colapso cambial em 1953, somado aos mais de 600 milhões de dólares em dívidas com os EUA, agravaram a situação; congregando a esses fatos e enfatizando a tensão temos a vitória do republicano Dwight D. Eisenhower, que alterou a política de financiamento dos atrasados, encerrando a Comissão Mista Brasil - Estados Unidos e introduzindo o Plano Marshall.

A tentativa de tutoria das instituições sobre países demandantes de crédito foi uma forte característica do período; no contexto do financiamento dos "atrasados", Eisenhower promoveu políticas que visavam fornecer assistência econômica a países em desenvolvimento como parte de uma estratégia mais ampla de conter o comunismo. Isso incluiu a utilização de instrumentos como o Plano de Ajuda Externa, também conhecido como Plano Marshall, que visava fornecer assistência econômica para reconstruir a Europa após a Segunda Guerra Mundial, embora o Plano Marshall fosse mais focado na Europa, suas ideias influenciaram abordagens semelhantes em outras regiões.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Portanto, a vitória de Eisenhower e sua administração contribuíram para uma mudança nas políticas de financiamento externo, buscando utilizar a ajuda econômica como uma ferramenta para promover estabilidade e conter influências consideradas hostis, como as associadas ao comunismo. Essa abordagem teve impactos em como os Estados Unidos lidaram com o financiamento de países em desenvolvimento.

Diante do insucesso do projeto inicial, o governo focou em estabilizar a economia e promoveu uma reforma ministerial em janeiro de 1953, conhecida como Lei do Mercado Livre. Essa lei conferiu liberdade ao movimento de capitais estrangeiros no mercado de câmbio, além de estabelecer múltiplas taxas de câmbio para combater a inflação e o desequilíbrio cambial, incentivando exportações e limitando importações, vigorou até outubro de 1953, quando foi substituído pela Instrução 70 da SUMOC, reinstaurou o monopólio cambial do Banco do Brasil.

O sistema resultante envolvia o direcionamento das divisas provenientes das exportações para o Banco do Brasil, a abolição do controle quantitativo das exportações em favor de leilões de câmbio, e a proteção à indústria por meio de ágios sobre importados não essenciais. O destaque vai para a negociação de Promessas de Venda de Câmbio (PVC), em que os importadores adquiriam o direito de comprar câmbio na moeda estipulada. Os leilões classificavam as importações em categorias de acordo com a essencialidade, visando a proteção da indústria nacional.

A Instrução 70 trouxe impactos positivos imediatos, aumentando substancialmente a receita da União em 1953. Entretanto, o desempenho das autoridades fiscais foi afetado por pressões que desequilibraram o orçamento público, resultando na crise econômica e política que culminou no suicídio do presidente em 24 de agosto de 1954.

O segundo governo de Vargas marcou um período de turbulências políticas e econômicas; a inflação estava alta, o crescimento econômico estagnado e o país ainda se recuperava dos efeitos da Segunda Guerra Mundial.

A crise do capitalismo dependente na América Latina, a partir do pós-guerra, representou um divisor de águas, questionando profundamente os supostos de desenvolvimento nacional autônomo que até então sustentavam o discurso oficial. Essa crise desnudou a realidade, revelando uma verdade que se contrapunha aos esquemas aparentemente lógicos que dominavam o debate.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

A crise não apenas desmascarou a ilusão do desenvolvimento autônomo, como também revelou um novo caráter da dependência na América Latina. As contradições se intensificaram, tornando-se mais agudas e aparentemente irresolúveis. Esse novo cenário tornava inviável, de forma definitiva, a ideia de um caminho autônomo para o desenvolvimento capitalista no continente (BAMBIRRA, 2020).

2.1.4.3 Café Filho (1954 - 1955)

Café Filho enfrentou o desafio de conciliar forças divergentes para sustentar seu governo, embora tenha liderado um ministério de caráter fortemente conservador. Durante sua gestão, tornou-se notória a instrução 113, uma medida controversa que autorizava à Carteira de Comércio Exterior (CACEX) a realizar concessão de licenças de importação sem cobertura cambial para equipamentos que complementassem os nacionais nas três primeiras categorias de importação. Esta política visava incentivar a importação sem a necessidade de cobertura cambial, tornando mais atrativo para os investidores optar por essa alternativa em vez de trocar divisas por cruzeiros e recomprar licenças em leilões mais onerosos.

> Ao permitir a importação sem cobertura cambial de equipamentos na forma de investimento direto estrangeiro, o governo tinha como objetivo aumentar a importação de bens de capital sem criar problemas para o balanço de pagamentos, e, assim, modernizar rapidamente a indústria nacional. Tal forma de atrair capital estrangeiro também facilitava o investimento no País, ao diminuir a burocracia para sua entrada e instituir uma remuneração atraente para o mesmo. Estes equipamentos e máquinas importados via Instrução 113 eram contabilizados no ativo das empresas importadoras como investimento, numa taxa de câmbio livre, enquanto que a remessa de lucros e amortizáveis que as empresas faziam se dava com base numa taxa de câmbio preferencial; portanto, havia um diferencial cambial que favorecia este tipo de investimento (LESSA, 1981, p. 173).

O programa de estabilização econômica adotado por Café Filho implicou medidas de austeridade e contração, tanto no âmbito creditício quanto monetário. Houve substanciais cortes orçamentários nos setores da indústria, comércio, viação e obras públicas. Paralelamente a Vargas, o presidente Café Filho se viu compelido a realizar uma reforma ministerial para conter a crise política, sendo substituído o ministro da fazenda de Eugênio Gudin por José Maria Vidar.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Considerado por muitos como um governo de transição, Café Filho não conseguiu aprovar uma reforma articulada com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o que teve impacto significativo nas finanças públicas. Destaca-se a unificação cambial, adotando um regime de taxa flutuante com uma abordagem diferenciada para o setor cafeeiro, marcando uma fase de mudanças no cenário econômico do país.

2.1.5 Economia Brasileira Durante a Quarta República (1956 - 1964)

A economia brasileira durante a Quarta República, testemunhou uma série de desafios e transformações que moldaram significativamente o desenvolvimento do país nesse intervalo. Caracterizado por mudanças políticas e econômicas, este período refletiu as experiências anteriores e as demandas do cenário internacional.

A Quarta República viu um notável impulso no processo de industrialização no Brasil, com o governo buscando diversificar a economia e reduzir a tradicional dependência das exportações de produtos primários, como o café. A industrialização acarretou um rápido processo de urbanização, marcado pelo crescimento de centros industriais e pelo aumento da população urbana.

Inicialmente, instrumentos como taxas de câmbio, quotas, tarifas, impostos de importação e exportação eram cruciais para a política econômica. Contudo, uma reforma operacional no sistema cambial em 1957 objetivou simplificar as múltiplas taxas de câmbio. Essa reforma visava, principalmente, a substituição de bens de capital, sendo a política cambial considerada o principal instrumento para a condução da política econômica.

Na segunda metade dos anos 1950 e início dos anos 1960, a maioria dos países enfrentava um crescimento marcado por uma crescente instabilidade, amplamente impulsionada por restrições crescentes às importações. Durante esse período, as importações cresceram apenas 2,1% ao ano até 1960 e 0,3% ao ano entre 1960 e 1964, resultando em acentuadas pressões inflacionárias (BIELSCHOWSKY, 2000).

Enquanto o processo de industrialização persistia como uma tendência histórica, a urbanização correspondente trazia consigo um aumento significativo da pobreza e do surgimento de favelas. Isso evidenciava a incapacidade de absorver a mão de obra moderna, estendendo a pobreza rural de forma visível para os centros urbanos. Ao mesmo tempo, o crescimento da democracia e das pressões sociais era notável.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Na América Latina, a partir dos anos 1960, observou-se uma crescente polarização política e ideológica, que em alguns casos resultou em confrontos entre ditaduras de direita e organizações de esquerda revolucionárias.

Apesar do curso da industrialização, que falhava em distribuir os benefícios da modernidade e do progresso técnico para a maioria da população, e da mudança na natureza da vulnerabilidade externa, o desenvolvimento continuava obstaculizado.

Segundo alguns autores cepalinos, como José Medina e Enzo Faletto, no âmbito político-social, existe uma forma de dependência associada ao subdesenvolvimento, que remonta historicamente à expansão das economias dos países desenvolvidos. Osvaldo Sunkel (1969) argumentava que o cerne do subdesenvolvimento residia no fato de que, enquanto na "metrópole" a maior parte da força de trabalho estava integrada à economia moderna, na "periferia" isso era verdade apenas para uma pequena fração da população. Além disso, o avanço desse modelo global tendia a marginalizar até mesmo os agentes econômicos mais produtivos.

2.1.5.1 Juscelino Kubitschek (1956-1961)

O Governo de Juscelino Kubitschek (JK) emergiu com uma abordagem ousada para impulsionar o desenvolvimento econômico e social do país conhecido como “ideologia desenvolvimentista”. Esta ideologia vinha inserida em um contexto de otimismo e aspirações transformadoras, ressaltando a necessidade de acelerar o desenvolvimento econômico e modificar a estrutura do país.

A busca pela modernização e industrialização era uma característica marcante do desenvolvimentismo; JK acreditava que a industrialização era imperativa para impulsionar o progresso, para concretizar essa visão, o presidente buscou implementar investimentos maciços em setores estratégicos da economia.

Em 1956, foi instituído o Conselho do Desenvolvimento, vinculado à Presidência, que elaborou o famoso Plano de Metas no final do ano. Esse plano visava aliviar pontos de estrangulamento e atender áreas prioritárias para o desenvolvimento, com foco em setores como energia e transporte (71,3% dos recursos), estando a cargo do setor público; indústria de base (22,3% dos recursos), estando a cargo do setor privado. Os setores de alimentação e educação receberam o restante dos recursos. O financiamento para as metas viria de fundos de vinculação orçamentária, administrando recursos tributários.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Lessa (1981) definiu quatro pontos básicos para o Plano de Metas, sendo eles, o tratamento preferencial ao capital estrangeiro; financiamentos dos gastos públicos e privados via expansão dos meios de pagamentos e de crédito (provocando forte pressão inflacionária); ampliação da participação do setor público na formação bruta de capital; estímulo à iniciativa privada através de reserva de mercado para a produção nacional (lei do similar nacional), câmbio preferencial para a importação de bens de capital para setores especiais (automobilística e naval, por exemplo) e crédito com carência e juros subsidiados do BNDE e do Banco do Brasil.

O Plano de Metas foi controverso, alterando a estrutura produtiva do país e lançando as bases para resolver problemas de infraestrutura. A escassa disponibilidade de poupança para financiar a formação de capital foi uma característica proeminente desse período. Embora tenha sido bem recebida por empresários, que destacaram a atuação do setor público no fornecimento de insumos básicos, críticas surgiram devido ao monopólio em alguns setores industriais e à intervenção excessiva no comércio exterior. O financiamento inflacionário, em especial para a construção de Brasília, gerou polêmicas, evidenciando a ausência de fontes claras de recursos para todas as metas.

No âmbito da política econômica, o Programa de Estabilização Monetária (PEM), implementado em 29 de outubro de 1958, desempenhou um papel significativo. Esse plano, que passou por fases de transição e reajustamento, enfrentou resistência política e da opinião pública. Associado a uma abordagem ortodoxa, o PEM foi abandonado, resultando no rompimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Quanto à política monetária, a cobertura do déficit de caixa do governo ocorreu principalmente por meio de empréstimos do Banco do Brasil ao Tesouro. Isso resultou em uma expansão primária dos meios de pagamento. Diante da reação negativa ao PEM, optou-se por continuar com o projeto desenvolvimentista sem políticas de controle monetário. As tentativas de estabilização de preços foram restritas aos malsucedidos "Planos de Contenção" da despesa orçamentária.

No âmbito fiscal, além das despesas de custeio, os subsídios às empresas de transporte de propriedade do governo federal representaram o principal item de gasto. Estas empresas receberam subvenções significativas, revelando a incapacidade do governo em conter os gastos correntes, especialmente com a folha de pagamentos, devido à força política do funcionalismo público. Esses elementos delineiam um cenário complexo e desafiador durante o período do Plano de Metas.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

2.1.5.2 Jânio Quadros (1961 - 1964)

Com uma herança macroeconômica desfavorável do governo anterior de Juscelino Kubitschek, marcada por questões inflacionárias e déficits nominais, o governo de Jânio Quadros enfrentou desafios significativos. Em uma tentativa de estabilização, as iniciativas do governo contavam com iniciativas que priorizavam a redução do desequilíbrio da balança de pagamentos, renegociação da dívida externa e combate à inflação. A Instrução 204 da Superintendência da moeda e Crédito (SUMOC) desempenhou um papel crucial, unificando o mercado cambial e promovendo uma desvalorização da moeda. O objetivo era conter a pressão da política cambial sobre o Tesouro nacional.

No entanto, a reforma não alcançou plenamente a unificação cambial almejada, apresentando um impacto limitado na competitividade das exportações e na reorientação dos recursos para a produção de bens comercializáveis. O governo se manteve fiel as metas propostas, mas diante do aquecimento da economia a política de austeridade se mostrou insuficiente para frear a inflação.

A renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, precipitou uma nova crise política, desencadeada pelo veto militar à posse constitucional do vice-presidente João Goulart. A solução encontrada foi a adoção do regime parlamentarista, sendo o país governado por três gabinetes durante o impasse: Tancredo Neves (PSD-MG), de setembro de 1961 a junho de 1962; Brochado da Rocha (PTB-RS), de julho a setembro de 1962; e Hermes e Lima (PTB-GB), de setembro de 1962 até janeiro de 1963.

Durante este ato, testemunhou-se uma tendência de alta inflação; na política externa destacaram-se o abandono do objetivo da unificação cambial, a negociação do Acordo Internacional do Café e a aprovação da Lei da Remessa de Lucros (Lei n° 4.131) . A política cambial experimentou uma maior intervenção estatal no mercado de divisas, enquanto a lei das Remessas de Lucros Limitava a saída de capitais estrangeiros, alinhada à deterioração das relações Brasil-Estados Unidos na época que ocorreu em consequência da abordagem do governo perante a análise, pelo Congresso, de modificações na legislação referente à transferência de lucros provenientes de investimentos estrangeiros, da revogação das concessões para exploração de minério de ferro concedidas à empresa norte-americana Hanna Corporation, e do respaldo oferecido pelo governo central à apropriação, realizada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, dos ativos da Companhia Telefônica Nacional, uma subsidiária da empresa norte-americana International Telephone and Telegraph (ITT).

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Com a transição para o presidencialismo em 1963, após o plebiscito favorável à população, João Goulart assumiu o governo com plenos poderes. Anunciou sua política econômica para o restante do mandato, o Plano Trienal e o Desenvolvimento Econômico Social, coordenado por Celso Furtado, Ministro Extraordinário para Assuntos do Desenvolvimento Econômico. O plano, fundamentado em um diagnóstico central convencional, buscava enfrentar a deterioração externa e a inflação, visando ampliar a base de apoio governamental para aprovar reformas no Congresso propôs medidas de ajuste fiscal, considerando a crença de que a inflação deriva do descontrole dos gastos públicos naquele contexto.

Entretanto, a implementação do plano enfrentou resistência, principalmente devido às medidas necessárias de contenção da demanda e reorientação do padrão de consumo e produção, conhecido como "realismo tarifário e cambial". Essa resistência, proveniente da base sindical e parlamentar de apoio ao governo, contribuiu para o abandono do Plano Trienal e enfraqueceu rapidamente o governo nos últimos meses de 1963 e em 1964.

Simultaneamente, o governo enfrentava desafios internos, como a rebelião dos sargentos da marinha e aeronáutica, relacionada à anulação da eleição dos sargentos no ano anterior pelo Supremo Tribunal Federal. As pressões do IBES e do IBAGEM desestabilizaram o governo, culminando na rebelião militar que, por fim, resultou no golpe civil-militar de 1964.

2.1.6 Ditadura Civil Militar - Das Reformas da PAEG ao “Milagre” (1964-1973)

O golpe que instaurou a Ditadura Civil-Militar teve início na madrugada de 31 de março de 1964, resultando na deposição de Jânio Quadros. O levante, liderado por Mourão Filho em Minas Gerais, e a declaração de vacância da presidência por Auro de Moura Andrade, culminaram na escolha de um novo presidente pelo Congresso em 11 de abril, com a eleição do General Castelo Branco.

Castelo Branco, ao assumir o cargo, comprometeu-se a defender a Constituição de 1946, prometendo entregar o cargo ao sucessor em 1965. A ditadura civil-militar perdurou por quase 21 anos. Em novembro de 1964, o governo implementou o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo), liderado pelos ministros Roberto Campos e Otavio de Bulhões. O plano, com diagnósticos heterodoxos, visava retomar o desenvolvimento econômico, conter a inflação, reduzir desigualdades sociais e regionais, garantir oportunidades de emprego produtivo e corrigir os déficits na balança de pagamentos.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

O novo governo estava fortemente ligado à retomada do desenvolvimento econômico, associando o combate à inflação a uma economia que não comprometesse a atividade produtiva. O PAEG enfatizou incentivos às exportações e a abertura da economia ao capital estrangeiro. A inflação foi abordada como resultado de déficits governamentais, expansão do crédito empresarial e aumento salarial superior ao da produtividade. A política salarial buscava manter a participação dos assalariados no produto nacional, evitar que os reajustes salariais alimentassem a inflação e corrigir distorções salariais.

Apesar da queda da inflação, entre 1963 e 1967, houve uma parada no crescimento econômico. O aumento de falências e concordatas foi compensado pelo maior influxo de capitais externos, gerando superávits na balança de pagamentos. Reformas estruturais foram implementadas, incluindo mudanças na estrutura tributária e financeira, além da criação do FGTS. A reforma tributária objetivava aumentar a arrecadação governamental e racionalizar o sistema tributário, enquanto a financeira visava complementar o sistema financeiro, proporcionando meios não inflacionários de financiar a industrialização.

Durante o “Milagre Econômico”, resultado de medidas adotadas durante o PAEG, houve um estímulo significativo ao crescimento econômico para legitimar o novo regime. Políticas monetárias, creditícias e fiscais expansionistas foram implementadas, promovendo o crescimento do crédito e concessões fiscais favoráveis ao setor agrícola. O ambiente propício ao investimento estrangeiro foi construído gradualmente, facilitando o acesso do Brasil a empréstimos externos.

Reformas estruturais, como a criação do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional, foram introduzidas. Bancos de desenvolvimento estaduais e regionais foram estabelecidos, assim como o Sistema Financeiro de Habitação. A fase chamada de “inflação corretiva” encerrou-se em 1967 com o controle de preços de insumos e produtos selecionados. Durante o “Milagre”, o PIB real cresceu a uma média de 11,2%, com aumento no consumo de bens duráveis vinculado à expansão do crédito ao consumidor.

A formação bruta de capital não dependia da poupança externa, mas sim da poupança nacional bruta. Entre 1967 e 1973, o governo focava em conter as necessidades de financiamento do setor público e garantir a oferta de crédito privado ao setor privado. Subsídios e tributos aumentaram durante o “Milagre”, centralizando a economia e aumentando a dependência do setor privado nos subsídios do governo. O crescimento das empresas estatais e estaduais também foi notável. A política salarial resultou no aumento da desigualdade de renda, beneficiando principalmente os 5% e 1% mais ricos durante os anos do “Milagre”.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

A economia durante a ditadura militar no Brasil refletiu uma continuidade da subordinação do país aos interesses externos, uma industrialização controlada pelo Estado que muitas vezes servia às elites e ao capital estrangeiro, persistência das desigualdades sociais e exclusão, além de uma repressão política que limitava a participação democrática e a formulação de políticas voltadas para o desenvolvimento inclusivo.

Aníbal Pinto desenvolveu a teoria da "heterogeneidade estrutural" com base na observação de que os benefícios do progresso tecnológico tendiam a se concentrar tanto na distribuição de renda entre diferentes classes quanto na distribuição entre setores e regiões dentro de um mesmo país. Mais tarde, ele aperfeiçoou sua análise, argumentando que o crescimento na América Latina estava reproduzindo, de certa forma, a antiga heterogeneidade estrutural que predominava no período agrário-exportador (BIELSCHOWSKY, 2000).

Para Pinto (1970), a industrialização não eliminava essa heterogeneidade estrutural, apenas a modificava em sua forma. O subdesenvolvimento era visto como um processo persistente, apesar do crescimento econômico. A proposta era que o padrão ou estilo de desenvolvimento econômico precisava ser alterado por meio de uma melhor distribuição de renda e de reformas profundas, incluindo reformas agrária, patrimonial, financeira, tributária, educacional e tecnológica. Ele acreditava que para isso acontecer, uma transformação política profunda seria necessária, destacando centralmente a restauração da democracia (BIELSCHOWSKY, 2000).

2.1.7 Economia da Ditadura Civil-Militar: Dois Choques Do Petróleo e a Crise da Dívida (1974-1985)

A década de 1974 a 1985 no Brasil foi marcada por complexas transformações econômicas, sendo o projeto de crescimento do regime militar inicialmente eficaz, mas sofrendo desgastes notáveis com as estratégias adotadas durante o governo Geisel. O impacto dos choques petrolíferos e a gestão da crise do modelo desenvolvimentista nacional deram forma a esse cenário desafiador.

Antes do 1° Choque do Petróleo, o contexto global de gastos militares e demandas salariais nos países industrializados propiciava uma economia mundial superaquecida. A equipe do governo Geisel, ao assumir, manteve a estrutura do planejamento econômico, mas a crise se instaurou com a saturação do modelo desenvolvimentista.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

A resposta do governo, visando a distensão política, evidenciou desafios internos que não foram claramente confrontados, sendo a abundância de liquidez internacional uma máscara para as restrições externas vitais.

O Brasil, altamente dependente da importação de petróleo, enfrentou um encarecimento significativo após o Primeiro Choque do Petróleo; o governo Geisel optou por um ajuste estrutural externo, investindo na prospecção de petróleo, produção de bens de capital e reestruturação da oferta. A década de 1980, entretanto, trouxe desequilíbrios macroeconômicos, reflexo das escolhas e erros do governo Geisel pós-choque.

O governo adotou a política stop-and-go, marcada por desregulação nos preços (medida avaliada como o caminho para permitir a realização oficial da inflação prometida por Médici), responsável pela alteração da "taxa de inflação oficial", gerando um período de instabilidade com efeitos na taxa de indexação; oficialização de regras para correção monetária (tentativa de controlar as incertezas geradas pela inflação elucidando os protocolos de indexação); e revisão salarial, Lei n° 6.147 de 14 de outubro de 1974 (iniciativa do Executivo para sanar a crítica a lei anterior, buscava sanar as diferenças entre salário real e inflação).

> "Nesse ínterim, desenvolvia-se internamente uma crise financeira de grandes proporções alimentada pelo aumento das incertezas quanto ao futuro da economia, enquanto fermentavam conflitos políticos mais gerais que teriam grande importância para a definição do presidente entre os dois desafios de sua política econômica: estabilizar a economia ou "dar prioridade à continuidade do crescimento". (Dias Carneiro Netto, Dionísio. Crise e Esperança, 1974-1980. DE PAIVA ABREU, Marcelo. A Ordem do Progresso: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil. 2° edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p.249.)

A reestruturação da oferta, buscada pelo II PND, movimentou investimentos se concentrando em cinco áreas prioritárias, sendo elas (a) o setor de energia, buscando ampliar a produção de petróleo e gás natural, investir em energia nuclear e hidrelétrica, e reduzir a dependência de combustíveis fósseis importados, (b) alimentos, aumentando a produção agrícola, modernizando a infraestrutura rural e garantindo o abastecimento interno de alimentos, (c) indústria, com o objetivo de priorizar o desenvolvimento de bens de capital e insumos básicos, reduzir a dependência de importações e fortalecer a competitividade da indústria nacional, (d) transportes, visando expandir e modernizar a infraestrutura de transporte, incluindo portos, rodovias e ferrovias, para facilitar o escoamento da produção e a integração nacional, (e) controle da inflação, que era um problema persistente na economia brasileira na época. Contudo, os estímulos fiscais, creditícios e cambiais dos anos 70 contribuíram para a deterioração financeira do Estado e os problemas da dívida externa e inflação que surgiriam nos anos 80.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

O governo Geisel, ao priorizar o ajuste estrutural, incrementou significativamente a dívida externa. A opção por empréstimos com taxas de juros flutuantes tornou o país suscetível às mudanças bruscas na conjuntura internacional.

A escolha do sucessor de Geisel foi um processo complexo e tenso. Havia diferentes correntes dentro das Forças Armadas, entre os "linha dura", que defendiam a manutenção do regime autoritário, e os "linha branda", que defendiam a abertura política gradual. Figueiredo era um militar moderado, considerado um candidato de consenso entre as diferentes correntes. Ele foi eleito pelo Colégio Eleitoral em 1978, derrotando o candidato da oposição, Ulysses Guimarães.

O governo Figueiredo, em seu início, se deu como uma continuação do governo de Geisel, no entanto, ao se dar conta de que deveria fazer sua própria política, tentou reviver um "novo milagre econômico". Infelizmente deparou-se com o contexto internacional desfavorável, agravado pelo Segundo Choque do Petróleo e aumento do custo do endividamento externo.

> “A gravidade do problema fiscal foi sendo paulatinamente percebida por alguns técnicos do governo, e constituiu a preocupação central da Secretaria do Planejamento no início do governo Figueiredo. O novo titular da Seplan, Mário Henrique Simonsen, no entanto, não conseguiu sensibilizar seus colegas de gabinete para o problema. Tampouco pareceu convencer o Presidente da República do caráter explosivo da ameaça inflacionária representada por um desequilíbrio sem limites entre meios e gastos governamentais. Anos de repressão de preços e tarifas do setor público, utilização das empresas estatais como instrumento de captação de empréstimos externos, concessão por vezes abusiva de incentivos fiscais, subsídios creditícios e prática generalizada de artifícios financeiros que mascaravam a verdadeira dimensão do desequilíbrio fiscal na economia brasileira não seriam desmontados, entretanto, de forma tão fácil.” (Dias Carneiro Netto, Dionísio. Crise e Esperança, 1974-1980. DE PAIVA ABREU, Marcelo. A Ordem do Progresso: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil. 2° edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p.260.)

As políticas recessivas adotadas no início do governo Figueiredo visavam a redução das necessidades de divisas estrangeiras, mas seus efeitos se traduziram em queda do produto industrial e melhora na balança comercial. A inflação persistiu como desafio, e somente em 1986, após muita resistência, o governo formalizou um acordo com o FMI. O cenário interno começou a se flexibilizar em 1984 com a recuperação norte-americana e aquecimento da economia mundial.

A década de 1974 a 1985, portanto, marcou um período de intensas turbulências na economia brasileira, evidenciando a necessidade de soluções criativas para enfrentar desafios econômicos. A superação desses obstáculos construiu as bases para um novo ciclo econômico e político nos anos subsequentes, destacando a resiliência do Brasil diante de um cenário desafiador.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Bielschowsky (2000), argumenta que durante a década de 1960 e até o fim do auge econômico mundial em 1973/1974, a América Latina experimentou um rápido crescimento, com uma média anual de 6,7%, acompanhado por um excelente desempenho nas exportações, que cresceram a uma taxa de 7,5% ao ano. Ao mesmo tempo, a região se beneficiou de uma liquidez internacional abundante, o que resultou em um influxo de divisas provenientes das receitas de exportação, permitindo, em apoio ao processo de industrialização, uma expansão média anual das importações de 13,5%.

Em resposta à recessão mundial que se seguiu ao choque do petróleo em 1973, os países latino-americanos recorreram à dívida para manter o crescimento ou estabilizar a economia. Para isso, aproveitaram a reciclagem volumosa dos petrodólares, que buscavam destinos para investimento.

No caso do Brasil, seguiu-se a estratégia de industrialização com proteção e forte intervenção estatal, além da diversificação das exportações de produtos manufaturados, reforçando uma tendência que já estava em curso desde o final da década de 1960.

No âmbito econômico, o fim do ciclo expansivo mundial marcou o início de uma nova fase na história regional. Duas novidades se destacaram: a crescente instabilidade macroeconômica, que perdurou por mais de uma década, e a presença cada vez maior do setor financeiro no centro das atividades econômicas. Segundo os estudos da CEPAL dos anos 80, essa fase foi caracterizada pela nova hegemonia do sistema financeiro sobre o sistema produtivo. A ideia era que os esforços direcionados à implementação de sistemas diversificados de produção e exportação foram cada vez mais sufocados por políticas econômicas e ideologias que, essencialmente, serviam à rentabilidade do setor bancário, prejudicando o crescimento e o progresso técnico (BIELSCHOWSKY, 2000).

2.1.8 Derrotas para a Inflação (1985-1994)

A Nova República, inaugurada em 1985 com o fim do regime militar, marcou uma transição importante na história política do Brasil. Após duas décadas de autoritarismo, o país iniciou um período de redemocratização, marcado pela restauração das instituições democráticas e pelo retorno das eleições diretas para presidente.

O governo de Tancredo Neves é um marco importante nesse processo de transição. Tancredo Neves foi eleito presidente pelo Colégio Eleitoral em 1985, após uma campanha marcada pela esperança de restauração da democracia e pela promessa de mudança após

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

anos de ditadura militar. No entanto, Tancredo Neves faleceu antes de assumir oficialmente a presidência, em decorrência de complicações de saúde. Em seu lugar, assumiu o vice-presidente, José Sarney, que se tornou o primeiro presidente civil após mais de duas décadas de governo militar.

Contudo, o período marcou uma fase tumultuada na história econômica e política do Brasil, caracterizada por uma série de tentativas fracassadas de controlar a inflação e estabilizar a economia. A declaração de moratória pelo Brasil, em 1987, teve um impacto significativo no mercado internacional, resultando em uma perda de confiança dos investidores estrangeiros e uma consequente falta de entrada de capital no país. A crise financeira que se seguiu foi tão grave que a inflação deixou de ser um fenômeno anual para se tornar mensal, indicando a profundidade dos desequilíbrios macroeconômicos.

Sarney, como o primeiro presidente civil após a ditadura, herdou uma economia em crise, com altos índices de inflação e desequilíbrios estruturais. Para enfrentar esses desafios, seu governo implementou uma série de políticas econômicas, com destaque para os planos de estabilização.

O primeiro desses planos foi o Plano Cruzado, lançado em 1986; a taxa de conversão estabelecida foi de mil cruzeiros por cruzado. O objetivo principal do Cruzado era conter a inflação, que atingia níveis alarmantes. O plano introduziu uma série de medidas drásticas, como o congelamento de preços, reajuste dos salários que aconteciam de forma anual e a partir de uma escala móvel caso a taxa de inflação acumulasse o “gatilho” de 20%, a criação de uma nova moeda (o cruzado) e a indexação dos contratos pela nova moeda. O Cruzado foi bem recebido inicialmente e conseguiu reduzir temporariamente a inflação, mas acabou enfrentando dificuldades devido a pressões inflacionárias e distorções econômicas, levando ao seu eventual fracasso.

Modiano (1991) destaca que o Plano Cruzado não definiu diretrizes claras para as políticas monetária e fiscal, deixando sua condução à mercê das decisões dos formuladores de política econômica. A política monetária, nos meses iniciais do plano, buscou suprir a demanda por moeda sem gerar inflação, com as taxas de juros servindo como indicador de eventuais desequilíbrios.

Diante dos problemas enfrentados pelo Cruzado, o governo lançou o Plano Cruzadinho em 1987, uma tentativa de corrigir as falhas do plano anterior. O Cruzadinho incluía medidas como o descongelamento gradual de preços e o controle da expansão monetária. No entanto, o plano não foi capaz de conter a inflação de forma duradoura e também acabou sendo considerado um fracasso.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Em seguida, veio o Plano Cruzado II, lançado em 1987. Este plano visava corrigir as distorções econômicas geradas pelo Cruzado, através de medidas como a desindexação da economia e a redução do déficit público. No entanto, assim como seus antecessores, o Cruzado II não conseguiu estabilizar a economia e também acabou sendo abandonado.

Modiano (1991) descreve o Cruzado II como um conjunto de medidas fiscais que visavam aumentar a arrecadação do governo, mas que resultaram em um forte impacto inflacionário. O autor argumenta que os aumentos de preços públicos e administrados funcionaram como uma válvula de escape para a inflação reprimida durante o congelamento anterior.

O novo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, iniciou sua gestão com meta de crescimento do PIB de 3,5% em 1987 e com disposição para negociar com o FMI caso fosse necessário; em 12 de junho de 1987 apresentou a população um novo programa de estabilização, diferente do plano Cruzado o plano Bresser não tinha como meta a “inflação zero”, pretendia apenas promover um choque deflacionário e manter baixas as taxas de inflação juntamente com o déficit público.

Os preços e os salários foram congelados por 90 dias, a indexação salarial ganhou uma nova base, a URP (Unidade de Referência de Preços), e a cada três meses os ajustes seriam pré fixados de acordo com a inflação média. O ajuste salarial mensal, após os 90 dias, manteve o “gatilho” para taxas de inflação superiores a 20%. Em um primeiro momento o plano foi efetivo, entretanto, a partir de janeiro de 1988 observou-se a retomada da ortodoxia, do gradualismo e a economia caminhava novamente para a hiperinflação, levando Bresser Pereira a pedir demissão.

> “No que tange à política fiscal, o programa visava reduzir o déficit público em 1987 dos 6,7% do PIB projetados para cerca de 3,5% do PIB. No entanto, as primeiras medidas anunciadas produziriam apenas uma redução modesta: os aumentos das tarifas públicas gerariam uma receita adicional igual a 0,8% do PIB e a eliminação do subsídio do trigo resultaria numa economia de gastos da ordem de 0,4% do PIB. O Plano de Coerência Macroeconômica, elaborado posteriormente, anunciaria cortes adicionais no déficit do setor público. Os responsáveis pela execução do plano acreditavam que o adiamento de alguns projetos de investimento público, sem fundos orçamentados, contribuiria para criar uma nova imagem de austeridade para o governo.
> Além disso, para o ano seguinte, o Plano Bresser se comprometia com: a independência do Banco Central na condução da política monetária; a proibição das emissões de moeda para financiar os déficits do Tesouro; a orçamentação prévia de todas as despesas do governo; e a unificação dos múltiplos orçamentos do governo.”(Marco Modiano, Eduardo. A Ópera dos Três Cruzados, 1985-1990. DE PAIVA ABREU, Marcelo. A Ordem do Progresso: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil. 2° edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p.299.)

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Mailson de Nóbrega, novo ministro da fazenda, propôs o que foi chamado de “arroz-com-feijão”, o plano foi assim chamado devido à sua abordagem simplificada e pragmática para lidar com a crise econômica que o Brasil enfrentava na época, as metas propostas incluíam a redução gradual do déficit público e estabilização da inflação, em torno de 15% ao mês. Apesar do governo ter reiterado que não adotaria um novo congelamento de preços, o que contribuiu para manter as taxas de inflação abaixo de 20% ao mês no primeiro semestre de 1988, o sucesso da política do "feijão-com-arroz" foi temporário. Houve uma contenção inicial da explosão inflacionária, mas a taxa de inflação acabou retornando aos patamares anteriores ao lançamento do plano. No segundo trimestre de 1988, as taxas mensais de inflação ultrapassaram os 19%, impulsionadas pelo aumento da velocidade de correção dos preços públicos e por um choque agrícola desfavorável que elevou os preços no atacado. Diante da expectativa de uma inflação de 30% em janeiro de 1989, estabeleceu-se um limite máximo de 24,5% para os reajustes de preços, visando ganhar tempo para a preparação de um programa mais abrangente de desindexação.

O plano Verão entrou em vigência em 14 de janeiro de 1989 promovendo uma reforma monetária com a criação de uma nova moeda, o Cruzado Novo (Cr$N), equivalente a 1.000 Cruzados (Cr$). O plano de estabilização foi híbrido combinando elementos ortodoxos como a contração da demanda agregada no curto prazo por meio da prática de juros reais elevada e cortes nas despesas públicas, e elementos heterodoxos como um choque de desindexação suspendendo os mecanismos que realimentam a inflação incluindo o fim da URP.

Os salários foram convertidos para novos cruzados com base no poder de compra médio dos últimos 12 meses, sendo aplicada uma URP prefixada. Aqueles cujos salários estivessem acima da média de 1988 não teriam redução nominal, enquanto as categorias com data base entre fevereiro e junho teriam aumentos salariais. Após fevereiro, a URP deixaria de corrigir os salários, e não foi estabelecida uma nova regra para os reajustes salariais, que seriam decididos em conjunto com representantes da classe empresarial e trabalhadora.

O Plano Verão foi considerado um sucesso inicialmente, pois conseguiu conter a inflação nos primeiros meses de sua implementação. No entanto, suas falhas começaram a ficar evidentes conforme o tempo passava. A falta de uma estratégia clara para os reajustes salariais levou a uma queda no poder de compra da população, enquanto a tabela de conversão para dívidas foi criticada por não levar em conta os efeitos da inflação e das taxas de juros.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Modiano (1991) argumenta que a economia brasileira, após o Plano Verão, se tornou ainda mais indexada, com reajustes frequentes de preços e salários. Esse cenário, somado ao desequilíbrio fiscal, gerou um temor generalizado de hiperinflação, especialmente a partir de 1989, com a aceleração da inflação mensal. Diante disso, havia a expectativa de que o novo governo, em 1990, implementaria um novo programa de estabilização, embora suas características ainda fossem incertas.

Em 1989, quando a inflação atingiu o seu patamar mais alto tivemos também o ápice da desigualdade brasileira, o que criou um enorme empecilho ao desenvolvimento econômico; havia esperança de que um novo presidente, com força política, fosse capaz de desacelerar o processo inflacionário. O Brasil então elege, de forma direta Fernando Collor de Mello, que assumiu em 1990 prometendo modernizar o país, desestatizar a economia, extinguir as mordomias e abrir o mercado para os produtos estrangeiros.

No primeiro dia de governo Collor anunciou um novo pacote econômico, as medidas costuradas pela ministra da economia Zélia Cardoso de Mello deixaram o país perplexo, as pessoas que tinham poupança, aplicações ou até cruzados na conta corrente tiveram o dinheiro confiscado. O plano era a tentativa de resolver a inflação através de um choque diferente dos anteriores; se acreditou que se a moeda em circulação fosse reduzida substancialmente e repentinamente a inflação acabaria. O plano foi um desastre e acabou representando uma guerra entre o governo e a sociedade.

O Plano Collor desorganizou a vida monetária nacional, os bancos e as pessoas viviam em um constante dessaber, era como se as regras do jogo mudassem todos os dias. Durante esse período tivemos a extinção de vários órgãos estatais, abertura comercial, abertura financeira, ajuste fiscal, ajuste monetário e uma abertura forte e rápida da economia com uma lista de mais de 3.000 produtos cuja importação era proibida.

O Plano Collor derrubou a inflação, mas o preço foi alto, o PIB caiu mais de 4%, a economia brasileira sofreu a imposição de um choque fortíssimo que provocou uma queda expressiva da atividade econômica, com muitas empresas declarando falência e indústrias parando, pois estavam agora expostas à concorrência internacional. A economia toda mudou, mas no combate à inflação o plano Collor fracassou , houve uma segunda tentativa, o Plano Collor 2, que era a saída do congelamento de preços, mas também não funcionou. A popularidade do presidente caiu, pela violência do plano e continuou caindo devido ao fracasso do plano e das denúncias de corrupção; o presidente renunciou em 1992 em meio a um processo de impeachment, Itamar Franco assumiu um país com 2.700% de inflação.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Itamar convida o então chanceler Fernando Henrique Cardoso para assumir o ministério da fazenda, e seu primeiro impulso foi colocar a casa em ordem; seu trabalho visava restaurar a estabilidade econômica e iniciar um processo de reformas estruturais que eventualmente levariam à estabilização da economia brasileira.

Na década de 80, a América Latina foi marcada por uma sucessão de crises cambiais, afetando a maioria das economias da região. A elevação das taxas de juros nos Estados Unidos desencadeou um processo recessivo nas economias latino-americanas, fragilizadas em suas condições macroeconômicas, à medida que o influxo de capitais diminuía. Em resposta, a opção pelo ajuste recessivo foi reforçada, e as negociações de financiamento da dívida passaram a incluir cláusulas de condicionalidade por parte do FMI e do Banco Mundial (BIELSCHOWSKY, 2000).

2.1.9 O Plano Real (1994 - 2002)

A inflação elevada durante 15 anos consecutivos no Brasil evidenciou disfuncionalidades econômicas, marcadas por sucessivos fracassos em planos de estabilização como o Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão, Primeiro e Segundo Plano Collor, implementados entre 1986 e 1991. Diante desse cenário, ressurgiu a proposta de criar uma moeda “indexada virtualmente”, inicialmente apresentada em 1984 por André Lara Resende e Pérsio Arida. A ideia era utilizar a Unidade Real de Valor (URV) como referência, mantendo os preços estáveis mesmo diante da desvalorização diária da moeda nacional, o Cruzado Novo. Esse processo gradual de indexação proporcionou credibilidade ao plano, mas também demandou a resolução do déficit do governo, uma das principais causas da inflação.

Fernando Henrique Cardoso conquistou apoio político para o Plano Real, além de buscar a normalização das relações internacionais do Brasil, afetadas pela moratória da dívida externa em 1987. O lançamento do URV contou com transparência governamental e apoio da população, que compreendeu a importância da estabilização econômica. Com a organização da inflação, houve uma queda na linha de pobreza e uma significativa ascensão da classe média.

De acordo com Paiva Abreu e Werneck (2014, p. 323), a introdução do real em 1994 foi acompanhada de medidas para garantir a estabilidade da nova moeda, incluindo o controle da taxa de câmbio, a disciplina fiscal e a política monetária restritiva.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Apesar dos desafios, o Real consolidou-se como uma moeda estável, refletida na menor taxa de inflação registrada em 1998. No entanto, ainda persistiam problemas, como o impacto no sistema bancário, desencadeando uma crise generalizada, que exigiu medidas impopulares para preservar o sistema financeiro, como a operação PROER. O objetivo principal do PROER era intervir e recuperar instituições financeiras consideradas insolventes ou em situação de grave fragilidade financeira, a fim de evitar uma crise sistêmica no sistema financeiro nacional.

A operação consistia em fornecer suporte financeiro às instituições em dificuldades por meio de empréstimos concedidos pelo Banco Central do Brasil (BC), com garantias do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e, em alguns casos, com participação acionária do governo federal. Além disso, o PROER incluiu medidas de reestruturação e saneamento das instituições beneficiadas, como a alienação de ativos problemáticos, a absorção de passivos pelo BC e a venda ou fusão com outras instituições financeiras saudáveis.

Embora tenha sido eficaz em estabilizar o sistema financeiro e evitar uma crise mais ampla, o PROER também gerou controvérsias devido aos custos significativos para os cofres públicos e à percepção de que algumas instituições financeiras foram beneficiadas em detrimento de outras. No entanto, é amplamente reconhecido que a operação foi fundamental para restaurar a confiança no sistema financeiro brasileiro e permitir a continuidade do processo de estabilização econômica iniciado pelo Plano Real.

Enquanto isso, a oposição, liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), criticava a política econômica do governo. A campanha eleitoral de 2002 trouxe incertezas ao mercado financeiro. No final do primeiro mandato de FHC, o governo enfrentou dificuldades para garantir o apoio político necessário para avançar com as reformas. A mobilização para a aprovação da emenda constitucional da reeleição desviou a atenção das reformas econômicas. Além disso, a deterioração das contas externas e o enfraquecimento da coalizão política afetaram a estabilidade econômica.

Após a crise cambial de 1999, o governo implementou um programa de estabilização econômica, incluindo medidas de ajuste fiscal e reformas estruturais. A nomeação de Armínio Fraga para a presidência do Banco Central e o sucesso das políticas econômicas ajudaram a restaurar a confiança dos investidores e a estabilizar a economia. O estabelecimento do tripé macroeconômico, com superávit fiscal, câmbio flutuante e metas de inflação, proporcionou uma base sólida para o crescimento econômico.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Todavia, o Brasil enfrentava novos desafios com a aproximação das eleições de 2002, quando o candidato pelo PT, Luiz Inácio Lula da Silva, questionou a continuidade das políticas vigentes, gerando uma onda de pessimismo e a necessidade de recorrer ao FMI. O escândalo de financiamento de campanha e a divisão na coalizão governista enfraqueceram a candidatura do PSDB. A candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva ganhou força, prometendo manter as políticas econômicas fundamentais. A crise política e econômica destacou a importância da estabilidade política e das políticas econômicas consistentes para a estabilidade do país. Apesar dos desafios enfrentados durante o governo de FHC, as reformas econômicas implementadas ajudaram a estabilizar a economia brasileira e a preparar o terreno para o sucesso futuro.

> "O novo acordo com o FMI, envolvendo o maior empréstimo até então concedido pela instituição – US$30 bilhões, num período de 15 meses –, foi anunciado no início de agosto. A maior parte do desembolso estava prevista para 2003, primeiro ano do mandato presidencial que estava prestes a ter início. US$24 bilhões estariam à disposição do novo governo. Após certa hesitação inevitável, todos os candidatos presidenciais relevantes, Lula inclusive, tiveram encontros separados com FHC e se comprometeram a cumprir os pontos essenciais do acordo. Foi um rito de passagem da maior importância. E que abriu a Lula espaço de manobra para abandonar o discurso mais radical e se mover decisivamente para o centro."(L. F Werneck, Rogério. Consolidação da Estabilização e Reconstrução Institucional, 1995-2002. DE PAIVA ABREU, Marcelo. A Ordem do Progresso: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil. 2° edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p.323.)

A crise econômica que se delineava em 2002 representava um desafio significativo para qualquer governo. Tornou-se evidente que o eleitorado clamava por mudanças sociais, expressando um desejo de eleger Lula, enquanto mantinha a demanda por estabilidade monetária. A estratégia adotada pela campanha de Lula, de elaborar uma carta aos brasileiros, comprometeu-se com uma série de princípios fundamentais para preservar essa estabilidade fiscal.

A divisão dentro do governo de FHC comprometeu a eficácia na abordagem dos novos desafios econômicos após o sucesso do Plano Real. A adoção de uma política fiscal mais austera foi adiada devido ao embate entre os defensores da desvalorização cambial e aqueles que enfatizavam a necessidade de ajuste fiscal prévio. Essa indecisão resultou na transição para um regime de câmbio flutuante.

Os esforços para garantir a continuidade do programa de estabilização monetária e fiscal durante o período eleitoral de 2002 refletiram um momento crucial na história política e econômica do Brasil. Diante da iminente eleição presidencial e das incertezas políticas associadas, tanto o governo quanto a oposição enfrentaram desafios significativos em relação à manutenção da estabilidade econômica e à obtenção do apoio necessário para implementar medidas eficazes.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

A instabilidade política e econômica que caracterizou esse período destacou a importância dos ajustes e reformas estruturais para garantir a sustentabilidade e o crescimento do país. A coalizão política, essencial para a implementação dessas medidas, enfrentou desafios internos e externos, evidenciando a complexidade do ambiente político brasileiro e as divergências ideológicas e estratégicas entre os diferentes atores políticos.

O desfecho das eleições e a transição de poder subsequente marcaram uma nova fase na história econômica do Brasil, com desafios e oportunidades únicas para a continuidade das políticas macroeconômicas e a busca por um desenvolvimento sustentável e inclusivo. O papel do FMI e outras instituições internacionais na facilitação desse processo, bem como o envolvimento e a resposta do mercado financeiro e da sociedade civil, foram elementos importantes na definição do caminho futuro do país.

Nos anos 1990, os países da região experimentaram grandes influxos de capital estrangeiro, revertendo drasticamente o estrangulamento externo anterior. Isso resultou em uma moderada recuperação econômica, acompanhada por uma importante estabilização de preços. O PIB cresceu em média 3,5% entre 1990 e 1997, porém o processo de crescimento deixou a desejar em termos de aumento nas taxas de investimento, especialmente em termos reais. A estabilização foi frequentemente acompanhada pelo controle do déficit fiscal e pela cautela na gestão do crédito, mas também foi acompanhada adversamente pela ampliação do déficit na conta corrente do balanço de pagamentos, em grande parte devido à valorização generalizada da taxa de câmbio. Essa valorização foi resultado da pressão da abundante entrada de financiamento externo, utilizado por muitos países da região como um elemento importante no controle da inflação, fortalecido ainda mais pela significativa entrada de capital estrangeiro direto, em parte destinado à privatização. Com isso, o problema da vulnerabilidade externa continuou presente na região, representando uma ameaça constante à estabilidade macroeconômica (BIELSCHOWSKY, 2000).

Houve uma busca por compreender as exigências impostas pelo novo modelo de inserção internacional em termos de modernização das infraestruturas produtivas desgastadas e de reestruturação da especialização inadequada das economias da região, visando construir competitividades sistêmicas. Embora o contexto fosse novo, as preocupações estruturalistas com a vulnerabilidade externa, incluindo a vulnerabilidade financeira, permaneceram válidas.

2.1.9.1 Governo Lula: Desdobramentos (2002-2010)

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Lula, ao assumir a presidência, expressou seu compromisso em manter a estabilidade econômica, iniciando sua gestão com uma mensagem de austeridade. Sua ascensão à liderança nacional foi acompanhada por uma surpresa: as escolhas iniciais para a equipe econômica, que delinearam o rumo das políticas a serem implementadas.

Mantendo o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), estabeleceu-se que 80% dos recursos seriam desembolsados no governo subsequente. O período que se seguiu foi marcado por um crescimento econômico notável, com Lula reforçando o compromisso com o tripé macroeconômico, adotando uma filosofia de melhoria do ambiente de negócios, legado do governo anterior. A conjuntura internacional favorável, impulsionada pelas exportações brasileiras para a China e pelo boom das commodities, aliada a taxas de juros internacionais próximas de zero, contribuíram para o crescimento robusto.

O Brasil experimentou uma expansão significativa de sua produção e consumo, acumulando reservas recordes e alcançando superávits comerciais expressivos. A inclusão social foi uma prioridade, com programas como o Bolsa Família beneficiando milhões de brasileiros e reduzindo a desigualdade social.

Em 2004, apesar dos desafios enfrentados, houve uma redução significativa na taxa oficial de inflação, caindo de 9,3% em 2003 para 7,6% em 2004. Este declínio foi particularmente reconfortante, considerando a impressionante recuperação das contas externas. As exportações aumentaram substancialmente de US$60,4 bilhões em 2002 para US$96,5 bilhões em 2004. Além disso, o saldo comercial cresceu de US$13,1 bilhões em 2002 para US$33,6 bilhões em 2004. Esse aumento no superávit comercial possibilitou a transformação do déficit em conta corrente, que era de 1,7% do PIB em 2002, em um superávit de quase 2% do PIB em 2004. O ajuste tão aguardado das contas externas finalmente ocorreu de forma vigorosa, impulsionado pelo boom nos preços das commodities e pela depreciação cambial, abrindo perspectivas promissoras para a economia (ABREU, 2014).

A crise do mensalão, ocorrida durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é um dos episódios mais marcantes e controversos da história política recente do Brasil. Esse escândalo político, que veio à tona em meados de 2005, teve repercussões significativas tanto para o governo quanto para a sociedade brasileira, abalando a confiança na classe política e gerando intensos debates sobre ética, corrupção e transparência no país.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

O mensalão veio à tona em meio a um cenário político já marcado por tensões e acusações de corrupção. O escândalo envolveu a descoberta de um esquema de pagamento de propinas a parlamentares em troca de apoio político ao governo. A revelação inicial do mensalão ocorreu em uma entrevista coletiva do então deputado federal Roberto Jefferson, que acusou o governo de comprar o apoio de parlamentares por meio de mesadas mensais.

A revelação do mensalão desencadeou uma série de investigações e processos judiciais que resultaram na condenação de diversos políticos e figuras influentes, tanto do governo quanto da oposição. O episódio abalou a credibilidade do governo Lula e gerou instabilidade politica, levando à renúncia de alguns ministros e a uma intensa pressão da opinião pública por medidas de combate à corrupção.

Diante da gravidade do escândalo, o governo Lula adotou medidas para investigar e punir os envolvidos, demonstrando um compromisso público com a transparência e a ética na administração pública.

O segundo mandato de Lula foi marcado por uma mudança na orientação das políticas econômicas, com uma maior intervenção do Estado na economia. Figuras como Guido Mantega e Dilma Rousseff desempenharam papéis-chave na formulação e implementação dessas políticas, que visavam estimular o crescimento.

A adoção de políticas distributivas mais ousadas sempre foi um ponto central do programa do PT. Desde a campanha presidencial de 2002, o partido defendeu a implementação imediata de um programa de erradicação da pobreza extrema, conhecido como Fome Zero. Após um período inicial de indefinição, em que se discutiu o desafio logístico de garantir a distribuição física de alimentos para famílias carentes em todo o país, o Fome Zero evoluiu rapidamente para o Bolsa Família. Este último era um programa mais abrangente de transferência de renda, resultado da unificação, em outubro de 2003, de programas mais específicos criados no governo anterior.

O acesso ao Bolsa Família foi condicionado ao cumprimento, pelas famílias beneficiadas, de requisitos relacionados à nutrição, saúde e frequência escolar das crianças. A abrangência do programa foi rapidamente expandida, passando de 3,6 milhões de famílias beneficiadas em 2003 para 11 milhões em 2006, e atingindo 12,8 milhões em 2010, ao final do segundo mandato do Presidente Lula. Focando principalmente nas faixas mais pobres da população, o Bolsa Família conseguiu alcançar mais de um quinto do total de famílias do país, mantendo custos relativamente baixos. O dispêndio com o programa em 2010 representou cerca de 0,4% do PIB (ABREU, 2014).

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

O acúmulo de reservas e o superávit comercial expressivo até 2006/2007 foram testemunhos dos resultados econômicos impressionantes alcançados. O sucesso do governo Lula foi evidente, com um crescimento médio de 4,5% e uma transformação social significativa, marcada pela redução da desigualdade e pela ascensão da classe C. No entanto, em 2008, a crise financeira global trouxe desafios inesperados, interrompendo o ciclo de crescimento ascendente.

O Banco Central do Brasil (Bacen) reagiu de forma ágil, adotando medidas keynesianas para estimular a economia, aumentando os gastos públicos e incentivando o consumo. A intervenção estatal se intensificou, divergindo dos preceitos anteriores, culminando em mudanças significativas na equipe econômica e em uma política mais centralizadora.

A transição para o governo de Dilma Rousseff manteve o foco nas políticas sociais, mas enfrentou um cenário de desaceleração econômica global e desafios domésticos crescentes. A busca por soluções ortodoxas de curto prazo, visando conter a inflação e reconstruir a confiança empresarial, tornou-se imperativa. A falta de competitividade da economia brasileira e a necessidade de investimentos em capital humano e físico emergiram como prioridades, demandando um planejamento de longo prazo.

O período de 2002 a 2010 no Brasil foi marcado por crescimento econômico significativo, redução da pobreza e aumento da inclusão social. PIB brasileiro cresceu a uma taxa média anual de 4,2% durante o período, impulsionado principalmente pelo boom das commodities e pelo aumento do consumo interno. Esse crescimento gerou novos empregos e aumentou a renda da população (BACEN).

A taxa de pobreza extrema no Brasil caiu de 29,2% em 2002 para 6,8% em 2014, segundo dados do IBGE. Essa redução foi resultado de diversos fatores, como o aumento do salário mínimo, a expansão dos programas de transferência de renda (como o Bolsa Família) e o acesso à educação e à saúde; houve um aumento significativo da participação da população de baixa renda no consumo de bens e serviços, com destaque para o acesso a bens duráveis (como eletrodomésticos e móveis), planos de saúde e serviços de educação.

Apesar do crescimento econômico e da redução da pobreza, a desigualdade social no Brasil se manteve em níveis elevados. O índice de Gini, que mede a concentração de renda, caiu de 0,583 em 2002 para 0,531 em 2014, mas ainda estava entre os mais altos do mundo (IBGE). Essa desigualdade se manifestava na concentração de renda nas mãos de uma pequena parcela da população, enquanto a maioria da população ainda vivia em condições precárias.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

A economia brasileira se manteve altamente dependente da exportação de commodities, tornando-a vulnerável às flutuações dos preços internacionais. Além disso, o país importava muitos produtos manufaturados, o que gerava um déficit comercial crônico. Essa dependência limitava a capacidade do Brasil de diversificar sua economia e de se desenvolver de forma autônoma (FURTADO, 1970).

O processo de desindustrialização se intensificou durante o período, com o fechamento de diversas fábricas e a perda de postos de trabalho em setores importantes da indústria, como a têxtil e a automobilístico. Isso contribuiu para o aumento do desemprego e para a desigualdade social, além de enfraquecer a base industrial do país (FURTADO, 1970).

2.1.10 Síntese

A história econômica do Brasil reflete uma evolução complexa, desde os primórdios da República até os desafios contemporâneos.

A Primeira República Brasileira, marcada pelo regime oligárquico e pela hegemonia da cafeicultura, foi um período de contrastes e dependência externa. A economia nacional dependia fortemente da exportação de produtos primários, principalmente café, para os mercados dos países centrais. Essa dependência tornava o Brasil vulnerável às flutuações dos preços internacionais e às políticas comerciais das nações desenvolvidas. O café representava cerca de 70% das exportações brasileiras e era responsável por grande parte da geração de renda (Lima, 1984). Em 1929, a queda drástica dos preços do café no mercado internacional provocou uma grave crise na economia brasileira, conhecida como a Crise de 1929.

A dependência da exportação de produtos primários, principalmente café, configurava a principal fragilidade da economia brasileira durante a Primeira República. As oscilações nos preços internacionais do café impactavam diretamente a renda nacional, gerando instabilidade e crises. Essa situação era agravada pela falta de diversificação da produção e pela incipiente industrialização do país (LIMA, 1984).

Em 1929, a quebra da Bolsa de Nova York desencadeou uma crise global de proporções épicas. O preço do café despencou, levando o Brasil a uma grave recessão. A crise expôs a fragilidade da economia brasileira, baseada na exportação de um único produto. As consequências foram severas: queda da renda, aumento do desemprego, contração do crédito e retração da produção industrial (FURTADO, 1969).

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Em contraposição à teoria das vantagens comparativas, que defendia a especialização em produtos onde um país tivesse maior produtividade, surge a teoria das desvantagens comparativas dinâmicas. A tese propõe que a especialização em bens primários pode gerar uma "armadilha do subdesenvolvimento", impedindo o progresso técnico e a industrialização. Argumenta-se que a dependência de produtos primários com demanda inelástica nos países centrais e a necessidade de importação de produtos manufaturados com alta elasticidade da demanda na periferia perpetuam a subordinação dos países subdesenvolvidos (BIELSCHOWSKY, 2000).

A hegemonia da cafeicultura e a falta de diversificação da produção expuseram a fragilidade da economia brasileira frente às flutuações internacionais. A Crise de 1929 evidenciou a necessidade de industrialização e diversificação da matriz produtiva para reduzir a vulnerabilidade do país. A teoria das desvantagens comparativas dinâmicas reforça essa ideia, alertando para os riscos da especialização em bens primários e defendendo a industrialização como caminho para o desenvolvimento sustentável (Bielschowsky, 2000).

Com a Era Vargas o Brasil experienciou o processo de substituição de importações (PSI) que teve início na década de 1930, e se intensificou nas décadas seguintes, com o objetivo de promover a criação e o crescimento de uma indústria nacional. Esse movimento implicava na produção interna daquilo que antes era importado. A teoria de que a industrialização está ligada às crises da agroexportação é frequentemente associada a Celso Furtado e Raúl Prebisch, conhecida como a teoria dos choques adversos. A crise que afetou a balança de pagamentos em 1929, após o colapso da Bolsa de Nova York, pode ser considerada como um estímulo para o governo recorrer à desvalorização da moeda nacional, contribuindo para o encarecimento das importações, assistindo a criação do mercado interno para a indústria nacional; a mudança de preços relativos acaba favorecendo a produção doméstica.

No entanto, o processo de industrialização, enfrentou permanentemente a tendência ao desequilíbrio estrutural da balança de pagamentos, já que as importações eram “aliviadas” por um lado, mas novas exigências surgiam, derivadas da nova estrutura produtiva e do crescimento da renda. Sendo assim, a composição das importações era apenas alterada, enquanto o problema da insuficiência de divisas ia se alterando continuamente (BIELSCHOWSKY, 2000).

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

O governo brasileiro implementou medidas para impulsionar a indústria emergente. Um exemplo disso foi a criação, em 1937, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial pelo Banco do Brasil. Essa iniciativa, diante da ausência de bancos de desenvolvimento, marcou oficialmente o início do financiamento de capital fixo e de giro para a indústria, algo que o Estado havia realizado de forma esporádica durante a República Velha. Além disso, é relevante mencionar que em 1935 o governo brasileiro firmou um tratado comercial com os Estados Unidos. Esse acordo concedia vantagens a determinados produtos de exportação brasileiros, como café, borracha e cacau, em troca de reduções de 20% a 60% nas tarifas de importação de produtos industriais norte-americanos, como máquinas, equipamentos e aços (Boris, 2006). Essa mudança evidenciou um novo aspecto da dependência econômica, caracterizado pela crescente penetração do capital estrangeiro; essa penetração, que antes se limitava ao setor primário-exportador, agora se dirigia também ao setor manufatureiro, através de investimentos diretos de capital-maquinaria. (BAMBIRRA, 2020).

O governo de Eurico Gaspar Dutra enfrentou desafios econômicos significativos, caracterizados pela "ilusão de divisas" decorrente da adoção do padrão ouro dólar e do sistema de Bretton Woods. Dutra herdou uma economia que buscava se ajustar ao novo cenário mundial pós-Segunda Guerra Mundial, com expectativas infladas sobre a estabilidade cambial e a atração de investimentos estrangeiros, especialmente dos Estados Unidos.

O período também foi marcado pela continuação do modelo de industrialização dependente, com foco na exportação de produtos primários e uma relação desigual com países industrializados. Embora tenham sido adotadas políticas para atrair investimentos estrangeiros e modernizar certos setores, a economia brasileira manteve-se dependente do capital externo e das flutuações do mercado internacional.

O retorno de Getúlio Vargas à presidência em 1951 trouxe uma nova fase de políticas econômicas e sociais, com foco na industrialização e na intervenção estatal. Vargas adotou uma abordagem mais desenvolvimentista, implementando políticas que visavam fortalecer a economia interna e reduzir a dependência do capital estrangeiro.

A ênfase na industrialização e na substituição de importações foi intensificada, promovendo a diversificação da base produtiva e incentivando o crescimento de setores estratégicos. No entanto, o governo Vargas também enfrentou desafios, como a inflação crescente e o desequilíbrio orçamentário. A pressão política e econômica culminou no suicídio de Vargas em 1954, marcando um fim trágico para um período de intensas transformações e controvérsias.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Com a morte de Vargas, João Café Filho assumiu a presidência, enfrentando o desafio de conciliar forças divergentes para sustentar seu governo que adotou um programa de estabilização econômica, implementando medidas de austeridade e contração tanto no âmbito creditício quanto monetário. Houve cortes orçamentários significativos em setores como indústria, comércio, viação e obras públicas.

Embora considerado um governo de transição, a administração de Café Filho não conseguiu aprovar uma reforma articulada com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o que impactou as finanças públicas. Sua gestão marcou a unificação cambial com um regime de taxa flutuante, destacando uma fase de mudanças econômicas no Brasil.

Os governos de Dutra, Vargas e Café Filho, foi marcado por tentativas de estabilizar e modernizar a economia brasileira. Enquanto Dutra tentou ajustar a economia ao novo cenário global pós-guerra, Vargas adotou uma abordagem mais desenvolvimentista, apesar dos desafios inflacionários e políticos. Café Filho, por sua vez, focou em medidas de estabilização econômica em meio a um cenário político conturbado. Esses governos estabeleceram as bases para um desenvolvimento econômico mais autônomo, apesar das limitações e obstáculos enfrentados.

A Quarta República (1956 - 1964) viu um notável impulso no processo de industrialização, com o governo buscando diversificar a economia e reduzir a tradicional dependência das exportações de produtos primários, como o café. A industrialização acarretou um rápido processo de urbanização, marcado pelo crescimento de centros industriais e pelo aumento da população urbana. Inicialmente, instrumentos como taxas de câmbio, quotas, tarifas e impostos de importação e exportação eram cruciais para a política econômica. Contudo, uma reforma operacional no sistema cambial em 1957 objetivou simplificar as múltiplas taxas de câmbio, visando principalmente a substituição de bens de capital.

Na América Latina, a partir dos anos 1960, observou-se uma crescente polarização política e ideológica, que em alguns casos resultou em confrontos entre ditaduras de direita e organizações de esquerda revolucionárias. O desenvolvimento econômico continuava obstaculizado, e, segundo autores como José Medina e Enzo Faletto, a dependência associada ao subdesenvolvimento remontava à expansão das economias dos países desenvolvidos. Osvaldo Sunkel argumentava que o cerne do subdesenvolvimento residia no fato de que, enquanto na "metrópole" a maior parte da força de trabalho estava integrada à economia moderna, na "periferia" isso era verdade apenas para uma pequena fração da população.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

O governo de Juscelino Kubitschek (JK) emergiu com uma abordagem ousada para impulsionar o desenvolvimento econômico e social do país, conhecida como "ideologia desenvolvimentista". Esta ideologia, inserida em um contexto de otimismo e aspirações transformadoras, ressaltava a necessidade de acelerar o desenvolvimento econômico e modificar a estrutura do país.

O Plano de Metas foi controverso, alterando a estrutura produtiva do país e lançando as bases para resolver problemas de infraestrutura. A escassa disponibilidade de poupança para financiar a formação de capital foi uma característica proeminente desse período. Embora bem recebido por empresários, que destacaram a atuação do setor público no fornecimento de insumos básicos, críticas surgiram devido ao monopólio em alguns setores industriais e à intervenção excessiva no comércio exterior. O financiamento inflacionário, especialmente para a construção de Brasília, gerou polêmicas, evidenciando a ausência de fontes claras de recursos para todas as metas.

Com uma herança macroeconômica desfavorável do governo anterior de Juscelino Kubitschek, marcada por questões inflacionárias e déficits nominais, o governo de Jânio Quadros enfrentou desafios significativos. Em uma tentativa de estabilização, o governo priorizou a redução do desequilíbrio da balança de pagamentos, renegociação da dívida externa e combate à inflação. A Instrução 204 da Superintendência da Moeda e Crédito (SUMOC) desempenhou um papel crucial, unificando o mercado cambial e promovendo uma desvalorização da moeda. O objetivo era conter a pressão da política cambial sobre o Tesouro Nacional.

No entanto, a reforma não alcançou plenamente a unificação cambial almejada, apresentando um impacto limitado na competitividade das exportações e na reorientação dos recursos para a produção de bens comercializáveis. O governo manteve-se fiel às metas propostas, mas, diante do aquecimento da economia, a política de austeridade mostrou-se insuficiente para frear a inflação.

A renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961 precipitou uma nova crise política, desencadeada pelo veto militar à posse constitucional do vice-presidente João Goulart. A solução encontrada foi a adoção do regime parlamentarista, sendo o país governado por três gabinetes durante o impasse: Tancredo Neves (PSD-MG), de setembro de 1961 a junho de 1962; Brochado da Rocha (PTB-RS), de julho a setembro de 1962; e Hermes Lima (PTB-GB), de setembro de 1962 até janeiro de 1963.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

O golpe que instaurou a Ditadura Civil-Militar teve início na madrugada de 31 de março de 1964, resultando na deposição de João Goulart. O levante, liderado por Mourão Filho em Minas Gerais, e a declaração de vacância da presidência por Auro de Moura Andrade, culminaram na escolha de um novo presidente pelo Congresso em 11 de abril, com a eleição do General Castelo Branco.

O novo governo estava fortemente ligado à retomada do desenvolvimento econômico, associando o combate à inflação a uma economia que não comprometesse a atividade produtiva. O PAEG enfatizou incentivos às exportações e a abertura da economia ao capital estrangeiro. A inflação foi abordada como resultado de déficits governamentais, expansão do crédito empresarial e aumento salarial superior ao da produtividade. A política salarial buscava manter a participação dos assalariados no produto nacional, evitar que os reajustes salariais alimentassem a inflação e corrigir distorções salariais.

Apesar da queda da inflação, entre 1963 e 1967, houve uma parada no crescimento econômico. O aumento de falências e concordatas foi compensado pelo maior influxo de capitais externos, gerando superávits na balança de pagamentos. Reformas estruturais foram implementadas, incluindo mudanças na estrutura tributária e financeira, além da criação do FGTS. A reforma tributária objetivava aumentar a arrecadação governamental e racionalizar o sistema tributário, enquanto a financeira visava complementar o sistema financeiro, proporcionando meios não inflacionários de financiar a industrialização.

Durante o “Milagre Econômico”, resultado de medidas adotadas durante o PAEG, houve um estímulo significativo ao crescimento econômico para legitimar o novo regime. Políticas monetárias, creditícias e fiscais expansionistas foram implementadas, promovendo o crescimento do crédito e concessões fiscais favoráveis ao setor agrícola. O ambiente propício ao investimento estrangeiro foi construído gradualmente, facilitando o acesso do Brasil a empréstimos externos.

A economia durante a ditadura militar no Brasil refletiu uma continuidade da subordinação do país aos interesses externos, uma industrialização controlada pelo Estado que muitas vezes servia às elites e ao capital estrangeiro, persistência das desigualdades sociais e exclusão, além de uma repressão política que limitava a participação democrática e a formulação de políticas voltadas para o desenvolvimento inclusivo.

A década de 1974 a 1985 foi marcada por transformações econômicas complexas no Brasil, iniciando com um projeto de crescimento durante o governo militar que enfrentou desafios significativos.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Antes do Primeiro Choque do Petróleo, o Brasil vivenciava um cenário global de alta liquidez e crescimento, mas a dependência de importações de petróleo criou vulnerabilidades econômicas.

A economia brasileira durante esse período enfrentou desafios estruturais significativos, exacerbados pela dependência de importações de petróleo e pela política de endividamento. As políticas adotadas pelos governos militares visavam o crescimento econômico, mas enfrentaram dificuldades em lidar com crises externas e internas, como inflação e dívida crescente.

O período destacou a necessidade de ajustes econômicos mais sustentáveis e políticas que equilibrassem o crescimento com a estabilidade financeira, preparando o terreno para desafios futuros e reformas econômicas necessárias.

Os diversos planos econômicos, como o Plano Cruzado, Cruzadinho, Cruzado II, entre outros, refletem tentativas frenéticas de controlar a inflação através de congelamentos de preços e mudanças monetárias. No entanto, cada um desses planos acabou enfrentando obstáculos estruturais e políticos, resultando em eficácias limitadas e eventual fracasso.

As décadas de 1980 e 1990 foram um período tumultuado na história econômica do Brasil, caracterizado por tentativas frustradas de controle da inflação, instabilidade política e crises recorrentes. Esses eventos não apenas moldaram a economia do país na época, mas também tiveram impactos duradouros na política econômica subsequente, influenciando as estratégias adotadas para alcançar estabilidade e crescimento sustentável.

O Plano Real, lançado em 1994, emerge como um marco significativo ao introduzir a Unidade Real de Valor (URV) como uma moeda virtual que indexava preços, ganhando gradualmente a confiança da população e preparando o terreno para a criação do real. Com a estabilização econômica, o Brasil experimentou uma redução da inflação e um crescimento na classe média, refletindo a melhoria das condições econômicas e sociais.

No entanto, apesar dos avanços, o sistema financeiro enfrentou desafios significativos, culminando na crise de 1999 e na necessidade de intervenção através do PROER para resgatar instituições financeiras em dificuldade. Esse processo, embora controverso devido aos custos elevados, foi crucial para preservar a estabilidade financeira e continuar o processo de estabilização iniciado pelo Plano Real.

Lula assumiu o compromisso de manter a estabilidade econômica, continuando com o tripé macroeconômico estabelecido anteriormente. O Brasil experimentou um notável crescimento econômico impulsionado pelo boom das commodities e pelo aumento das exportações para a China, aliado a taxas de juros internacionais baixas.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

O governo enfrentou desafios com a crise financeira global de 2008, respondendo com políticas econômicas expansionistas para estimular a economia. No entanto, a dependência contínua das exportações de commodities e o déficit comercial em produtos manufaturados expuseram vulnerabilidades na economia brasileira. A economia brasileira continuou altamente dependente de commodities, limitando a diversificação econômica e a autonomia no desenvolvimento industrial.

2.2 TEORIAS DA DEPENDÊNCIA

2.2.1 Visão Geral

O pensamento estruturalista acerca do subdesenvolvimento latino-americano, cujas raízes e consolidação remontam à fundação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em 1948, representa um marco fundamental na compreensão da dinâmica econômica da região. Este capítulo visa compreender os elementos analíticos desse pensamento, que proporcionaram um diagnóstico sobre a condição latino-americana.

A CEPAL critica a ideia dos modelos de desenvolvimento da Europa Ocidental e dos Estados Unidos servirem como um guia infalível para as nações subdesenvolvidas. Essa crença, chamada de "eurocentrismo", ignora as particularidades e desafios únicos de cada país.

Essa visão linear de desenvolvimento, defendida pelo eurocentrismo ignora as diferenças históricas e culturais entre as nações, propondo um modelo único e universal. Cada nação tem sua própria história, cultura e contexto socioeconômico; o desenvolvimento não deve ser um processo de imitação, mas sim de construção autônoma.

Essa perspectiva sugere que o desenvolvimento é um processo de replicação das etapas pelas quais passaram os países desenvolvidos, desconsiderando as variações e singularidades históricas das sociedades subdesenvolvidas. Essa abordagem, portanto, tende a simplificar e homogeneizar a compreensão dos processos de desenvolvimento, ignorando as especificidades e os contextos únicos de cada sociedade subdesenvolvida.

As soluções para o subdesenvolvimento devem ser adaptadas às realidades locais, considerando fatores como a estrutura social, o nível de industrialização e os recursos naturais disponíveis. O Estado tem um papel crucial na promoção do desenvolvimento, formulando políticas públicas que atendam às necessidades específicas de cada país.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

A análise cepalina fundamenta-se na contraposição entre o desenvolvimento econômico, o progresso técnico e o comércio internacional nos países "periféricos" e "cêntricos". Essa dicotomia ressalta as interdependências entre as economias do centro e da periferia, destacando os desafios enfrentados pelos últimos. A distinção entre o funcionamento das economias industrializadas e das economias especializadas em bens primários, elaborada por Prebisch em resposta à contração das importações na década de 1930, revela as desvantagens comparativas da periferia. Esta teoria, presente tanto no Manifesto Latino-Americano de Raul Prebisch de 1949, quanto na análise estruturalista subsequente, enfatiza as limitações impostas pela estrutura de produção subdesenvolvida e a tendência à deterioração decorrente do excesso de mão-de-obra na agricultura.

A análise das condições estruturais internas destaca a herança de uma economia baseada na exportação de poucos produtos, com baixa diversificação e integração vertical reduzida. Esta estrutura limita a capacidade de compensação das deficiências estruturais, enquanto a baixa produtividade em todos os setores, exceto nas atividades exportadoras, perpetua a heterogeneidade econômica. A escassez de poupança e divisas resulta dessas condições, restringindo a acumulação de capital e o crescimento econômico.

A intervenção estatal no processo de desenvolvimento emerge como uma resposta natural aos problemas estruturais identificados pela Cepal. A assistência técnica ao planejamento governamental busca racionalizar o processo de industrialização e conferir previsibilidade ao ambiente macroeconômico. O Estado é um agente essencial para reduzir a dependência externa; as técnicas de programação desenvolvidas pela Cepal desempenham um papel crucial na conscientização das deficiências estruturais e na promoção de um crescimento econômico sustentável.

Raul Prebisch dispôs-se a provar que o comércio mundial não estava sendo favorável ao desenvolvimento dos países da América - Latina, uma vez que estava havendo uma perda de renda real dos trabalhadores em países subdesenvolvidos. Considerando os ganhos de produtividade derivados das mudanças tecnológicas Prebisch percebeu os diferentes efeitos desse fenômeno entre os geradores e difusores do progresso técnico e a periferia; o progresso técnico é compreendido como um processo de elevação dos níveis de produtividade real do trabalho obtido com a adoção de métodos produtivos mais eficientes.

Para Prebisch, a condição de periferia do sistema capitalista era resultado direto de um desenvolvimento desigual originário. Um estado primário atestado pelas análises

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

comparativas dos níveis de renda, poupança e investimento, e asseverado por como o progresso de um país particular tende a perpetuar ou agravar as condições de subdesenvolvimento de outra região.

O subdesenvolvimento não é uma etapa na evolução das sociedades, seja econômica, política ou culturalmente isolada e autônoma; não representa um momento antes do desenvolvimento. O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são duas faces da mesma moeda, são processos simultâneos que representam duas polarizações, sejam elas, polarizações mundiais entre países industrializados e os países dependentes ou polarizações dentro dos países em espaços, grupos e atividades avançadas e espaços grupos e atividades marginalizadas.

O desenvolvimento e o subdesenvolvimento não se desenrolam de forma isolada, mas sim dentro de um sistema global interligado. As relações de poder, a divisão internacional do trabalho e a interdependência entre os países são fatores determinantes para as trajetórias de desenvolvimento de cada nação.

O desenvolvimento e o subdesenvolvimento não apenas coexistem, mas também se condicionam mutuamente. As ações e o progresso de um lado influenciam diretamente as condições e o potencial do outro.

A ideia de relação entre “centro” e “periferia”, com foco na análise da inserção internacional e dos condicionantes estruturais internos, e o exame das necessidades e possibilidades de ação estatal, foi o resultado de observações do processo histórico da América Latina. Nos países que compunham o centro do sistema , a produtividade média do trabalhador na produção de manufaturados representava a parcela mais considerável do produto nacional. Nos países da periferia, por sua vez, especializado em produzir alimentos e matérias primas, a economia era marcada pelo atraso da esfera produtiva. Isso porque, segundo Prebisch, alcança-se um maior progresso por meio da indústria do que pela produção de bens primários, acentuando-se a incapacidade de garantir relações de trocas favoráveis para os países que se dedicavam a esta última.

Partindo do pressuposto de que o progresso técnico crescia de maneira lenta e irregular na periferia; por consequência, a produtividade, o produto e a renda nessas economias cresciam mais devagar, associado ao crescimento populacional mais acelerado, tal fato resultava em uma renda per capita cada vez menor nessas regiões. Sendo assim, na periferia do capitalismo só se desenvolviam os setores que de alguma forma fossem úteis aos grandes centros, e a produção de bens e serviços continuava dependendo das importações.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Sob essas condições os frutos do comércio não estavam sendo equitativamente repartidos por meio da queda dos preços ou pela elevação proporcional da renda média; empresários e trabalhadores dos países centrais se beneficiam da redução dos custos de produção e obtém, por meio dos aumentos em suas remunerações, os frutos do progresso técnico.

A partir do diagnóstico da deterioração dos meios de troca, a Cepal sugeria que a industrialização seria o caminho para a superação desta armadilha; constituindo uma estrutura que possibilitasse atender ao mercado interno criando um setor com mais valor adicionado rompendo com a crença de “Vantagens Comparativas” concebida por David Ricardo que há muito havia sido disseminada e que relegou os países periféricos a exportadores de matérias primas.

No entanto, urbanização e industrialização para serem sinônimos de desenvolvimento precisam vir acompanhadas de reformas estruturais, principalmente as que favorecem a desconcentração de renda e acesso a terra. No caso do Brasil, a industrialização continuou refletindo as decisões tomadas nos países centrais como veremos a seguir.

2.3 CEPAL (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE)

2.3.1 Raúl Prebisch - “ O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de Seus Problemas Principais”

Em "O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de Seus Problemas Principais", escrito por Raúl Prebisch em 1949, o autor apresenta uma visão estratégica sobre a industrialização da região e sua relação com o comércio exterior e o desenvolvimento da produção primária. Prebisch defende que a industrialização não representa um obstáculo ao desenvolvimento da produção primária na América Latina. Pelo contrário, argumenta que a indústria depende de insumos agrícolas eficientes, o que exige mecanização e modernização do setor primário.

Reconhecendo a necessidade de importar bens de capital para impulsionar a industrialização; Prebisch propõe, para financiar essas importações, o aumento das exportações de produtos primários, enfatizando a importância do comércio exterior como motor do desenvolvimento econômico. O autor defende que a América Latina deve aproveitar sua capacidade de exportar produtos primários para financiar a importação de bens de capital e impulsionar a industrialização.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Observa-se uma crítica contundente ao dogmatismo na aplicação de políticas monetárias, particularmente no contexto latino-americano, com a advertência contra a crença cega em regras rígidas e universais para a gestão da moeda. As realidades dos países periféricos, como os da América Latina, exigem flexibilidade e adaptações às suas características específicas, destacando que, mesmo em sua época de pleno funcionamento nos grandes centros, o padrão-ouro impôs desafios consideráveis aos países da América Latina, sendo assim, as rígidas regras do sistema frequentemente resultam em conflitos com as necessidades de desenvolvimento regional.

Com o fim do funcionamento regular do padrão-ouro, a gestão da moeda se tornou ainda mais complexa para os países periféricos; a multiplicidade de fatores que influenciam a economia local exige soluções contextuais e não dogmáticas. O autor reconhece que a doutrina monetária adequada para os países da América Latina ainda estava em desenvolvimento e essa realidade exige cautela na aplicação de teorias rígidas e a busca por soluções adaptadas ao contexto regional.

Apesar das críticas ao dogmatismo, Prebisch reconhece o valor dos ensinamentos tradicionais da economia monetária e como esses princípios podem servir como guias, mas não como regras absolutas, especialmente no contexto da Latino America. Em seu texto são apontadas algumas falhas na política monetária latino-americana, e entre elas estão, a negligência dos ensinamentos tradicionais e a inflação galopante, que é um exemplo dos erros cometidos na gestão da moeda. Prebisch chega a comparar o aumento da circulação monetária em alguns países latino-americanos com o de países que enfrentaram enormes gastos de guerra, essa comparação evidencia a imprudência de algumas políticas monetárias na região.

O autor discute a questão da capitalização como elemento fundamental para o processo de industrialização e desenvolvimento econômico e argumenta que a formação de capital necessária para a industrialização e o progresso técnico da agricultura não exige necessariamente a contenção do consumo das massas populares, que, em geral, já se encontra em níveis muito baixos.

Os investimentos estrangeiros têm seu potencial reconhecido, e caso sejam bem direcionados podem ter um papel importante para o aumento imediato da produtividade do trabalho. A proposta sugerida é que parte do aumento inicial da produção seja destinada à formação de capital, em vez de consumo imediato.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Prebisch (1949) reconhece as amplas possibilidades de progresso técnico na produção primária, mesmo em países com alto nível de produção agrícola, e no aperfeiçoamento das indústrias existentes; esse progresso pode gerar um incremento gradual da renda nacional, ampliando a margem de poupança.

No entanto, o autor adverte que a redução da dependência de investimentos externos exige um esforço inicial de capitalização. Esse esforço pode entrar em conflito com o estilo de vida consumista de alguns setores da sociedade e com a alta proporção da renda nacional destinada a despesas fiscais que não contribuem para o aumento da produtividade. Identificamos aqui um conflito latente entre a aspiração de imitar os estilos de vida dos países mais avançados, impulsionados pelo aumento da produtividade, e a necessidade de capitalização para alcançar um desenvolvimento similar.

A necessidade de utilizar o capital escasso de forma rigorosamente eficiente, é ressaltada, especialmente no contexto da industrialização; a definição clara dos objetivos da industrialização precisa ser defendida, para que os investimentos sejam direcionados de forma eficaz. Discutindo autossuficiência versus bem-estar, o autor contrapõe a industrialização como meio para alcançar a autossuficiência, onde qualquer indústria que substitua importações é admissível.

O papel histórico das exportações como impulsionadoras do crescimento da América Latina antes da Grande Depressão é reconhecido, no entanto, o autor adverte que a repetição desse modelo com a mesma intensidade é improvável, tornando a industrialização a principal alternativa para o crescimento futuro. A conciliação da industrialização com a manutenção da produção primária é defendida ao longo do texto, ressaltando a importância das exportações primárias para a obtenção de divisas para importações essenciais e pela geração de renda da terra sem custos coletivos.

Prebisch (1949) propõe uma estratégia de desenvolvimento baseada no progresso técnico da produção primária, na industrialização e em políticas sociais adequadas para elevar o nível do salário real; essa estratégia visa corrigir gradativamente o desequilíbrio de renda entre os países centrais e periféricos, sem prejudicar a atividade econômica primária.

Todavia a tendência dos países latino-americanos de desenvolver as mesmas indústrias já existentes em outros países, é criticada, já que, não considera as vantagens da especialização e da divisão internacional do trabalho. No texto de 1949, o autor defende a adoção de políticas anticíclicas para minimizar o impacto das flutuações econômicas dos países centrais na periferia latino-americana e facilitar a formação de capital.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Prebisch (1949) critica a homogeneidade excessiva das estruturas industriais na América Latina, o que leva à ineficiência e à limitação do progresso técnico. Ele defende a especialização entre os países da região, aproveitando as vantagens comparativas de cada um para aumentar a produtividade e o bem-estar geral. O autor destaca que a especialização e a divisão do trabalho entre países, como ocorreu no século XIX, permitem que cada um se concentre em suas áreas de maior expertise, impulsionando o progresso técnico e a geração de renda.

Reitera ainda, que a industrialização deve ter como objetivo principal o aumento da renda real da população, e não apenas a imitação cega dos países desenvolvidos; defendendo a necessidade de políticas anticíclicas nos programas de desenvolvimento econômico da América Latina para minimizar os impactos negativos das flutuações cíclicas dos países centrais na região, alertando para as perdas consideráveis de receita que a América Latina sofre devido à propagação das flutuações cíclicas dos grandes centros. Segundo seus argumentos, evitar essas perdas através de políticas anticíclicas facilitaria a formação de capital necessário para o desenvolvimento.

Após discutir os desafios estruturais e as propostas de industrialização por substituição de importações para a América Latina, conforme apontado por Raúl Prebisch, é essencial aprofundar a análise sobre como os benefícios do progresso técnico são distribuídos entre as nações. Prebisch, em sua obra "O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de Seus Problemas Principais", aborda com clareza a desigualdade na repartição dos ganhos de produtividade, destacando a diferença entre os países centrais e periféricos; essa questão é fundamental para entender a dinâmica da dependência econômica e as dificuldades enfrentadas pelas economias latino-americanas.

Raúl Prebisch expõe de forma clara e contundente um dos principais argumentos da Teoria da Dependência, da qual foi um dos principais expoentes. Destaca-se que os benefícios do progresso técnico, como o aumento da produtividade, se concentram predominantemente nos países industrializados (centros), enquanto os países em desenvolvimento (periferias) veem seus ganhos limitados.

A relação entre os preços dos produtos primários exportados pelos países periféricos e os preços dos produtos industrializados importados pelos mesmos deteriorou-se ao longo do tempo. Isso significa que os países da periferia precisam exportar cada vez mais produtos primários para adquirir a mesma quantidade de produtos industrializados; essa deterioração dos termos de troca cria um ciclo vicioso de dependência.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Os países periféricos ficam presos à exportação de commodities, com pouco poder de barganha no mercado internacional, e com dificuldades para diversificar suas economias e promover a industrialização.

A estrutura do comércio internacional, marcada pela divisão internacional do trabalho entre países centrais e periféricos, é intrinsecamente desigual. Os países centrais, com maior poder tecnológico e econômico, conseguem apropriar-se de uma parcela maior dos benefícios do progresso técnico. Essa situação gera um impedimento ao desenvolvimento dos países periféricos, que ficam limitados a um papel secundário na economia mundial. Para superar essa situação, Prebisch e outros economistas da Cepal propuseram a industrialização por substituição de importações como estratégia para diversificar as economias dos países latino-americanos e reduzir sua dependência em relação aos países centrais.

Prebisch aprofunda sua análise sobre a desigualdade na distribuição dos benefícios do progresso técnico buscando explicar por que os preços dos produtos primários exportados pelos países periféricos não diminuíram na mesma proporção que os custos de produção, apesar do avanço tecnológico. O progresso técnico, ao aumentar a produtividade, não necessariamente leva à redução dos preços dos produtos; Isso ocorre porque os aumentos de produtividade são frequentemente acompanhados por aumentos nos lucros dos empresários e na remuneração dos fatores de produção (como capital e trabalho).

Nos países industrializados, os aumentos de produtividade foram acompanhados por aumentos significativos nos lucros e salários, o que impediu a redução dos preços dos produtos finais. Já nos países periféricos, os aumentos de produtividade não se traduziram em ganhos semelhantes para os produtores de commodities, contribuindo para a deterioração dos termos de troca.

Os benefícios do progresso técnico não são distribuídos de forma equitativa entre os países. Os países centrais, com maior poder de mercado e tecnológico, conseguem capturar uma parcela maior dos ganhos de produtividade, enquanto os países periféricos ficam limitados a uma participação menor. Essa dinâmica, segundo Prebisch, explica a persistência da desigualdade entre os países e a dificuldade dos países periféricos em promover seu desenvolvimento econômico. A deterioração dos termos de troca limita a capacidade dos países periféricos de importar bens de capital, tecnologia e outros insumos necessários para a industrialização e a diversificação de suas economias. Prebisch nos dá um exemplo de como acontece o progresso técnico nos centros e na periferia.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

A Tabela 1 extraída do texto original, tem como objetivo ilustrar de forma numérica a sua teoria sobre a distribuição desigual dos benefícios do progresso técnico entre os países centrais e periféricos. Através de dois cenários distintos, a tabela demonstra como os aumentos de produtividade impactam de maneira diferente os preços dos produtos primários e industrializados.

Tabela 1 - Fruto do Progresso Técnico Entre o Centro e a Periferia

Produção primária	Produção industrial	Produção total[a]	Relações	
(1)	(2)	(3)	1/3 x 100	2/3 x 100
Planejamento				
A produtividade aumenta de acordo com os seguintes índices:				
100	100	100	-	-
120	160		140	-
Primeiro caso:				
Os custos diminuem de acordo com a produtividade, e os preços, de acordo com os custos, sem aumentar a renda.				
100	100[b]	100	100	100
83,3	62,5[b]	71,4	116,7	87,5
Segundo caso:				
Os custos diminuem como no caso anterior, mas a renda se eleva da seguinte forma:				
100	100	100	100	100
120	180	150	80	120
Preços resultantes depois dos aumentos da renda:				
100	100[b]	100	100	100
99,9	112,5[b]	107,1	93,3	105

[a] Cifras correspondentes ao produto final
[b] Parte do preço correspondente ao valor agregado na produção industrial.

(PREBISCH, Raul. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de Seus Problemas Principais, 1949. BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta Anos do Pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record, 2000. p.84)

Primeiro caso: Neste cenário, os custos diminuem na mesma proporção que a produtividade, e os preços acompanham essa redução, sem que haja aumento na renda. A tabela mostra que, nesse caso ideal, os preços dos produtos primários e industrializados se ajustam de forma proporcional ao aumento da produtividade, não havendo uma deterioração nos termos de troca.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Segundo caso: Neste cenário, os custos também diminuem com o aumento da produtividade, mas ocorre um aumento na renda, principalmente nos países centrais. Isso leva a um aumento nos preços dos produtos industrializados, enquanto os preços dos produtos primários aumentam em menor proporção. Consequentemente, os termos de troca se deterioram para os países periféricos, que exportam principalmente produtos primários No segundo cenário, mais próximo da realidade, os países centrais conseguem capturar uma maior parcela dos ganhos de produtividade, enquanto os países periféricos veem seus termos de troca se deteriorarem.

Para entender completamente a deterioração dos meios de troca e como ocorre o progresso técnico entre o centro e a periferia, precisamos assimilar de que forma acontecem os ciclos econômicos e como suas variantes podem interferir de diferentes maneiras nos países industrializados e nos países em desenvolvimento. Prebisch estabelece uma relação direta entre os ciclos econômicos e a desigualdade entre centros e periferias. As flutuações da demanda e da oferta nos centros industriais geram impactos desproporcionais sobre os países periféricos.

Durante as fases de expansão dos ciclos econômicos, os lucros tendem a ser transferidos dos centros para a periferia, impulsionando a alta dos preços das commodities. No entanto, durante as fases de contração, a maior parte do ajuste ocorre na periferia, com queda nos preços das commodities e redução dos lucros dos produtores. A rigidez dos salários e lucros nos centros industriais, em comparação com a periferia, intensifica a transferência de ajustes para os países periféricos durante as crises. A organização dos trabalhadores nos centros industriais e a dificuldade de reduzir salários fazem com que a carga do ajuste recaia sobre os produtores de commodities (PREBISCH, 1949).

Supondo ainda que se conceda na periferia uma rigidez similar à dos centros industriais, não havendo uma contração do lucro periférico suficiente para corrigir a disparidade entre oferta e demanda dos centros, ocorre nesses últimos a acumulação de estoques, o que leva à redução da demanda por produtos primários, intensificando a queda dos preços e dos lucros na periferia (Prebisch, 1949).

2.3.2 Maria da Conceição Tavares - “ O Processo de Substituição de Importações - Modelo de Desenvolvimento da América Latina”

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Em seu texto sobre o processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento na America Latina, Maria da Conceição Tavares evidencia a distinção entre os modelos de crescimento das economias centrais e das periféricas, destacando o modelo tradicional de desenvolvimento da nossa economia “para fora”. Nos centros econômicos, o crescimento é impulsionado tanto por fatores internos, como investimento e inovação tecnológica, quanto por fatores externos, principalmente às exportações; enquanto que as economias periféricas, em contraste, apresentam uma dependência quase exclusiva das exportações de commodities, esta dependência caracteriza a economia da periferia, que tem sua dinâmica de crescimento fundamentalmente atrelada às flutuações e demanda externa, ao invés de um desenvolvimento interno robusto e diversificado.

A autora destaca as limitações inerentes ao setor exportador da América Latina baseado na produção e exportação de poucos produtos primários; esse modelo não só restringe a diversificação da produção, como também limitava a geração de empregos e a distribuição de renda. A renda proveniente das exportações frequentemente se concentra em um número reduzido de grupos econômicos, restringindo a capacidade da economia local de fomentar um desenvolvimento mais abrangente e inclusivo.

A estrutura produtiva da América Latina, era marcada por uma elevada dependência de importações, tanto de bens de consumo quanto de bens de capital; essa dependência externa impunha restrições significativas ao investimento e ao desenvolvimento tecnológico na região, e a constante necessidade de importar produtos e equipamentos limitava a capacidade das economias latino-americanas de construir uma base industrial sólida e competitiva, perpetuando a subordinação econômica em relação aos centros produtivos globais.

O setor externo, apesar de desempenhar um papel crucial na economia Latino Americana, se mostrava e se mostra de maneira diferente das economias centrais; enquanto nas economias centrais as exportações eram parte integrante de um processo de diversificação produtiva, na América Latina, elas eram o principal motor do crescimento econômico, fazendo com que o impacto positivo sobre a estrutura produtiva interna fosse limitado; já que modelos de desenvolvimento baseados em exportações de commodities não estimulam transformações significativas na estrutura produtiva da região.

O intervalo de tempo de 1914 a 1945 foi caracterizado por grandes guerras mundiais e pela Grande Depressão, eventos que tiveram um impacto profundo sobre as economias da nossa região e moldaram as políticas econômicas e o processo de industrialização na América Latina.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Tavares destaca que a capacidade de importar dos países da região foi reduzida em aproximadamente 50% devido à escassez de divisas. Este impacto das crises internacionais levou a uma contração drástica das importações, evidenciando a vulnerabilidade das economias latino-americanas, que dependiam fortemente do comércio exterior para sustentar seu crescimento econômico.

Em resposta à queda nas exportações e à dificuldade de importar, os governos latino-americanos implementaram uma série de medidas protecionistas. Tais medidas incluíam restrições e controles às importações, elevação das taxas de câmbio e financiamento de estoques, o objetivo era proteger o mercado interno e evitar um colapso econômico, ao mesmo tempo em que estimulava o desenvolvimento da indústria nacional.

A proteção das indústrias emergentes tornou-se uma prioridade para assegurar a manutenção da renda interna e estimular a industrialização em um contexto de crise externa. A necessidade de substituir bens importados por produção local, combinada com as políticas de incentivo estatal, acelerou o desenvolvimento industrial.

Tavares (1963), inicialmente destaca como a redução da capacidade de importar, em um contexto de demanda interna estável, desequilibrou o ajuste entre produção e consumo, antes mediado pelo comércio exterior. Esse desajuste provocou um aumento nos preços relativos dos produtos importados, incentivando a produção interna de bens substitutos.

A autora descreve então como a indústria nacional, inicialmente operando em sua capacidade máxima e até além dela, começou a substituir parte dos bens antes importados. Posteriormente, houve uma redistribuição de recursos, especialmente das divisas, para importar bens de capital e matérias-primas essenciais para a instalação de novas unidades produtivas, aprofundando o processo de substituição de importações.

Nesse novo modelo, o investimento interno, e não mais as exportações, assumiu o papel de principal motor do crescimento econômico. A quantidade e a composição dos investimentos passaram a ser determinantes para a continuidade do desenvolvimento. Embora o setor externo tenha permanecido relevante, suas funções se transformaram; em vez de impulsionar diretamente o crescimento através das exportações, sua contribuição passou a ser crucial para a diversificação da estrutura produtiva, viabilizando a importação de equipamentos e bens intermediários.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

As transformações estruturais se concentraram no setor industrial e atividades relacionadas, sem impactar significativamente o setor primário, incluindo as exportações tradicionais. A persistência de uma base exportadora frágil e sem dinamismo é apontada como uma das causas do crônico estrangulamento externo, limitando a capacidade de gerar divisas e importar bens essenciais (TAVARES, 1963).

A modernização parcial da economia resultou em um novo tipo de dualismo, com a coexistência de setores modernos e dinâmicos ao lado de setores tradicionais e estagnados. O desenvolvimento dos novos setores industriais ocorreu no âmbito restrito dos mercados nacionais, configurando um modelo de crescimento "fechado", com menor integração ao comércio internacional.

> Em suma, o “processo de substituição de importações” pode ser entendido como um processo de desenvolvimento parcial e fechado que respondendo às restrições do Comércio Exterior procurou repetir aceleradamente em condições históricas distintas a experiência de industrialização dos países desenvolvidos. (TAVARES, Maria da Conceição. Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil, 1963. BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta Anos do Pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record, 2000. p.225)

Examinando o fenômeno do “estrangulamento externo”, observa-se que, até o final da Segunda Guerra Mundial, o poder de compra das exportações na América Latina não havia retornado aos níveis pré-crise, devido à combinação de baixos volumes exportados e preços desfavoráveis. Embora tenha ocorrido uma melhora inicial no pós-guerra, impulsionada pelo aumento do volume exportado e pela melhora dos termos de troca entre 1949 e 1954, após 1954 o poder de compra das exportações estagnou e até diminuiu na maioria dos países, devido à deterioração dos termos de troca (TAVARES, 1963).

A autora compara a evolução da renda nacional e do poder de compra das exportações em termos per capita, evidenciando a fraqueza do setor externo em relação ao crescimento da economia. Enquanto a renda per capita cresceu mais de 60% entre 1928/29 e 1960, o poder de compra das exportações per capita caiu mais de 50%. O coeficiente de importações (importações/renda) diminuiu de 28% antes da crise para 12% no período recente (até 1960), indicando menor dependência de bens importados (TAVARES, 1963).

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Fica evidente que a recuperação econômica da América Latina após a Grande Depressão não foi acompanhada por uma recuperação equivalente do setor exportador. A incapacidade de gerar divisas suficientes via exportações limitou a capacidade de importar, levando à substituição de importações como estratégia de desenvolvimento. Essa situação teve um impacto profundo na estrutura produtiva da região, fomentando a industrialização e reduzindo a dependência do mercado internacional.

A análise de Tavares demonstra como a capacidade de importar, influenciada por fatores externos, condicionou o processo de substituição de importações na América Latina. No primeiro período, as severas restrições impulsionaram a substituição, especialmente de bens não duráveis. No segundo período, a melhora das condições externas permitiu um crescimento mais dinâmico, com a maioria dos países se voltando para o mercado externo, enquanto alguns, como o Brasil, aprofundaram a substituição. No terceiro período, o retorno das restrições limitou a capacidade de muitos países de continuar a substituição, com exceção do México e do Brasil.

A capacidade de importar, sujeita a flutuações e choques externos, determinou em grande medida o ritmo e a profundidade da substituição, influenciando a trajetória de desenvolvimento da região.

Percebemos ao longo do texto a complexidade do conceito de "substituição de importações", frequentemente simplificado e mal compreendido. O termo "substituição de importações" é muitas vezes utilizado em seu sentido literal, significando apenas a troca de bens importados por produção nacional. No entanto, essa interpretação simplista pode levar à ideia equivocada de que o objetivo final seria a eliminação total das importações, ou seja, a autarquia.

A substituição de importações, como modelo de desenvolvimento, é muito mais complexa do que a simples troca de produtos. O processo não tem como objetivo primário diminuir o volume total de importações; essa redução, quando ocorre, é consequência de restrições no setor externo, e não um objetivo em si. A substituição de importações leva ao surgimento de novas demandas por outros bens e insumos, incluindo bens de capital, que podem aumentar a dependência do exterior em fases mais avançadas do processo.

Maria da Conceição Tavares evidencia que a substituição de importações não é um processo linear e unidirecional, mas sim um fenômeno complexo e dinâmico, com implicações que vão além da simples troca de produtos.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

A autora destaca que o objetivo não é a autarquia, mas sim o desenvolvimento da indústria nacional e a redução da vulnerabilidade externa. No entanto, o processo também pode gerar novas dependências e desafios, especialmente em relação à necessidade de importar bens de capital e insumos para sustentar a produção interna.

Tavares (1963) alerta para os problemas que surgem ao se considerar a substituição de importações apenas como a diminuição absoluta ou relativa de certos produtos na pauta de importações. A autora destaca a possibilidade de um processo de substituição efetivo ocorrer mesmo sem alterações na composição da pauta, com aumento da participação doméstica na oferta interna e consequente diminuição do coeficiente de importações.

O surgimento de novos produtos no mercado internacional também é apontado como um desafio analítico, dificultando a comparação da pauta de importações entre períodos distintos e a identificação da substituição em relação a bens que antes não eram produzidos (TAVARES, 1963).

Além disso, a diminuição de importações de bens não essenciais devido a políticas cambiais restritivas pode levar a uma substituição "aparente", mas não necessariamente "real". Se as restrições forem afrouxadas, as importações desses bens podem voltar a crescer.

A autora diferencia a substituição "real" ou "efetiva" da "aparente". A primeira ocorre quando a produção interna substitui não apenas o produto final, mas também parte do valor agregado que antes era gerado fora da economia. A substituição de produtos finais pode levar ao aumento da demanda por insumos e bens de capital, o que pode, em termos dinâmicos, aumentar as importações e a dependência externa (TAVARES, 1963).

Tavares (1963) destaca que a substituição de importações não é um processo espontâneo, mas requer planejamento e decisões autônomas, que geralmente partem do Estado ou de empresários inovadores. A autora enfatiza a necessidade de previsão e planejamento para direcionar os investimentos e garantir a eficácia do processo.

2.3.3 Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto - Subdesenvolvimento e Dependência

A obra "Dependência e Desenvolvimento da América Latina" de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, discute a problemática da transição de sociedades "tradicionais" para "modernas" no contexto latino-americano, questionando a validade de modelos dicotômicos e lineares de desenvolvimento.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Os autores iniciam criticando a visão simplista que classifica as sociedades latino-americanas como "tradicionais" e propõe uma transição linear para um modelo "moderno". Essa perspectiva, segundo eles, ignora a complexidade das mudanças sociais e a coexistência de elementos arcaicos e modernos em uma mesma sociedade.

A noção de "dualismo estrutural" é mencionada como uma tentativa de explicar essa coexistência, mas os autores a consideram uma mera reformulação da antiga dicotomia "comunidade-sociedade". Em outras palavras, o dualismo estrutural não explicaria a dinâmica das transformações sociais, apenas descreveria uma situação de coexistência de diferentes padrões.

Cardoso e Faletto propõem uma visão mais dinâmica e complexa da mudança social. Para eles, a transição não é apenas um processo acumulativo de incorporação de novas variáveis, mas sim um processo de relações de poder entre grupos, forças e classes sociais. A mudança estrutural ocorre quando um grupo social consegue impor sua forma de dominação sobre o conjunto da sociedade.

A suposição de que o desenvolvimento das sociedades subdesenvolvidas se dá através da reprodução das etapas e padrões dos países desenvolvidos, desconsiderando as particularidades históricas e sociais de cada contexto volta a ser criticada; os autores destacam que a modernização, baseada no consumo e impulsionada pela aspiração de alcançar padrões de vida similares aos dos países desenvolvidos, pode levar a distorções no processo de desenvolvimento. Isso ocorre porque as sociedades subdesenvolvidas tentam replicar padrões de consumo sem construir uma base produtiva sólida.

O texto aborda o impacto econômico da pressão por consumo, que pode levar ao aumento das importações de bens de consumo e de capital, afetando negativamente a poupança interna e o investimento em setores estratégicos para o desenvolvimento autônomo. A busca por atender às demandas de consumo pode provocar um desvio em relação às etapas tradicionais de industrialização, fazendo com que o foco seja direcionado a setores menos essenciais para o desenvolvimento econômico sustentável.

A dinâmica social e política não pode ser compreendida sem considerar a interação entre estruturas de dominação e o processo político, esse processo é visto como um espaço onde classes ou grupos econômicos buscam estabelecer sistemas de relações sociais que lhes permitam não apenas impor seus modos de produção, mas também formar alianças e subordinar outros grupos em prol de seus interesses.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

As estruturas de dominação são fundamentais para entender a dinâmica das relações de classe e a configuração político-institucional em um determinado momento histórico; trata-se do meio pelo qual as classes ou grupos econômicos tentam estabelecer sistemas de relações sociais que lhes permitam impor seus modos de produção ou formar alianças estratégicas para subordinar outros grupos em benefício de seus próprios interesses.

A crítica à visão simplista e linear de desenvolvimento, que ignora as particularidades históricas e sociais de cada contexto, ecoa a necessidade de analisar o subdesenvolvimento para além de suas características estruturais, considerando as relações de poder e a dinâmica social que o perpetuam.

A vinculação das economias periféricas ao mercado mundial pode ocorrer em diferentes contextos históricos e sociais, com a presença ou não de "sociedades nacionais" pré-existentes e o subdesenvolvimento é resultado da expansão do capitalismo comercial e industrial, que integrou economias com diferentes níveis de desenvolvimento e as posicionou de forma desigual na estrutura global do sistema capitalista.

O subdesenvolvimento implica algum tipo de dependência política e social em relação aos países capitalistas centrais, originada historicamente com a expansão de suas economias; para compreender o “atraso” dos países Latino Americanos, é crucial analisar como as economias periféricas se vincularam ao mercado mundial e como se constituíram os grupos sociais internos que moldaram essa relação de dependência.

> O reconhecimento da historicidade da situação de subdesenvolvimento requer mais do que assinalar as características estruturais das economias subdesenvolvidas. Há que se analisar, com efeito, como as economias subdesenvolvidas vincularam-se historicamente ao mercado mundial e a forma em que se constituíram os grupos sociais internos que conseguiram definir as relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe. Tal enfoque implica reconhecer que no plano político-social existe algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento e que essa dependência teve início histo- ricamente com a expansão das economias dos países capitalistas originários. (CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento da América Latina, 1969. BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta Anos do Pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record, 2000. p.507)

O caráter contingente e limitado do processo de industrialização da América Latina, é por muitas vezes resultado de ajustes conjunturais e não de um projeto estratégico de desenvolvimento autônomo.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

(F.H Cardoso e Enzo Faletto, 1969) destacam que, em muitos casos, a industrialização na América Latina foi um subproduto de políticas econômicas direcionadas a outros objetivos, como a defesa de um produto de exportação específico. A desvalorização cambial, por exemplo, visava tornar o produto mais competitivo no mercado internacional, mas acabou incentivando a produção industrial local.

Apesar de ter ocorrido um certo desenvolvimento industrial, os autores argumentam que essa industrialização, baseada em ajustes conjunturais e não em um projeto de desenvolvimento autônomo, não foi capaz de alterar de forma substantiva as relações de dependência da América Latina em relação aos países centrais. A estrutura econômica e social continuou sendo moldada pelas dinâmicas do mercado internacional.

O papel fundamental da esfera política no processo de desenvolvimento. As transformações econômicas não ocorrem em um vácuo social, mas são resultado de lutas de classes e de decisões políticas. Para que a industrialização possa levar a uma maior autonomia e a uma transformação profunda da estrutura social, é necessário que haja um projeto político que vise a esses objetivos (CARDOSO e FALETTO, 969).

Os autores reconhecem a importância das condições internacionais para o desenvolvimento industrial, mas argumentam que essas condições por si só não são suficientes; é necessário que haja um jogo político-social interno que favoreça a autonomia e a transformação.

O desenvolvimento nos países dependentes é intrinsecamente marcado por sua condição de subordinação e exploração econômica em relação aos países centrais. Essa subordinação impede que os países dependentes repliquem o modelo de desenvolvimento dos países centrais, onde o livre mercado e a racionalidade econômica supostamente atuam como reguladores das relações sociais e dos conflitos de interesse.

Ao longo da evolução do capitalismo (mercantil, industrial, financeiro), houve um predomínio de diferentes formas de capitalismo. No entanto, é infrutífero tentar associar diretamente qualquer uma dessas fases à situação atual das economias latino-americanas, já que estas não são economias independentes, mas sim partes do mercado capitalista internacional. A análise deve se concentrar em entender o que a dependência significou, em termos de estruturas econômicas e sociais, para os países da América Latina durante esses diferentes períodos.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

No processo de expansão industrial da Inglaterra, por exemplo, houve uma necessidade de que as economias periféricas, como as da América Latina, desenvolvessem um certo grau de dinamismo e modernização. Isso porque a Inglaterra dependia dessas economias para o fornecimento de matérias-primas e para atuar como mercados compradores de seus produtos manufaturados. Nesse sentido, o desenvolvimento das economias periféricas era promovido, até certo ponto, pelo interesse econômico da Inglaterra (CARDOSO e FALETTO, 1969).

Diferentemente da Inglaterra, a economia dos Estados Unidos, devido à sua abundância de recursos naturais e a um mercado interno forte, pôde desenvolver-se de forma mais autônoma, sem depender tanto das economias periféricas. Em alguns casos, os Estados Unidos até se colocavam em concorrência direta com os países produtores de matérias-primas, reduzindo seu papel como dinamizador econômico das economias latino-americanas. Assim, a relação de dependência aqui se configurava mais como um controle sobre o desenvolvimento de outras economias do que como uma dinamização de suas estruturas produtivas.

A dependência das economias latino-americanas não é um processo passivo imposto de fora, mas sim moldado por dinâmicas internas de classes e alianças sociais. A expansão colonial prévia criou estruturas econômicas e sociais que influenciaram a forma como as economias latino-americanas se vincularam ao mercado internacional após a independência; a dependência não é estática, mas evolui ao longo do tempo, com diferentes formas históricas que produzem arranjos específicos entre as classes sociais.

A passagem de uma forma de dependência para outra é impulsionada por mudanças nas relações internas de classe. Grupos sociais que se fortaleceram economicamente na fase anterior buscam novos arranjos que lhes garantam uma posição privilegiada na nova configuração. A dependência é explicada tanto por fatores externos (expansão das potências industriais) quanto por fatores internos (relações entre as classes sociais), a dinâmica interna das alianças de classe determina, dentro de certos limites, a capacidade de expansão da economia dependente.

No entanto, as transformações sociais e econômicas em sociedades subdesenvolvidas e dependentes são processos políticos que não garantem automaticamente o desenvolvimento nacional, o desenvolvimento não é um resultado inevitável das transformações, a estagnação (falta de progresso) e a heteronomia (dominação por forças externas) são possibilidades reais.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

A determinação das chances de sucesso do desenvolvimento depende da análise das forças sociais em jogo, tanto aquelas que buscam manter a situação atual quanto aquelas que pressionam por mudanças.

2.3.4 O Caso do Brasil

Durante as décadas de 1950 e 1960, a dependência externa foi amplamente reconhecida como uma causa central do subdesenvolvimento, evidenciada por indicadores como baixa renda per capita, disparidade social, e uma economia focada na exportação de matérias-primas com limitada diversificação tecnológica e industrial. Este período viu duas forças políticas marcantes: a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que advogava por reformas estruturais para minimizar a dependência externa e promover um desenvolvimento voltado para o interior, e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que interpretava a dependência como uma consequência do imperialismo norte-americano, propondo uma aliança entre o proletariado e a burguesia nacional contra essas influências.

Ambas as perspectivas concordavam que a dependência externa impedia o desenvolvimento pleno do capitalismo no país, resultando em um sistema capitalista subdesenvolvido com relações de produção obsoletas. Nesse contexto, Marini critica a estratégia reformista a partir de uma visão marxista-leninista, questionando a viabilidade de uma aliança de classes, que na sua visão, só perpetuaria as contradições do sistema capitalista.

Ruy Mauro Marini (1975) argumenta que o desenvolvimento do capitalismo na América Latina foi fortemente influenciado pelo passado colonial da região. A inserção subordinada das ex-colônias na divisão internacional do trabalho, intensificada pela ascensão do imperialismo, criou um capitalismo dependente, distinto do dos países desenvolvidos.

Conforme Marini, a dependência é caracterizada por uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, onde as relações de produção são alteradas ou recriadas para garantir a reprodução ampliada da dependência. A consequência inevitável é uma dependência cada vez maior, cuja superação requer a eliminação das relações de produção envolvidas.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Apesar de a industrialização ser um marco na história da América Latina, em nenhum país ela conseguiu romper completamente com os laços de dependência. No período pós-Segunda Guerra Mundial, sob a hegemonia dos Estados Unidos, a industrialização regional foi caracterizada pela integração subordinada aos interesses do capital transnacional, favorecendo as elites locais e a produção para exportação, perpetuando a dependência externa e restringindo o desenvolvimento autônomo.

Nas obras de Marini, é destacado que o capitalismo latino-americano é um tipo específico de capitalismo, onde a dependência é tanto um resultado quanto um fator determinante do desenvolvimento capitalista global, e onde a América Latina mantém um papel subordinado. Além disso, a dependência também transforma internamente as relações de produção, impulsionando a reprodução ampliada do capitalismo tanto interna quanto externamente. Marini rejeita a ideia de uma aliança entre a classe trabalhadora e a burguesia, defendendo que a revolução socialista é a única maneira de quebrar as correntes da dependência (MARINI, 1975).

Segundo Marini, o capitalismo dependente, com suas contradições acentuadas e exploração intensificada, apresenta um grande potencial revolucionário. No entanto, a concretização desse potencial não é automática, requerendo o desenvolvimento contínuo de teorias e práticas revolucionárias, além de conscientização, organização popular e liderança revolucionária. Transformar esse potencial em realidade é um processo desafiador que exige persistente luta e resistência por parte da classe trabalhadora e movimentos sociais.

A estratégia de crescimento liderado pelas exportações, adotada por muitos países periféricos, incluindo o Brasil, é uma temática recorrente nos debates sobre desenvolvimento econômico. Essa abordagem prioriza o aumento da produção e exportação de bens e serviços para mercados estrangeiros como principal motor de crescimento. No contexto latino-americano, as exportações foram inicialmente vistas como uma via estratégica para o crescimento, porém, a restrição de divisas e a limitada relevância do mercado interno foram obstáculos enfrentados por muitos países.

Para um desenvolvimento industrial saudável das economias periféricas é essencial que financiamento externo, sustentabilidade e liquidez sejam examinados cuidadosamente e que as condições de crescimento dos passivos externos da economia, mantenham-se sob controle e não efetuem uma trajetória explosiva. No contexto de inserção da economia brasileira na lógica de acumulação capitalista observamos algumas etapas do processo de exportação e crescimento de um país periférico e como a relação Centro-Periferia aprofundou cada vez mais a dependência externa Brasileira.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Sob a ótica de Leda Maria Paulani, nossa dependência é aprofundada modernamente através do emblema da financeirização, podendo ser dividido em cinco etapas, sendo elas:

1. A colocação do país como mero objeto de espoliação por parte das economias europeias (então, em franco processo de expansão territorial pela via colonialista), através de saques de matérias primas e metais preciosos e da exploração da mão de obra nativa compelida ao trabalho;

2. A inserção do país como produtor de bens primários de baixa densidade tecnológica destinados a exploração para os países do centro, algo que se estende da “época do exclusivo metropolitano até o início do século XX”;

3. A constituição da economia brasileira, a partir dos anos 1950, em receptora de capitais externos atraídos pelas possibilidades de acumulação que o mercado brasileiro oferecia, materializando-se na forma de investimentos diretos na indústria, cuja a produção seria destinada ao consumo interno;

4. A posição do país a partir da duas crises do petróleo na década de 1970 como tomador de empréstimos externos advindos de uma “crise de sobre acumulação irresolvida no centro”, trazendo como resultado a conhecida crise da dívida externa da década de 1980;

5. Sua constituição a partir de meados dos anos 1990, como “plataforma internacional de valorização financeira” em função das reformas estruturais e da adesão ao ideário neoliberal.

Avançando na discussão, Paulani acrescenta que nesta última fase da inserção da economia brasileira a lógica de acumulação mundial, uma outra face do mesmo processo é a desindustrialização e a reprimarização da pauta de exportações do país como resultado do excesso de dólares e da sobrevalorização da moeda doméstica.

Tratando especificamente dos dois últimos momentos históricos, a altura defende que, durante a década de 1980, a economia brasileira se posicionou como uma vítima passiva da financeirização já bastante madura nas economias de capitalismo avançado, uma vez que sua inserção nesse processo não se deveu a uma escolha ou a uma decisão política clara e consciente. A explosão do endividamento na economia brasileira e sua entrada na ciranda financeira foi algo determinado de fora pra dentro, foi resultado das decisões políticas das economias centrais, em especial da economia norte americana, que, diante da necessidade de reafirmar o dólar como dinheiro mundial, decretou a quadruplicação de suas taxas de juros

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

internas, produzindo com isso um desmesurado salto nas despesas com juros que os ativos financeiros de emissão brasileira decorrentes dos empréstimos efetuados nos anos 1970 deveriam honrar. Portanto, é possível dizer que, no limite, seu vínculo à financeirização naquele momento foi algo alheio a sua vontade e quase que absolutamente determinado por fatores externos.

Contrariamente, a partir do anos 1990, passam a ser operadas medidas concernentes a reversão dessa postura, garantindo que o país pudesse ingressar ativamente na lógica da financeirização; neste caso, a vinculação da economia brasileira ao processo global de financeirização foi uma opção política conscientemente definida na agenda daqueles que assumiram a condução do país respaldados ideológica e politicamente pelos princípios neoliberais.

A consequente intensificação da participação da economia brasileira e das demais economias periféricas na lógica da financeirização, levou a que os países da periferia do sistema assumissem a posição de acumuladores de déficits, bem como fortaleceu os meios pelos quais, posteriormente, essas mesmas economias passaram da condição de devedores externos para a posição de acumuladores de reservas internacionais em dólar. Ao contrário do que pode parecer, este último status é tão prejudicial a estas economias quanto foi o processo de endividamento que deu origem a crise das dívidas nos anos 1980; se antes o países dependentes transferiram recursos as economias centrais sob a forma de juros e amortização de dívidas e se encontram nitidamente a mercê dos fluxo internacionais de capitais e das definições externas de política econômica, agora estes países estão amarrados a uma estratégia de ampliação do nível das reservas internacionais, o que faz com que o fluxo líquido de capitais esteja negativo, uma vez que, a despeito das massivas entrada de capitais privados, “as reservas externas são necessariamente investidas nos ativos mais seguros nos mercados financeiros globais e estes são emitidos pelos países desenvolvidos”

A estratégia de acúmulo de reservas conduz automaticamente a uma ampliação do endividamento público interno nas economias periféricas por conta da necessidade de esterilizar o impacto inflacionário ocasionado pelo fluxo de capitais externos. Para tanto, faz-se uso de uma política de enxugamento da oferta de moeda através da colocação de título público no mercado algo que está em plena harmonia com a exigências de estabilidade monetária impostas as economias periféricas por órgãos como o FMI e Banco Mundial e por elas abraçadas através da adoção de uma política macroeconômica em cujo núcleo principal está o regime de metas de inflação.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

A autorização para a securitização dos débitos citados a abertura do mercado brasileiro de títulos privados e públicos e a abertura financeira da economia brasileira, com a retirada gradativa dos controles que obstaculizam o livre fluxo internacional de capitais. A concessão de isenções tributárias a ganhos financeiros de não residentes, alterações legais para dar mais garantias ao credores do estado e uma reforma previdenciária para cortar gastos públicos e abrir o mercado previdenciário ao capital privado, todo este ajustamento, acompanhado da estabilização monetária alcançada pelo Plano Real, bem com de uma politica de altas taxas de juros reais e controle fiscal visando a formação de elevados superávits primários, teria provocado um rápido retorno dos capitais externos ao pais e, com isso, uma rapida acumulaçõa de reservas, de modo que a passagem de um estágio a outro é algo que se alcança de uma só tacada, isto é, a um só tempo passe-se de uma situação de acúmulos de déficits para uma oposta, acúmulo de reservas.

Dois aspectos importantes podem ser apreendidos a partir dessas interpretações. Em primeiro lugar, a natureza do processo de financeirização é absolutamente diversa entre os países do centro de sistema e os países periféricos. Em segundo lugar, trata-se de um processo ligado a uma noção bastante dúbia de autonomia política, processo este que, sem dúvidas, limita o poder decisório das economias que se vêem enredadas nele de maneira tão subordinada.

Há quem acredite que o funcionamento da economia de mercado mundial e as práticas perversas do capitalismo são as causas principais das condições deploráveis de boa parte da humanidade; outros pensam que os problemas tem haver com fatores econômicos objetivos.

A perspectiva liberal afirma que a economia mundial é um fator benéfico para o desenvolvimento econômico; a interdependência e os vínculos entre as economias avançadas e as menos desenvolvidas tendem a favorecer as últimas. O liberalismo sustenta que uma economia mundial interdependente, baseada no livre comércio, na especialização e na divisão internacional do trabalho facilita o desenvolvimento, para essa corrente de pensamento, o comércio pode servir como um “motor de desenvolvimento", à medida que os países menos desenvolvidos ganham capital, tecnologia e acesso aos mercados mundiais.

A maioria dos liberais considera que uma chave para o desenvolvimento econômico é a capacidade de a economia transformar-se em resposta às mudanças de condições; eles acreditam que o fracasso de muitos países menos desenvolvidos se deve ao seu sistema político e social, ou seja, as imperfeições do mercado interno, ineficiências econômicas e rigidez social.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

No entanto, a teoria liberal tende a negligenciar o contexto político dentro do qual se insere o desenvolvimento econômico, embora o processo de desenvolvimento não possa ser dissociado de fatores políticos, as configurações de poder nacional e internacional , os interesses de Estado e grupos poderosos são importantes para o desenvolvimento; a teoria neoliberal não está equivocada ao negligenciar esses elementos, mas está incompleta.

O estruturalismo sustenta que uma economia mundial capitalista e liberal tende a preservar e aumentar as desigualdades entre os países plenamente desenvolvidos e os menos desenvolvidos; o argumento estruturalista é que a economia mundial contém uma distorção contrária aos esforços de desenvolvimento dos países menos desenvolvidos .

A economia mundial está composta por um núcleo central de países industrializados e por uma ampla periferia subdesenvolvida; a natureza do avanço tecnológico dos movimentos cíclicos dos preços e das diferenças nas demandas pelos bens industriais e pelos produtos primários provoca uma deterioração secular dos termos de intercâmbio para os exportadores de matéria - prima, ou seja, os termos de intercâmbio entre os países industrializados e os periféricos tendem a uma deterioração constante, beneficiando os primeiros.

O desenvolvimento e o subdesenvolvimento transformou-se em um sistema que gera riqueza para poucos e pobreza para muitos; os teóricos da dependência argumentam que a estratégia de industrialização baseada na substituição de importações deixou de produzir crescimento sustentado nos países menos desenvolvidos.

O desenvolvimento tem se concentrado principalmente nos NIC’s asiáticos, é possível identificar três pré requisitos para que isso esteja acontecendo; em primeiro lugar é necessário que se tenha um Estado forte, uma burocracia econômica que possa estabelecer prioridades, implementar política econômicas coerentes e realizar reformas necessárias; os administradores públicos e privados precisam trabalhar juntos na formulação de uma política industrial "apolítica". Além disso, para que a desigualdade fosse amenizada, esses países fizeram investimentos contínuos na educação e no capital humano, promovendo programas de redistribuição de renda e desenvolvimento rural.

O que Trotsky chamou de “ lei do desenvolvimento combinado e desigual” é o que está funcionando nesses países, uma economia em desenvolvimento bem sucedida está sendo formada a partir de um Estado forte, investimento em recursos humanos e um mercado eficiente.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

O investimento estrangeiro começou a se expandir além do setor primário, alcançando a indústria manufatureira através de capital direto, transformando o cenário econômico e intensificando a dependência. A incompatibilidade entre o nacionalismo populista e a propriedade estrangeira tornou-se evidente, e a transferência de poder econômico para o capital estrangeiro debilitou as burguesias nacionais.

Vania Bambirra (2020) , explorando essas dinâmicas, questiona os fatores que moldaram as relações de produção capitalista e o desenvolvimento do mercado interno em países como México, Brasil, Argentina, Uruguai e Chile no final do século XIX. Suas pesquisas no CESO revelam que o capitalismo dependente está inextricavelmente ligado ao sistema capitalista global, necessitando de importações de maquinário para manter a reprodução econômica. Mesmo quando a produção local de maquinário começa, ela ainda depende de tecnologia e investimentos estrangeiros, especialmente em setores avançados como eletrônica e energia solar.

Compreender esse processo de reprodução dependente é essencial para identificar as armadilhas que restringem o crescimento econômico e perpetuam problemas como dívidas externas elevadas, que continuam a sufocar o desenvolvimento autônomo na região.

2.4 O IMPACTO DA ASCENSÃO DA CHINA NA DEPENDÊNCIA BRASILEIRA

2.4.1 Desenvolvimento Chinês.

Na década de 1940, a China era um dos países mais pobres e isolados do mundo, destruído por uma guerra civil, as décadas seguintes trariam enormes mudanças políticas, sociais e econômicas que gerariam riquezas, mudando toda a cadeia produtiva global e ficariam marcadas por muita repressão e desigualdade, transformando não só o país, mas o mundo neste século.

No início do terceiro milênio, a China viu seu PIB multiplicar por 10, chegando aos atuais 17,71 trilhões de dólares, deixando de ser um país pobre dos anos 40 e tornando-se a segunda maior economia do planeta.

Quase um terço de toda a produção manufatureira do mundo vem da China, e o apetite chinês por matérias-primas, como soja e minério de ferro, acabou fazendo do país o maior parceiro comercial do Brasil. Mas para explicar essa trajetória, precisamos voltar sete décadas no tempo.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Antes de se tornar a República Popular da China que conhecemos hoje, o país tinha um dos 10 piores PIBs per capita do mundo. O país não tinha parceiros comerciais nem relações diplomáticas com o resto do planeta e dependia basicamente do que produzia. Os anos de 1930 e 1940 foram de intenso conflito, a Segunda Guerra Sino-Japonesa dividiu a China em três partes: uma nacionalista, uma comunista e uma sob ocupação do Japão.

Em 1945, quando o Japão foi derrotado na Segunda Guerra Mundial, teve início uma Guerra Civil entre os nacionalistas e os comunistas chineses pelo controle do país, que só terminou em 1949 com a vitória comunista de Mao Tsé-Tung; milhões de pessoas morreram durante o conflito e outros milhões morreram de fome ou doenças. O ano de 1949 foi um marco que definiu o início do regime comunista e também de mais tragédias humanitárias.

Mao Tsé-Tung tentou modernizar rapidamente a economia camponesa da China e eliminar os rivais do Partido Comunista com as políticas conhecidas como Grande Salto Adiante e Revolução Cultural. No entanto, com uma produção insuficiente de alimentos e uma distribuição ineficiente do que era produzido, algo entre 10 milhões e 40 milhões de chineses morreram de fome em um período de menos de 3 anos, tendo sido considerada a mais grave fome da história da humanidade. A estimativa de mortes é ampla, devido à falta de transparência do governo chinês. Somente após a morte de Mao em 1976, o novo líder, Deng Xiaoping, começou a reformular e abrir a economia chinesa, dando a ela os moldes que conhecemos hoje.

Esse período foi muito importante; os camponeses, por exemplo, ganharam o direito de explorar suas próprias terras, melhorando o padrão de vida e aliviando a escassez de comida. A porta também foi aberta para investimentos estrangeiros, e a China restabeleceu seus laços diplomáticos com os Estados Unidos em 1979. Tivemos, então, o início da construção do "capitalismo à chinesa" - um boom de consumo em uma sociedade comunista, incentivado pelo líder Deng Xiaoping, que disse para as pessoas se concentrarem na economia, não na política.

Deng Xiaoping decidiu promover o capitalismo na economia, mas sem abrir mão da centralização que marcava o comunismo chinês. Os fluxos globais de investimento passaram a se voltar cada vez mais para a China, de olho em um mercado com mão de obra barata e baixos custos produtivos. A população, até então predominantemente rural, começou a migrar em massa para as cidades, que passaram por um processo rápido de urbanização, o gigantesco êxodo rural fez com que a população urbana do país passasse de 191 milhões em 1980 para 691 milhões em 2011.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Como resultado de todo esse processo, a China cresceu rapidamente ao longo dos anos 1990 e se integrou ao mundo. Um marco dessa integração foi a entrada em 2001 para a Organização Mundial do Comércio, que é a responsável por regulamentar o comércio entre países. A China começou a reduzir barreiras e tarifas comerciais; com custos mais baixos de produção, os fabricantes chineses de roupas, brinquedos e eletrônicos ficaram extremamente competitivos, não demorou para que, no século XXI, os produtos "Made In China" estivessem por toda parte.

O crescimento da economia veio acompanhado da modernização das cidades chinesas. O primeiro trem de alta velocidade chinês começou a operar em 2008, entre Pequim e Tianjin. Em 2019, segundo a rede de notícias estatal chinesa CGTN, o país tinha mais de 35 mil quilômetros de linha de trem que viajam a até 350 km/h. Essa rede ferroviária de alta velocidade é maior que a de todos os outros países juntos, sendo uma amostra de seu rápido e intenso desenvolvimento tecnológico.

Um exemplo ilustrativo da escala de modernização chinesa é a cidade de Shenzhen, na costa sul. Em 1979, Shenzhen era uma pequena cidade rural, com 50 mil habitantes, um ano depois, o governo fez de Shenzhen uma das zonas econômicas especiais do país, onde o capitalismo chinês seria testado, com legislação econômica e tributária desenhadas para atrair o investimento estrangeiro. Shenzhen teve décadas de crescimento ininterrupto e virou um polo de fábricas de todo tipo de produtos, e a população ultrapassou os 12 milhões de pessoas em 2020. No entanto, em meio a todo esse avanço, ganharam destaque denúncias a respeito das condições de trabalho nas enormes fábricas espalhadas pela China.

O olhar estrangeiro voltou-se principalmente sobre a Foxconn, fornecedora de gigantes como a Apple. Em junho de 2006, o jornal britânico The Mail On Sunday investigou a produção de iPods na unidade de Shenzhen e expôs as péssimas condições de trabalho dos funcionários, que incluíam desde jornadas diárias de 15 horas até salários irrisórios. O que pareciam ser casos isolados virou uma crise. Em 2010, ao menos 10 trabalhadores da Foxconn em Shenzhen cometeram suicídio.

> “Taipei - Trabalhadores de uma fábrica chinesa controlada pela Foxconn, principal fabricante de produtos da Apple, ameaçaram saltar do alto de um edifício em protesto pelos baixos salários, um mês depois de as duas companhias anunciarem um acordo histórico quanto à melhora das condições de trabalho.” (Exame, 2012)

O avanço econômico também trouxe custos ambientais, com uma economia fortemente dependente do carvão, a China se tornou em 2006 o maior emissor de gases do efeito estufa do mundo.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Como era de se esperar, a soma da poluição com abusos dos direitos humanos e trabalhistas começou a moldar a percepção internacional do mundo a respeito da China. Não à toa, o Partido Comunista voltou seus esforços para construir uma nova imagem do país, mais moderna e organizada.

Falamos um pouco sobre as mudanças internas na China para acomodar seu crescimento econômico. É importante lembrar que a influência externa de Pequim também cresceu exponencialmente, principalmente na África e na América Latina. Desde os anos 2000, a China aportou dinheiro em centenas de projetos em mais de 20 países africanos como Nigéria, Angola e Quênia. Alguns projetos são grandes obras de infraestrutura, como ferrovias e portos, que facilitam o escoamento das matérias-primas que a China tanto necessita. Outros são a extração de petróleo e gás e extração de minérios, principalmente ferro, cobre, urânio e cobalto.

No Brasil, nas duas primeiras décadas do primeiro milênio, o país recebeu um enorme volume de investimento chinês para comprar empresas de setores como energia, distribuição de água, infraestrutura e mineração. Em 2019, a China respondia por 69% de todo o saldo da balança comercial brasileira.

> "Após uma década em que a China se expandiu vertiginosamente e ocupou posições cada vez mais importantes no tabuleiro geoeconômico e geopolítico asiático e global, o "sistema interestatal capitalista" atravessa uma transformação tectônica. Neste movimento, parece cada vez mais claro que a China planeja forjar uma nova fase da globalização em que suas empresas se tornam globais, sejam capazes de definir os padrões mundiais e de condicionar a dinâmica da economia internacional. Enquanto se torna parceiro comercial predominante de muitos países, amplia seus investimentos no exterior, expande seu poder econômico, que ancora a formatação das regras e das instituições internacionais." (MACEDO CINTRA, Marcos Antonio. COSTA PINTO, Eduardo. **China em Transformação:** Transição e Estratégias de Desenvolvimento)

2.4.2 Brasil-China: Impactos na Pauta Exportadora e Regressão da Especialização

A partir da definição da UNCTAD um país é considerado dependente de exportação de commodities quando mais de 60% de suas exportações totais de mercadorias são compostas por commodities.

Dado que a dependência de commodities pode ter um impacto negativo no desenvolvimento econômico de um país, é importante monitorar a evolução dessa dependência que é mais forte nas economias em transição do que nos países desenvolvidos, afetando metade dos países no primeiro agrupamento, em comparação com menos de um quarto no último (UNCTAD, 2021).

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

A desindustrialização e a reconfiguração da dinâmica de acumulação da indústria brasileira têm sido apontadas como fatores que limitam a contribuição do setor para o desenvolvimento do país. Esses limites, observados desde os anos 2000, parecem estar relacionados a uma nova forma de industrialismo periférico, com características distintas do modelo vigente entre 1930 e a crise do desenvolvimentismo (DIEGUES e ROSSI, 2021).

Segundo Diegues (2021), a indústria brasileira passou por uma reconfiguração que a coloca em uma posição defensiva. As empresas, em vez de buscarem transformações estruturais que levem a uma competitividade genuína, concentram-se em reduzir custos de produção. Essa estratégia limita o potencial de desenvolvimento do setor.

Outro aspecto dessa nova configuração é a forma como a indústria nacional se relaciona com o capital internacional. As empresas brasileiras passaram a ocupar espaços na "curva sorriso", com foco em atividades como representação comercial, marketing e adaptação de produtos importados. Essa dinâmica reforça a dependência e limita o desenvolvimento de capacidades tecnológicas próprias.

Diegues (2021) destaca ainda que a industrialização brasileira tem se baseado na exploração de vantagens comparativas já existentes, em vez de buscar superá-las e desenvolver novas vantagens competitivas. Essa estratégia contribui para a manutenção do país em uma posição periférica no cenário internacional.

Hiratuka e Sarti (2017, p. 197-198) enumeram quatro tendências globais que caracterizam a nova realidade mundial: (a) a reorganização das estratégias globais de atividades produtivas das empresas transnacionais (ETN) e seu impacto no desenvolvimento industrial; (b) a emergência da China como o principal fornecedor global de produtos manufaturados; (c) a continuidade da concentração do conhecimento tecnológico nas grandes ETNs.

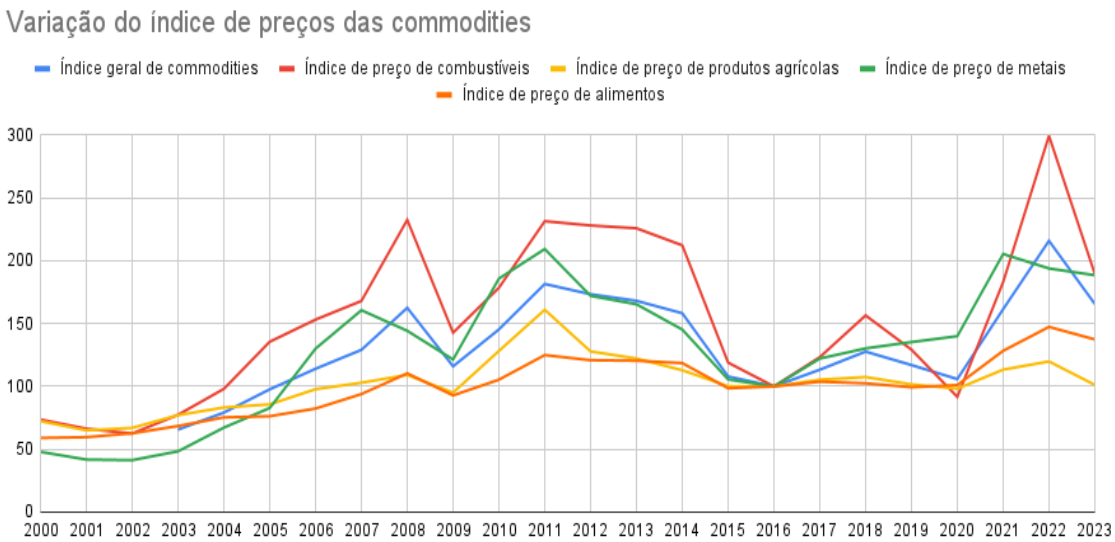
O aumento da demanda chinesa no início do século XXI trouxe benefícios para o Brasil, impulsionando as exportações e melhorando os termos de troca até 2011 (BASTOS, 2015). Esse período de crescimento econômico coincidiu com transformações socioeconômicas no país, como a redução do desemprego, a formalização do trabalho e o aumento da renda e do crédito (BIANCARELLI, 2014). Essas mudanças tiveram impacto significativo no consumo das famílias brasileiras, em especial na aquisição de bens duráveis.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Segundo autores como Cano (2012 e 2014) e Morceiro (2018) o incremento das relações Brasil e China a partir dos anos 2000 não inaugura o processo de desindustrialização que se manifesta desde a década de 1980, com a perda de dinamismo da indústria como motor do desenvolvimento.

No entanto, a relação comercial entre Brasil e China se caracteriza por uma assimetria que influencia a dinâmica da indústria brasileira. A demanda chinesa contribuiu para a intensificação da especialização regressiva das exportações brasileiras, com ênfase em produtos de baixo valor agregado. Ao mesmo tempo, o crescente déficit comercial brasileiro em setores de alta tecnologia indica que a China também atua como fornecedora de produtos mais sofisticados, agravando o vazamento da demanda interna (NASSIF; CASTILHO, 2020).

Gráfico 1 - Índice de Preços dos principais grupos de *commodities* (2000-2016)



Fonte: (IMF 2024); elaboração própria

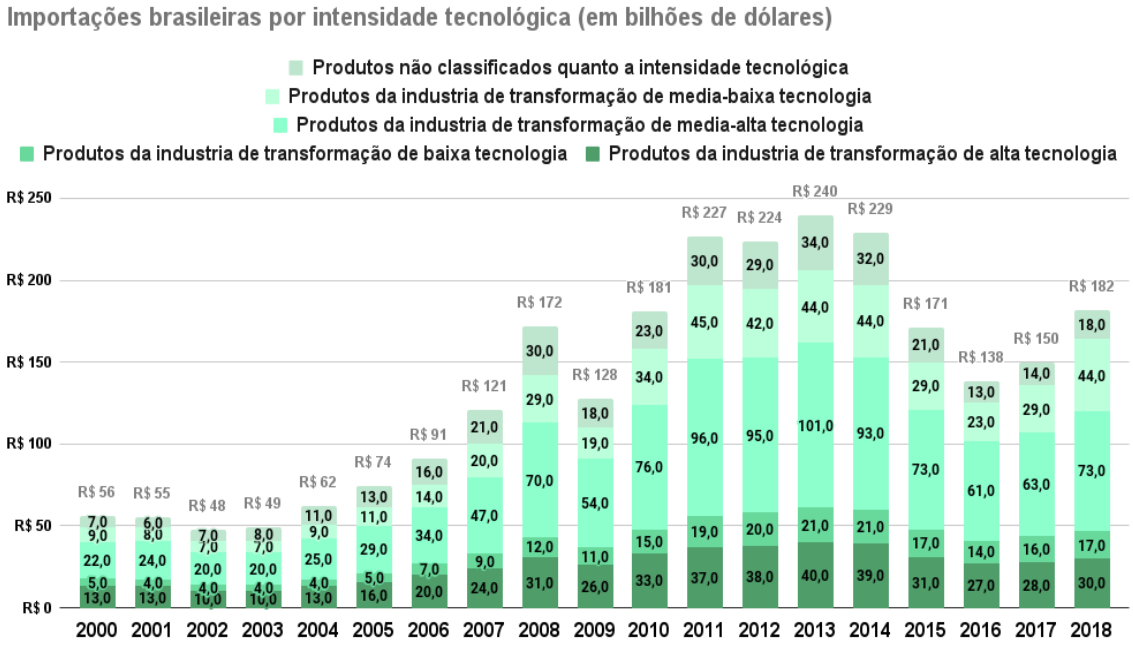
O Gráfico1 ilustra a valorização dos preços das commodities no mercado internacional entre os anos 2000 e 2023. A partir do ano 2000, observa-se uma tendência geral de alta nos índices de preços; essa valorização foi impulsionada por diversos fatores, incluindo a rápida industrialização e urbanização da China, os massivos investimentos em infraestrutura e a política de estoques estratégicos de commodities adotada pelo governo chinês. A demanda crescente por matérias-primas como minério de ferro, petróleo, soja e cobre pressionou os preços para cima, gerando um “boom” nas exportações de países produtores, como o Brasil.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Percebe-se que a crise financeira de 2008 impactou temporariamente os preços de commodities levando a queda dos índices; as respostas à crise financeira, na forma de políticas monetárias e fiscais expansionistas impulsionam os preços das commodities, a partir de 2009.

A inserção externa tornou-se favorável para as commodities agrícolas, minerais, metálicas, energéticas e de alimentos, enquanto a competição entre os produtos manufaturados se acirrou. As exportações brasileiras aumentaram em um cenário que foi favorável para a consolidação do Brasil como fornecedor de commodities, enquanto a demanda doméstica interna por produtos manufaturados continuou com perspectivas de aumento, correndo-se o risco de que a indústria nacional não seja capaz de atender essa demanda e que uma parcela considerável acabe sendo desviada para o exterior devido o aumento do coeficiente de produtos importados na proeminência de uma valorização cambial reforçada pelo aumento de participação dos setores primários.

Gráfico 2 - Importações Brasileiras por Intensidade Tecnológica.



Fonte: (MDIC, 2024); elaboração própria

A crescente dependência de importações, especialmente da China, tem sido apontada como uma das consequências do processo de desindustrialização brasileiro (MORCEIRO, 2018; DIEGUES, 2021). Mesmo durante períodos de crescimento econômico e aumento do consumo interno, a indústria nacional não tem conseguido atender à demanda por bens de capital, bens intermediários e bens de consumo final, o que resulta em um vazamento da demanda para o exterior.

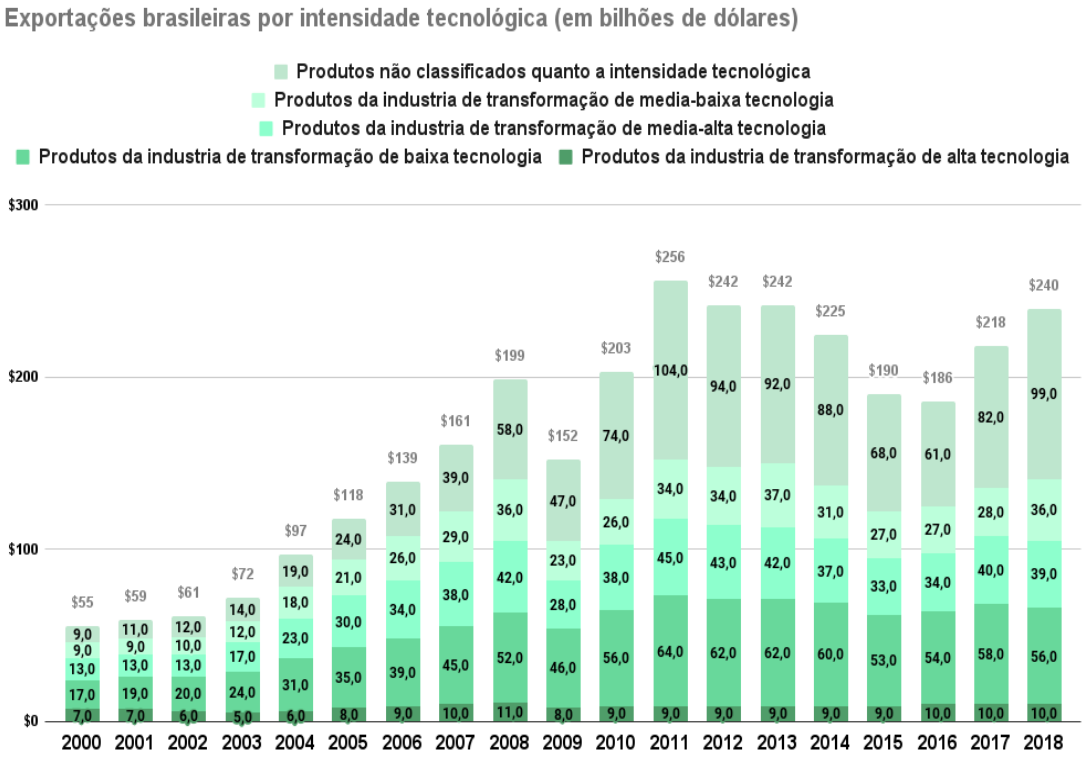
Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

O Gráfico 2 - ilustra a crescente dependência do Brasil em relação à importação de produtos industrializados, confirmando a análise de Morceiro (2018), Diegues (2021) sobre o "vazamento da demanda".

Observamos que, entre 2000 e 2018, houve um aumento significativo nas importações de produtos de alta e média-alta tecnologia, indicando que a indústria nacional não conseguiu atender à demanda interna por bens mais sofisticados.

O comércio bilateral do Brasil com a China, que se consolidou como o mais importante parceiro comercial brasileiro, após a crise global de 2008, é caracterizado por um típico padrão de comércio Norte-Sul, onde os países inovadores do Norte (N), se especializam na produção de manufaturas e serviços de alta tecnologia sofisticação, e os países imitadores da Periferia-Sul (S), são especializados na produção de bens primários e de baixa tecnologia.

Gráfico 3 - Exportações Brasileiras por Intensidade Tecnológica.



Fonte: (MDIC, 2024); elaboração própria.

A análise de Nassif e Castilho (2020), com base no indicador de vantagem comparativa revelada (VCR), demonstra a intensificação da especialização das exportações brasileiras em produtos primários, em detrimento dos produtos manufaturados.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Essa tendência de concentração nas exportações também é evidenciada pelo índice de Herfindahl-Hirschman (HHI), que atingiu seu nível máximo em 2011, coincidindo com o fortalecimento das relações comerciais entre Brasil e China. Os autores apontam que essa relação comercial teve um papel relevante na acentuação da especialização regressiva da pauta exportadora brasileira.

Essa concentração pode levar a diversos impactos negativos na economia, como: vulnerabilidade a flutuações de preços internacionais (setores de baixa intensidade tecnológica geralmente são mais sensíveis a flutuações de preços no mercado internacional, o que pode gerar instabilidade na economia); baixo crescimento da produtividade (setores com baixo valor agregado geralmente apresentam menor potencial de crescimento da produtividade, o que pode limitar o crescimento da economia como um todo); dificuldade de inserção na economia global (países com alta especialização regressiva podem ter dificuldades em se inserir na economia globalizada, que exige cada vez mais produtos e serviços de alto valor agregado).

O Gráfico 3 - corrobora a análise de Nassif e Castilho (2020) sobre a especialização regressiva da pauta exportadora brasileira. Apesar do crescimento geral das exportações entre 2000 e 2018, observa-se uma clara tendência de concentração em produtos de baixa intensidade tecnológica. Essa tendência se intensifica após 2008, coincidindo com o fortalecimento das relações comerciais entre Brasil e China.

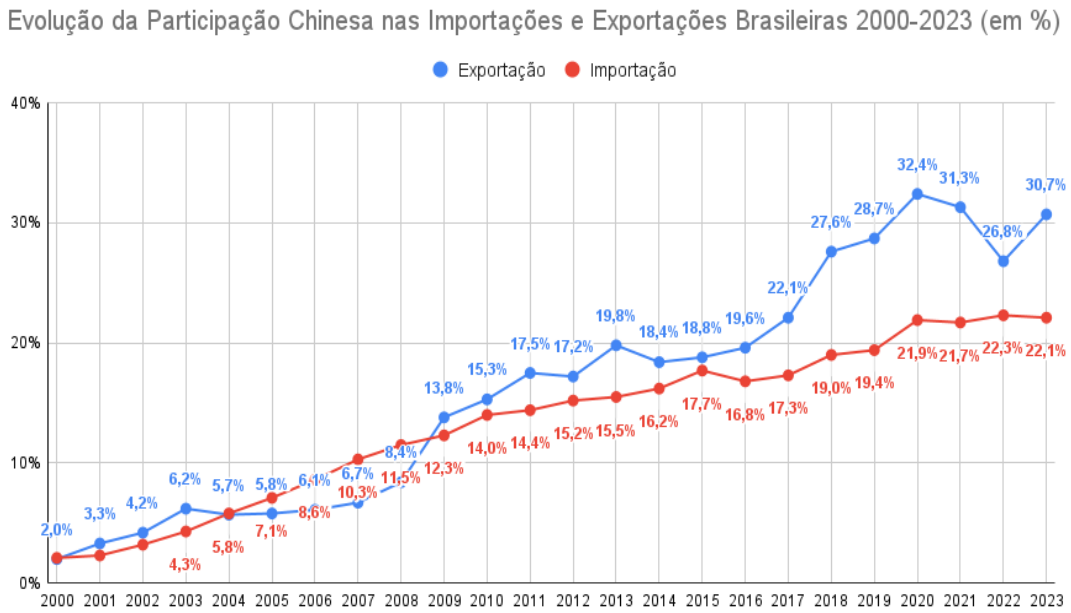
Entre 2000 e 2011, as exportações dos produtos não classificados com relação a intensidade tecnológica, foram de 9,2 bilhões de dólares para 104,30 bilhões, os de média baixa tecnologia foram de 9,2 bilhões para 33,9 bilhões; enquanto isso, as exportações dos produtos de alta tecnologia foram de 9,8 bilhões para 8,5 bilhões de dólares.

Apesar do aumento do fluxo comercial, o país não apresenta uma trajetória promissora. A trajetória de retrocesso da economia brasileira pode ser confirmada pelos resultados da versão forte da lei de Thirlwall (a versão forte, considera a taxa de câmbio real como constante ao longo do tempo) para a economia brasileira entre 1980 e 2010. Enquanto no período 1980-98, a taxa de crescimento média anual estimada do Brasil compatível com o equilíbrio de seu balanço de pagamentos foi de 69% do crescimento do PIB mundial, entre 1999 e 2010, no entanto, essa taxa reduziu significativamente para apenas 40%, confirmando a profundidade da especialização da economia brasileira em bens de baixa renda elasticidade da demanda, bem como a trajetória de atraso do Brasil na década. (NASSIF e CASTILHO, 2020).

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Essa dinâmica comercial com a China tem impactado de forma relevante as trajetórias da oferta e da demanda brasileira no comércio internacional.

Gráfico 4 - Evolução da Participação Chinesa nas Importações e Exportações Brasileiras 2000-2023 (em %).



Fonte: (MDIC, 2024); elaboração própria.

O Gráfico 4 - demonstra claramente a crescente importância da China como parceira comercial do Brasil, especialmente na última década. Observa-se um aumento substancial da participação da China nas exportações brasileiras, passando de 2,0% em 2000 para 30,7% em 2023. Esse crescimento é particularmente acentuado a partir de 2009, ultrapassando a marca de 20% em 2017. A China se consolida como o principal destino das exportações brasileiras, absorvendo quase um terço dos produtos vendidos pelo Brasil ao exterior.

A participação da China nas importações brasileiras também apresenta um crescimento consistente ao longo do período, passando de 3,3% em 2000 para 22,1% em 2023. Embora em menor ritmo que as exportações, o aumento da participação chinesa nas importações indica uma crescente dependência do Brasil em relação aos produtos chineses.

O Brasil intensificou sua dependência de importações de bens de alta tecnologia, especialmente intermediários e de capital, ao mesmo tempo em que aumentou a repatriação de lucros de empresas estrangeiras, as quais ampliaram sua presença na estrutura produtiva do país (GARCIA, 2008).

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Essa dinâmica tem sido sustentada pelo setor exportador de commodities, enquanto os setores industriais com potencial para gerar superávits comerciais maiores permanecem restritos ao mercado interno.

A industrialização baseada em capital estrangeiro e a integração aos mercados internacionais exigem a geração de divisas para assegurar a rentabilidade do investimento externo. No entanto, a persistência do modelo econômico brasileiro, caracterizado pela desnacionalização e pela ausência de políticas industriais e tecnológicas robustas, pode levar a uma dependência estrutural de commodities, limitando o crescimento a um patamar definido pela capacidade de importação e perpetuando o ciclo de "stop-and-go". Nesse contexto, é crucial questionar a capacidade do agronegócio, das commodities e dos produtos intensivos em mão de obra para sustentar o crescimento econômico sem comprometer o equilíbrio externo, refletido no volume de importações, na conta corrente e no balanço de pagamentos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho investigou a dependência histórica da economia brasileira em relação aos recursos naturais, buscando compreender como essa condição se manifesta no contexto da globalização e, em particular, diante da ascensão da China como potência econômica.

Durante as décadas de 1970 e 1980, o Brasil enfrentou uma série de crises econômicas, acompanhadas por um aumento significativo do endividamento externo. A necessidade de financiar déficits comerciais e o serviço da dívida levou o país a depender cada vez mais de recursos externos, criando uma vulnerabilidade em relação aos fluxos de capital internacional. Nas últimas décadas, o Brasil adotou políticas de liberalização econômica e integração aos mercados globais, buscando atrair investimentos estrangeiros e aumentar suas exportações. No entanto, essa abertura também aumentou a dependência externa do país em relação aos fluxos de comércio e investimento, especialmente em setores como o agronegócio e a mineração.

A pesquisa evidenciou a persistência de um padrão histórico de dependência, em que o Brasil se especializou na produção e exportação de produtos primários, relegando o desenvolvimento industrial a um segundo plano.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

A análise da Teoria da Dependência e do sistema Centro-Periferia demonstrou como essa dinâmica limitou a capacidade de diversificação produtiva e aprofundou a vulnerabilidade externa do país. Observou-se que a ascensão da China, a partir dos anos 2000, intensificou a competição por mercados e acentuou a reprimarização da pauta exportadora brasileira, impactando negativamente a indústria nacional.

O aumento das exportações brasileiras para a China, principalmente de commodities como soja, minério de ferro e petróleo, contribuiu para a diversificação do mercado externo e a redução da dependência do mercado interno. Nada obstante, essa concentração em produtos básicos torna a economia brasileira mais vulnerável a flutuações de preços no mercado internacional, como as crises de 2008 e 2014, que impactaram negativamente o crescimento do país.

A desindustrialização, evidenciada pela queda da participação da indústria no PIB e no total de exportações, é um dos principais desafios da economia brasileira. A perda de competitividade industrial frente aos países asiáticos, como a China, limita a capacidade do Brasil de gerar valor agregado e emprego qualificado, impactando negativamente o desenvolvimento social e tecnológico do país.

A relação comercial com a China é complexa e multifacetada, com benefícios e desafios para o Brasil. A China é o principal parceiro comercial do Brasil, impulsionando as exportações e o crescimento do PIB. No entanto, a crescente importação de produtos manufaturados da China contribuiu para a desindustrialização brasileira e a perda de competitividade industrial.

A questão da especialização regressiva na economia brasileira continua sendo enigmática, gerando debate entre economistas. A concentração em commodities pode ser vista como um processo natural de desenvolvimento, com o Brasil aproveitando suas vantagens comparativas em recursos naturais. No entanto, a desindustrialização e a perda de competitividade industrial podem comprometer o desenvolvimento sustentável da economia brasileira a longo prazo.

Este estudo contribui para o debate sobre o desenvolvimento econômico brasileiro ao analisar a problemática da dependência histórica e seus desdobramentos no contexto da globalização. A pesquisa aprofunda a compreensão sobre os desafios enfrentados pelo país na busca por uma inserção internacional mais autônoma e competitiva, evidenciando a necessidade de superar o modelo primário-exportador e investir na diversificação produtiva e no desenvolvimento tecnológico.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

A pesquisa se limitou à análise bibliográfica, o que pode restringir a profundidade da investigação empírica. Futuros estudos podem complementar a análise com pesquisas de campo, estudos de caso e análises quantitativas, aprofundando a investigação sobre os impactos da ascensão chinesa em setores específicos da economia brasileira.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

REFERÊNCIAS

ABREU, M. P. (Org.). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3877050/mod_resource/content/1/Programa%20FES%20II_2017.pdf. Acesso data

AGUIAR DE MEDEIROS, Carlos. SERRANO, Franklin. **Inserção Externa, Exportações e Crescimento.** Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - INEP, Rio de Janeiro,n.12, setembro de 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3845/1/Inser%C3%A7%C3%A3o%20externa%20crescimento%20e%20padr%C3%B5es%20de%20consumo%20na%20economia%20brasileira.pdf. Acesso data

ANDRÉ Nassif AND MARTA R. Castilho. **Trade patterns in a globalised world: Brazil as a case of regressive specialisation.** Published by Cambridge Journal of Economics (2020). https://www.joserobertoafonso.com.br/trade-patterns-in-a-globalised-world-nassif-castilho. Acesso data

As Relações Bilaterais Brasil-China: **A Ascensão da China no Sistema Mundial e os Desafios para o Brasil**. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/110408_estudochinaipeamre.pdf. Acesso em: 31 mar. 2024.

BASTOS, E. K. X. **Termos de troca, ganhos de comércio e crescimento da renda interna bruta real no Brasil de 2001 a 2014**. Carta de conjuntura. Brasília: IPEA: 2015. Disponível em:https://www.researchgate.net/publication/282251684_Termos_de_troca_ganhos_de_comercio_e_crescimento_da_renda_interna_bruta_real_no_Brasil_de_2001_a_2014. Acesso data

BBC NEWS. **Como duas Décadas de expansão criaram o "século da China"**. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55989290. Acesso em: 29 mar. 2024.

BIANCARELLI, A. M. **A era Lula e sua questão econômica principal crescimento, mercado interno e distribuição de renda**. Rev. Inst. Estud. Bras., São Paulo, n. 58, p. 263-288, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rieb/a/WxtBNXgtwwc9GZmxvCTwPmP/abstract/?lang=pt. Acesso data

BIELSCHOWSKY, Ricardo - **Organização de. Cinquenta anos de Pensamento na Cepal.** Volume 1. Rio de Janeiro: Record, 2000.Disponível em: https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/e2e2e090-c3a0-42a9-a1e2-b46b05dc61c3/content. Acesso Data

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. GALA, Paulo. **Porque a Poupança Externa não Promove Crescimento**. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rep/a/M8sfC5QWxKNVQ6xvzzkTPvz/?format=pdf. Acesso em: 31 mar. 2024.

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

CANO, W. **A desindustrialização no Brasil**. Economia e Sociedade, v. 21, n. spe, p. 831-851, dez. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ecos/a/n6w4hPXK6zwZ3YJYTmQGjLJ/?format=pdf. Acesso em:

CANO, W. **(Des)industrialização e (sub)desenvolvimento.** Cadernos do Desenvolvimento, v. 9, n. 15, p. 139-174, dez. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ecos/a/n6w4hPXK6zwZ3YJYTmQGjLJ/abstract/?lang=pt. Acesso em:

CAPUTO, Ana Cláudia. PEREIRA DE MELO, Hildete. **A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA NOS ANOS DE 1950: UMA ANÁLISE DA INSTRUÇÃO 113 DA SUMOC**. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ee/a/ZpgwjzqDRC9bT4YrFhfxcvC/. Acesso: 28 de Fev 2024

CARTA TESTAMENTO. **Getulio Vargas**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/getulio-vargas/carta-testamento-de-getulio-vargas. Acesso 28 fev. 2024.

DE PAIVA ABREU, Marcelo. L. F. WERNECK, Rogério. Estabilização, Abertura e Privatização, 1990-1994. DE PAIVA ABREU, Marcelo. **A Ordem do Progresso: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil.** 2° edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 313-330. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5487926/mod_resource/content/1/OP%2090-94%20Abreu_werneck%20.pdf. Acesso data

DIAS CARNEIRO NETO, Dionísio. Crise e Esperança, 1974-1980. DE PAIVA ABREU, Marcelo. **A Ordem do Progresso: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil**. 2° edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 204-262. Disponível em: https://acervo.enap.gov.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=2065. Acesso data

DIAS CARNEIRO NETO, Dionísio. MARCO MODIANO, Eduardo. Ajuste Externo e Desequilíbrio Interno, 1980-1984. DE PAIVA ABREU, Marcelo. **A Ordem do Progresso: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil**. 2° edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 263-280. Disponível em: https://bibliotecaonlinedahisfj.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/02/abreu-m-p-org-a-ordem-do-progresso-cem-anos-de-polc3adtica-econc3b4mica-republicana-1889-1989.pdf. Acesso data

DIEGUES, A. C.; ROSELINO, J. E. **Política industrial, tecno-nacionalismo e indústria 4.0: a guerra tecnológica entre China e EUA.** Campinas: IE-Unicamp, 2021. (Texto para discussão, n. 401). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/351434846_Politica_Industrial_Tecno-_nacionalismo_e_Industria_40_a_Guerra_Tecnologica_entre_China_e_EUA. Acesso data

Economia brasileira contemporânea [recurso eletrônico]: 1945- 2010 / [organizadores Fabio Giambiagi... et al.]. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2824329/mod_resource/content/1/GIANBIAGI%20ECONOMIA%20BRASILEIRA%20CONTEMPOR%C3%82NEA%2C%202A%20ED_.pdf. Acesso data

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

FERNÁNDEZ, V. & Curado, M. “**Matriz de Competitividade e o papel dos mercados emergentes nas exportações argentinas e brasileiras”**. Revista Economia e Sociedade. UNICAMP, v. 28, p. 123-151, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ecos/a/w5fV3qsJW3S4x7JGRpqxk8H/abstract/?lang=pt. Acesso Data

GOMES JÚNIOR, Evaldo. CÉZAR DE MACEDO, Fernando. CALDEIRINI ARUTO, Pietro. **Território, Dependência e Luta de Classes nos Padrões de Reprodução do Capital no Brasil. Imperialismo, Subdesenvolvimento e Território: Dimensões teóricas, históricas e empíricas**. Curitiba: CRV-Unicamp.IE, 2021.p. 203-234. Disponível em: https://www.economia.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/centros-e-nucleos/imperialismo_subdesenvolvimento_e_territorio_dimensoes_teoricas_historicas_e_empiricas.pdf. Acesso data

KRUGMAN, PAUL; Obstfeld, Maurice. **Economia Internacional**. 8º edição. São Paulo: Pearson, 2009. Disponível em: https://fad.unsa.edu.pe/bancayseguros/wp-content/uploads/sites/4/2019/03/Krugman-y-Obstfeld-2006-Economia-Internacional.pdf. Acesso Data

LAFRAIA RIBEIRO DA SILVA, Bruna; Lunelli, Flavia; Iton Cleto, Carlos. **As Exportações Brasileiras e a Dependência de Commodities**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/349871258_AS_EXPORTACOES_BRASILEIRAS_E_A_DEPENDENCIA_DAS_COMMODITIES_BRAZILIAN_EXPORTS_AND_DEPENDENCE_ON_COMMODITIES. Acesso Data

LESSA, C. **Quinze anos de política econômica**. São Paulo: Brasiliense,1981. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5348265/mod_resource/content/1/Lessa%20-%20O%20Plano%20de%20Metas.pdf. Acesso data

LISANDRA, Pereira Lamoso. **Reprimarização no Território Brasileiro**. Espaço e Economia Revista brasileira de geografia econômica 19 | 2020 Ano IX, número 19. Disponível em: https://journals.openedition.org/espacoeconomia/1595. Acesso data

L. F. WERNECK, Rogério. Consolidação da Estabilização e Reconstrução Institucional, 1995-2002. DE PAIVA ABREU, Marcelo. **A Ordem do Progresso: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil**. 2° edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 330-356. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5487945/mod_resource/content/1/OP%2094-2002%20werneck.pdf. Acesso data

MACEDO CINTRA, Marcos Antonio. COSTA PINTO, Eduardo. **China em Transformação: Transição e Estratégias de Desenvolvimento**. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rep/a/gX9BMS8FwcvKYzjyW6XyrqH/abstract/?lang=pt. Acesso em: 29 mar.2024.

MARCO MODIANO, Eduardo. **A Ópera dos Três Cruzados, 1985-1990**. DE PAIVA ABREU, Marcelo**. A Ordem do Progresso: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil**. 2° edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 281-312. Disponível em: https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/7828/Acervo/Detalhe/6008?returnUrl=/terminal/7828/Home/Index&guid=1674691205334. Acesso data

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

M.C.MESQUITA, Mário. Inflação, Estagnação e Ruptura, 1961 - 1964. DE PAIVA ABREU, Marcelo. **A Ordem do Progresso: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil**. 2° edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 179-196. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5378957/mod_resource/content/1/OP%201961-64%20-%20M%C3%A1rio%20Mesquita.pdf. Acesso data

MORCEIRO, P. C. **A indústria brasileira no limiar do século XXI: uma análise da sua evolução estrutural, comercial e tecnológica**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-07122018-115824/pt-br.php. Acesso em:

NASSIF, A.; CASTILHO, M. dos R. **Trade patterns in a globalised world: Brazil as a case of regressives**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344083940_Trade_patterns_in_a_globalised_world_Brazil_as_a_case_of_regressive_specialisation. Acesso em:

Nunes, Tamires Fernanda Barbosa. **Análise Multivariada dos Indicadores da Indústria de Transformação e Perspectivas da Indústria 4.0 no Brasil**. Santa Maria, RS 2021. Disponível em: https://publicacoes.unifalmg.edu.br/revistas/index.php/sigmae/article/view/1851. Acesso Data

Oliveira, Gilson Batista; Lima, José Edmilson de Souza. **O Desenvolvimento Sustentável em Foco: Uma Contribuição Multidisciplinar.** 1ª edição. São Paulo, 2006. Disponível em: https://www.estantevirtual.com.br/busca/o-desenvolvimento-sustentavel-em-foco-uma-contribuicao-multidisciplinar. Acesso Data

ORENSTEIN, Luiz. SOCHACZEWSKI, Antonio Claudio. Democracia Com Desenvolvimento. DE PAIVA ABREU, Marcelo. **A Ordem do Progresso: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil**. 2° edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 157-177. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3877050/mod_resource/content/1/Programa%20FES%20II_2017.pdf. Acesso data

Rossi, Pedro; Furno, Juliane. **Deterioração dos termos de troca e a importância de superar a armadilha do subdesenvolvimento**. Economia para Transformação Social: pequeno manual para mudar o mundo. Autonomia Literária, 2023. p. 64-68. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2023/07/Economia-da-transformacao-WEB-4.pdf. Acesso Data

SARTI, F. & COUTINHO, L. G. (2003). **Política industrial e desenvolvimento no Brasil: Uma agenda para o debate.** Revista Brasileira de Economia, 57(4), 333-354.Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/grupos/redesist/SITE/LIVRO/o_futuro_do_desenvolvimento_ensaios_em_homenagem_a_luciano_coutinho.pdf. Acesso data

SARTI, F. & COUTINHO, L. G. (2003). **Política industrial e desenvolvimento no Brasil: Uma agenda para o debate**. Revista Brasileira de Economia. Disponível em: https://scielo.br/j/rep/a/hQnhpRSttpcPdn9VXJTJfWM/?lang=pt&format=pdf. Acesso data

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02

Schwarcz, Lilia Moritz. **Brasil : uma biografia** / Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling — 1a - ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2015. Disponível em: https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/13865.pdf?srsltid=AfmBOoonLLgmZfzlgGw39qeYEOWd-waDQ_OTnEWYda5eupUt08XyPNt7. Acesso data

SHENG, Shu. **O Partido e o poder na China: 1949-1989**. A História da China Popular no Século XX. 1° edição. Rio de Janeiro: FGV; 2012. p. 139-158. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/495492796/A-historia-da-China-Popular-no-seculo-XX-by-Shu-Sheng-z-lib-org. Acesso data

SHENG, Shu. **A China em 1989: protestos em Tiananmen**. A História da China Popular no Século XX. 1° edição. Rio de Janeiro: FGV; 2012. p. 161-183. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/495492796/A-historia-da-China-Popular-no-seculo-XX-by-Shu-Sheng-z-lib-org. Acesso data

SHENG, Shu. **Uma breve história sobre as relações Brasil-China.** A História da China Popular no Século XX. 1° edição. Rio de Janeiro: FGV; 2012. p. 187-194. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/495492796/A-historia-da-China-Popular-no-seculo-XX-by-Shu-Sheng-z-lib-org. Acesso data

Versão Final Homologada
17/10/2024 18:02